

**Polônia**  
Uma opositora  
polonesa fala dos  
sindicatos livres

Págs. 16, 17 e 18

# EM TEMPO!

Quinzenário Nacional • Ano III • Nº 116 • 9 a 22 de outubro de 1980 • Cr\$ 30,00

## Mais de 1 milhão de metalúrgicos em campanha

Os metalúrgicos de São Paulo, Osasco, Guarulhos, Belo Horizonte, Curitiba e Rio de Janeiro têm seu dissídio agora nestes dias que transcorrem. Somados aos do ABC que estão também em luta pelo reajuste semestral, eles são, ao todo, mais de um milhão de trabalhadores em campanha.

Págs. 10, 11 e 12

## A SITUAÇÃO DA MULHER NA UNIÃO SOVIÉTICA

Pág. 13

## UNE

O que vai pintar no Congresso  
Nacional dos Estudantes

Págs. 6, 7 e 8

O PT e a fusão  
ou federação das  
oposições

Pág. 3



# A quem serve a política energética do governo? Multinacionais deitam e rolam

Entrevista com Wagner Benevides, presidente do Sindipetro-MG e membro da Comissão Nacional do PT

**P**or que você acha que o Governo não adota a medida do racionamento?

O Governo não adota o racionamento não porque não queira. É porque ele não pode fazê-lo. Em primeiro lugar, porque o transporte do petróleo dos países produtores para o Brasil é feito na sua grande maioria, por navios fretados. E como a armazenagem dos produtos finais, tais como a gasolina, diesel, etc., é inferior à capacidade de armazenagem de petróleo no país, se houvesse um racionamento a Petrobrás não teria condições de guardar as sobras ou excedentes provocados por este racionamento. Assim, os navios que estivessem chegando, não teriam condições de descarregar, porque os tanques estariam cheios de produto, o que levaria a Petrobrás a pagar grandes somas em dólares sobre a "estadia" dos petroleiros, que ficariam nos portos à espera de uma oportunidade para descarregar. Essa situação é gerada pela política das multinacionais, que são responsáveis por 70% da venda a granel dos derivados do

petróleo. Estas companhias, com o objetivo de maximizar o lucro, trabalham com pequenos terminais, de forma a manter estoques reduzidos, chegando alguns deles a comportarem somente 48 horas de abastecimento.

Além disso, o país não tem as mínimas condições de, no curto prazo de no mínimo cinco anos, alterar a sua estrutura rodoviária (urbana e inter-estadual), porque neste país ainda se pratica o slogan do Washington Luís: "Governar é construir estradas". Por exemplo, 75% dos fretes brasileiros são feitos através de caminhões. Assim, o racionamento é estruturalmente inviável.

- O governo argumenta que não adota o racionamento porque levaria à criação de "mercado negro", com a penalização dos menos privilegiados...

- Não é bem isso. Porque em primeiro lugar, somente 12% dos brasileiros têm automóveis. E a gasolina nada tem a ver com o processo produtivo, portanto não há

isso dos menos privilegiados. A questão do mercado negro surge em um país onde não há uma infra-estrutura. Haveria formas inclusive do Governo "assumir" o mercado negro. Por exemplo: cada pessoa teria uma cota de gasolina mensal por um valor real; as pessoas que quisessem ultrapassar esta cota, pagariam o tripo do valor. Isto levaria a que não acontecesse o que está ocorrendo, com altas generalizadas e estas sim, penalizando mais fortemente os de menor renda.

- Até que ponto o álcool seria uma alternativa?

- O álcool no Brasil, é uma experiência bastante interessante e economicamente poderá ser uma alternativa energética para o transporte individual. Mas, dificilmente o álcool poderá resolver o desafio do transporte coletivo, pelo menos a curto prazo, porque estamos apenas engatinhando em experiência de como usar o álcool para locomoções coletivas. O desenvolvimento de motores pesados usando álcool,

como combustível está em fase preliminar de estudos. Afora os problemas ainda não resolvidos nos motores pequenos, o álcool cria problemas de corrosão na câmara de explosão e depósito de carvão na cabeça dos cilindros. Outro problema se refere à lubrificação do motor, que continua sendo feita com óleos convencionais utilizados em motores movidos à gasolina. Finalmente, a diversificação das técnicas de extração do álcool da cana, leva a uma diferenciação do produto, dificultando a utilização e o controle.

A meu ver, a solução do problema do álcool no país, passa necessariamente pelo monopólio estadual do álcool. Até agora os projetos maiores como o Jaíba, em Minas, que tem a supremacia de capital japonês, estão sendo encaminhados por multinacionais. Além disso, os grandes usineiros do norte e nordeste do país, estão tomando empréstimos em dólares e, em pouco tempo, eles estarão transferindo suas empresas para o capital multinacional.

## Patrões partem para intimidação

Dezenas de demissões na imprensa gaúcha

Por Robson Freitas Pereira

**A** primeira demissão em massa ocorreu no último dia 25 de setembro, quando o departamento de radiojornalismo parou de trabalhar e ficou discutindo sua situação, enquanto uma comissão de negociações, previamente escolhida, tentava, juntamente com a diretoria do Sindicato dos Jornalistas, negociar com os patrões a não demissão de 10 pessoas, que juntamente com os 6 já demitidos nos dias anteriores, perfaziam 50% de toda a equipe de trabalho do departamento de radiojornalismo.

Sem condições de negociar a nível administrativo, antes da paralisação, os jornalistas da Gaúcha decidem colocar seu problema na rua. Através de uma comissão de apoio e de panfletos, distribuídos nas ruas, eles explicavam as mudanças que estavam por ocorrer e pediam que a população se manifestasse a respeito. Agora eram os jornalistas que pediam um "serviço de utilidade pública" aos portoalegrenses: a manutenção de seus empregos e a garantia da programação.

Do lado patronal, porém, a posição continuava a mesma: eles até reconheciam o direito dos jornalistas protestarem, mas respondiam aos parlamentares e sindicalistas mobilizados pela comissão de apoio, que as demissões não tinham volta.

Neste ponto, o impasse. A mobilização da comunidade não havia sensibilizado os patrões. Depois de várias horas de discussão no Sindicato, onde os fatores políticos da categoria, da redação e os problemas de cada pessoa da rádio foram pesados, chegou-se à

conclusão de que só uma medida mais forte por parte dos empregados, faria os patrões reabrirem as negociações: a paralisação da produção.

Na quinta-feira, apenas o programa da madrugada foi ao ar, a partir das oito horas da manhã todo mundo estava na redação e ninguém mais trabalhou. O noticiário mais importante da rádio (patrocinado pelo banco Maisonave) foi ao ar porque um dos chefes que ainda restavam, obrigou o locutor a ler um jornal (o jornal Zero Hora, daquele dia, que é do mesmo grupo). Curiosamente, a primeira notícia falava sobre a preocupação do ministro do Trabalho com o crescente desemprego dos jornalistas.

Marchas, contramarchas, discussões, tensões, um cafezinho pro estômago não colar as paredes e nova tentativa de negociar. O gerente retorna com nova notícia: a empresa estava disposta aos seguintes termos, se retornassem ao trabalho ninguém sofreria represálias, mas as dez demissões anteriores estavam mantidas. Enquanto esperavam pelas pressões dos parlamentares e sindicalistas e até sabiam de manifestações estudantis na calçada em frente ao prédio, os jornalistas discutiam se voltavam ao trabalho. A tendência a continuar estava mais forte e numa votação feita às pressas, pois a direção queria retirar todos do prédio, a maioria esteve resolvida a continuar. As quinze horas (sete horas de paralisação), os jornalistas são expulsos do prédio, recebendo porém a permissão de continuarem discutindo uma resposta para a empresa até o final da tarde.

Todos no Sindicato discutindo das 15:30h até às 23:30h. Decisão, retornar ao trabalho. Comunicada, a direção da rádio avisa que muito tempo havia passado até a resposta e que os patrões resolveram cumprir as ameaças. Todos estavam demitidos por justa causa.

Nos outros dias, todas as tentativas de negociação falharam, a direção da RBS queria punir exemplarmente os jornalistas, para que estes servissem de exemplo à categoria contra qualquer movimentação.

Na semana seguinte, uma assembléia da categoria mostrou o saldo mais positivo da movimentação do pessoal da Gaúcha. Cerca de 400 pessoas (as últimas assembléias não tinham mais de 50) começavam a discutir e pensar formas de enfrentar o desemprego crescente. Além disso, a assembléia tirou como proposta várias comissões que passaram a funcionar imediatamente, tais como: uma comissão contra o desemprego que está pesquisando o mercado de trabalho e vendo possibilidades de recolocação do pessoal demitido. Uma comissão de mobilização da categoria e outra de sobrevivência, encarregada de estudar formas de responder às ameaças de demissões e a questão da imediata sobrevivência dos demitidos por justa causa. Estas comissões terão muito trabalho pela frente, uma vez que no final da semana passada, mais de vinte jornalistas foram demitidos, desta vez na Folha da Tarde, órgão da Cia. Jornalística Caldas Júnior, que junto com a RBS, formam os dois mais poderosos grupos de comunicação do Estado.

Santa Catarina

## Governo abre fogo contra "nanico"

Processos e boicotes sobre a imprensa regional combativa. Ao mesmo tempo o governo enquadra na Lei de Segurança Nacional os estudantes que vaiaram Figueiredo

**J**á sobe a 10 o número de pessoas de Santa Catarina enquadradas na Lei de Segurança Nacional. Seis, são os estudantes acusados de agredirem o presidente Figueiredo, quando o general foi vaiado e quase apanhou da população, no ano passado. Agora, são quatro jornalistas, enquadrados por divulgarem em seus jornais, a lista publicada pelo Hora do Povo, com as autoridades brasileiras envolvidas em grossa corrupção. Os jornalistas Sílvio Rangel Figueiredo, da Gazeta do Vale, da cidade de Gaspar, e Sérgio Rubin, Jurandir Pires de Camargo e Nelson Rolim de Moura do jornal Afinal, de Florianópolis. Com isso, estão ameaçados de, além de penas que vão de um a cinco anos de cadeia, a fechar os jornais por um prazo de 60 dias.

A Gazeta do Vale apesar da pequena tiragem e circulação é incansável no trabalho de oposição a atual estrutura política brasileira. Já o jornal Afinal, seu surgimento foi uma grande surpresa para todos, demonstrando a potencialidade política da região e de um jornal regional: com uma tiragem de cerca de 7 mil exemplares, praticamente não tem encaixe. Distribuído em Florianópolis e nas cidades que

a própria equipe consegue alcançar, o jornal não deixa dúvidas quanto aos seus compromissos. Denuncia todas as arbitrariedades e corrupções que a grande imprensa cala, ajuda os movimentos populares com a veiculação de suas propostas e organização. Não se define por nenhum partido político, mas no seu quadro de redatores, participam companheiros do PT e do PMDB.

Já no lançamento do primeiro número, todos os componentes do Conselho Editorial foram demitidos de seus empregos. O carro de reportagem foi sequestrado pelo DOPS e um dos repórteres, preso durante um piquete de venda no centro da cidade. A Prefeitura, além de negar por muito tempo o alvará de licença, exerce uma fiscalização constante na escrita da empresa. Como se não bastasse, o governador, através de pressões, conseguiu que nenhuma gráfica de Santa Catarina, aceite compor ou rodar o jornal. E agora, com o enquadramento na LSN, o governo pretende, finalmente, acabar com o Afinal.

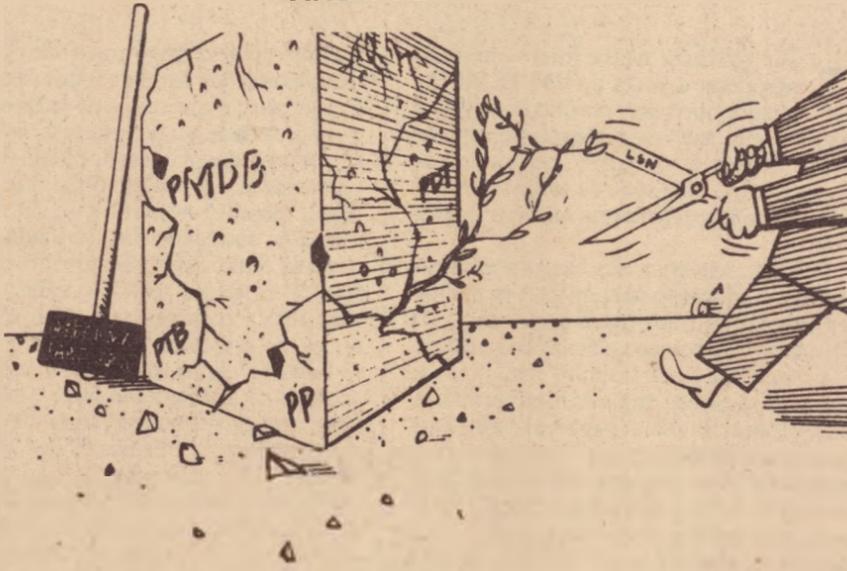
Mas parece que não vai ser tão fácil, pois a equipe já está preparando o sexto número do mensário.

O PT e a proposta de fusão das oposições

# Astúcia política ou liquidacionismo?

A proposta de fusão das oposições esquentou no debate político nacional. E o líder do PT no Congresso Nacional, deputado Airton Soares declara: se vier o voto distrital temos que partir para uma federação das oposições como forma de resistência a mais este golpe do regime.

Por Flávio Andrade



PT: um partido diferente e fora dos planos do regime

O tema da fusão das oposições volta à carga. O assunto em si já é antigo, batidão, e até agora não deu em nada. No entanto na medida em que o governo adia as eleições de 80, retira seu projeto de devolução das prerrogativas ao Congresso, alimenta os boatos a cerca da não realização das eleições diretas para governadores em 82 e começa a falar em muitos casuísmos como o voto distrital, o voto vinculado etc, na medida portanto em que o projeto da "abertura" vai vazando água, o assunto volta a esquentar nos meios oposicionistas. Itamar Franco, pelo PMDB e Tancredo Neves pelo PP não se cansam de apregoar a tese hoje por todos os cantos do país.

O campo é espinhoso, cheio de suscetibilidades, pois o processo de partição das oposições desde o leito do antigo MDB deixou muitas cicatrizes entre as lideranças da oposição. O que é um primeiro impecilho à idéia de todos voltarem a conviver dentro de uma mesma legenda. São muitos caciques para poucos índios, diria o provérbio popular. Segundo Fernando Henrique Cardoso, do PMDB paulista, hoje a proposta é claramente inviável. Mas ele acha justo levantá-la como antídoto aos planos do governo.

Mas onde tem fumaça tem fogo e, nesta medida, se o debate prospera é porque de muitos lados - no interior das várias legendas oposicionistas há partidários promotores ativos da idéia.

O fundo da verdade tocada pela proposta da fusão é inquestionável: com a oposição dividida, o governo, através do PDS, pode mais facilmente fazer valer sua maioria no parlamento. Com as oposições unidas, é a dedução igualmente óbvia, conseguiria-se impor muito maiores dificuldades às manobras do governo do que aquelas que ele já vem vivendo hoje para arrebancar, nos momentos de votação, sua escassa maioria. Assim, a oposição estaria em melhores condições de forçar o governo à negociação política, e desta forma ampliar os espaços da "abertura".

Mas este é apenas um fundo da verdade. Mais além desta constatação, todo o argumento em prol da forma de ampliar a "abertura" e a consequência do raciocínio na forma da proposta das fusões, a coisa não é assim tão óbvia.

A entrada do PT no debate, de forma mais viva agora, através de declarações na *Folha de São Paulo* do último dia 4, de seu líder da bancada, deputado Airton Soares, permite e chama a uma discussão mais clara do verdadeiro fundo da questão.

Desde o momento em que a proposta de fusões das oposições entrou mais acesa no debate nacional - há cerca de uns quatro meses - a direção do PT se posicionou a respeito através de nota oficial. Lá se dizia que o partido tinha seu projeto e compromissos próprios, distintos dos demais partidos, e que por isso não cogitava de nenhuma fusão com qualquer outra legenda da oposição. Mas, acentuava a nota, o partido estava sempre aberto a fazer frentes em torno de medidas concretas com quem quer que fosse, para determinados objetivos do interesse dos trabalhadores e da democracia, de acordo com seu programa.

A posição portanto, aparentemente, estava clara. Mas o assunto esquentou com as recentes medidas do governo no plano dos casuísmos. Mais ainda, a convivência com o terrorismo vem mostrando até que ponto vão os compromissos do governo com a linha dura e por decorrência, o curto fôlego que promete o projeto da "abertura".

Diante de tantos receios, a oposição, temerosa, começa a pensar as formas adequadas de resposta ao arbítrio.

É neste quadro que veio a declaração recente do deputado Airton Soares. Segundo ele, na linha dos casuísmos se o governo instituir o voto distrital, como indicam todas as evidências, a oposição não terá vez eleitoralmente, e o governo sairá vitorioso nas urnas de 82. Diante deste quadro, conclui, não haveria outra alternativa senão a união de todas as oposições numa mesma legenda sob a forma de uma federação onde todas preservassem suas individualidades.

Mas se a proposta de Airton pode até minorar os efeitos golpistas do voto distrital para a oposição em geral - o que é duvidoso pois a partição geográfica será feita pelo próprio governo - no entanto ela passa por cima ou deixa de lado muito mais questões do que pretende resolver.

Em primeiro lugar cabe perguntar se o objetivo do PT deve ser o mesmo daqueles dos demais partidos seduzidos pela proposta de fusão das oposições: ampliar os espaços da "abertura" não permitindo ao governo sucesso nos seus casuísmos anti-democráticos. É claro que o PT tem interesse em ampliar a "abertura"; mais do que isso, ele tem interesse em por fim ao regime ditatorial instalado no país e na transformação social. Mas, de qualquer forma, tem interesse também em ampliar a "abertura" - e não no quanto pior melhor - desde, no entanto, que esta ampliação não venha como recompensa pela sua destruição ou liquidação.

Em segundo lugar, e o próprio Airton reconhece esta dificuldade, como fazer a convivência de todos os partidos da oposição dentro de uma mesma legenda mantendo a personalidade própria de cada um? As diferenças políticas, pessoais etc, acabariam ou por implodir - se não inviabilizar já na origem a proposta fusionária - ou então por diluir no funcionamento concreto, do dia a dia, as diferenças partidárias.

Em terceiro lugar, como se daria o processo de escolha dos candidatos às eleições dentre as várias tendências dentro do partidão, o que é justamente a motivação de Airton? Como garantir que todos tenham acesso à legenda sem prejuízo para nenhuma das partes? Esta questão não está de forma alguma respondida pelo parlamentar quando ele fala da federação das oposições sob uma mesma legenda. Ou seja, o caminho entre o enunciado do nome federação e a prática real é no mínimo cheio de incertezas.

Mas o que de fato está em jogo parece ser o tipo de partido que se quer construir, como deixam claro as várias outras lideranças do PT ouvidas sobre o assunto. Todas elas foram unânimes em rechaçar a idéia levantada por Airton, argumentando que o PT tem um projeto próprio, ligado indissolavelmente à independência política dos trabalhadores.

Ou seja, se por um lado é discutível a eficácia do procedimento proposto, por outro lado, e mais importante, está a questão de se o PT deve trocar suas virtudes maiores de partido dos trabalhadores por migalhas colhidas na ampliação dos espaços da "abertura".

O que o partido deve fazer é não aceitar a hipótese do voto distrital como fato consumado. Contra este cauísmo e muitos outros o PT deve forçar uma frente conjunta de combate com outras legendas oposicionistas. Esta sim é a forma mais eficaz e coerente de garantir não somente a

ampliação da "abertura" como também de isolar o regime ditatorial acumulando forças para a sua destruição. E, ao mesmo tempo, é a única forma de garantir com que o PT não seja mais uma legenda partidária somente preocupada com a participação no parlamento, casuística, como o são em boa medida as outras concorrentes da oposição.

O que fica no entanto, para além desta constatação, é a evidência de que o debate político no partido está fraco, e que muita gente pode ainda não estar convicta do significado maior da proposta do PT. Mesmo a antiga nota do partido e opiniões contrárias à de Airton por parte de várias lideranças do PT (ver ao lado) parecem não ser ainda suficientes para que o partido se expresse coerentemente através de suas lideranças parlamentares. Sem esta convicção, o partido estará sempre a mercê dos cantos de sereia da ditadura e que são muito mais sinuosos e inteligentes do que o mero "dividir para governar" tão alardeado pelos promotores da idéia da fusão das oposições.

O que o governo quer de fato é impedir que surjam no cenário político forças de oposição com raízes mais profundas, sociais, com as quais dentro de qualquer abertura, ou mesmo dentro da ditadura, ele é incapaz de conviver e muito menos de negociar a sua "democracia". E o PT tem tudo para ser esta força.

Airton Soares

## Federação, mas com autonomia

O deputado federal e membro da direção do partido em São Paulo fala ao EM TEMPO do porquê de sua proposta.

O governo hoje não tem como levar adiante seu plano de "abertura", ainda que limitada, sem grandes alterações na legislação eleitoral vigente. A perdurarem as atuais regras do jogo a derrota dele é certa; a oposição fatura seguramente nas eleições de 82. Sinal disso é que já agora o governo fez o que pode para correr do pau nas eleições que estavam marcadas para o final deste ano, adiando-as. Mas isso ele não pode fazer de novo. Portanto ele prepara agora alterações no sistema das eleições parlamentares para 82. Nesta questão está o problema do voto distrital.

Por este sistema, a oposição seguramente perderia sua vantagem frente ao governo. Eu, por exemplo, se tiver que concorrer pelo distrito da Bela Vista, com outros três ou mais adversários também da oposição - cada um pelos outros partidos oposicionistas que também lançassem seus candidatos no mesmo distrito - não terei como me eleger. Nem nenhum dos outros oposicionistas. Os votos da oposição se rareficarão e o PDS, de outro lado como partido único do governo, é quem rapará o maior pedaço.

Diante deste quadro, se o voto distrital vier mesmo, as oposições não têm como reagir a não ser se colocando, todas, sob uma mesma legenda, e desta forma havendo a contagem única de todos os votos para a única oposição, formalmente. Cada partido poderia no interior desta legenda manter a sua individualidade. Não só poderia como deveria, uma vez que os atuais partidos são já uma conquista que temos que preservar. Os candidatos seriam lançados pelos partidos oposicionistas reais na proporção da força que cada um deles tivesse no interior do legendão formal. Assim, com a personalidade mantida, não se trata de uma fusão das oposições mas sim de uma federação, cada uma das atuais legendas mantendo sua autonomia dentro do legendão federado.

Reconheço que esta saída coloca problemas. A convivência das atuais lideranças partidárias dentro de um mesmo marco orgânico não é fácil de imaginar e mesmo sem precedentes na história política brasileira. Mas é o único caminho que temos se não quisermos entregar de bandeja as eleições de 1982 para o governo.

### Não abrimos mão da independência política

Jacó Bittar, Secretário Geral do partido

Não é essa a preocupação do PT no momento. Hoje, estamos lutando pela nossa legalização e esta é a nossa luta fundamental. Ho entanto, não descartamos a luta, com outros setores da oposição, contra os atos que firam o desenvolvimento democrático de nosso país. Essa é a nossa posição. Isto temos inclusive, demonstrado em atos públicos. Qualquer outra posição, como por exemplo esta de unificação das oposições em um só partido, não pode ser assumida sem uma ampla e prévia consulta às bases, inclusive com a realização de uma convenção. O nosso programa é pela independência política dos trabalhadores e não buscar uma federação de oposições.

### Não devemos ser conselheiros do Príncipe

Alípio Freire, da direção estadual de São Paulo

O PT não pode ser um conselheiro do Príncipe. Essa não é sua função; a nossa luta é pela organização política dos trabalhadores, de forma independente. Uma frente destas, ou mesmo uma federação, não seria um impulso neste sentido. Seria sim, atrelar os trabalhadores aos setores liberais da burguesia. Seria negar todo o programa do partido. Hoje, fala-se que diante dos atos terroristas deveríamos todos cerrar fileiras em torno de Figueiredo de modo a se evitar o mal pior. Esta também não pode ser nossa política. O que pode conter o terror e os casuísmos do governo não são estes acordos, mas sim a organização dos trabalhadores e das massas populares. E este é o sentido de nossa política.

### Fusão não; frente sim

Osmar Mendonça, da direção estadual de São Paulo

Acho que o voto distrital e outras artimanhas do governo estão na mira de suas baterias anti-democráticas, no seu projeto de "abertura". Mas não devemos de forma alguma dar a coisa como já conseguida pelo regime. O que temos que fazer é, não partir já para uma fusão ou algo parecido, mas antes pelo contrário, aprofundarmos nossa organização enquanto partido junto às massas para, desde aí, forçarmos o conjunto da oposição a uma luta conjunta mais eficaz contra o regime e seus atos anti-democráticos. Ou seja, ao mesmo tempo em que aprofundamos nossa organização, sermos os mais ativos proponentes de uma frente das oposições - frente, bem entendido, e não fusão - em torno de objetivos precisos.

RGS

## 1.º Encontro Estadual de Professores do PT

Os núcleos de professores do PT gaúcho realizam no próximo fim de semana o 1.º Encontro Estadual de professores do partido. O crescimento do trabalho na categoria está impondo a necessidade de maior conhecimento e trabalho comum entre os professores.

Um grande número de professores filiados ou simpatizantes ao PT atuam nas duas principais entidades corporativas: o Centro de Professores do Estado do RGS, entidade que congrega todos os professores mas também tem constituído na entidade "sindical" do setor público, e o Sinpro/RS que representa o magisterio particular em seus três níveis.

A pauta do Encontro prevê, além de um painel sobre a organização nacional dos professores e o congresso de janeiro, um debate sobre o tema: O professor e a militância política sindical (o problema de uma corrente sindical do PT)

A segunda parte dos trabalhos, a ser desenvolvida no domingo, será voltada basicamente para procurar estabelecer uma linha unitária de intervenção nas entidades corporativas - CEPRS e SINPRO - bem como uma orientação do trabalho dos militantes do PT nas associações de docentes universitários.

O local do encontro será o salão de reuniões do Centro dos Estudantes Universitários de Engenharia (CEUE), no prédio velho da Engenharia em frente a Praça Las Locas de Plaza de Mayo (ex-praça Argentina), com início marcado para as 9 horas de sábado, dia 11 de outubro.

Também em São Paulo, os professores petistas já se mechem. No último dia 13 de setembro cerca de 70 professores do partido se reuniram para debater o tema "Uma educação voltada para os trabalhadores" e preparar um Encontro Estadual sobre a Educação, possivelmente ainda para este ano. Uma série de debates preparatórios ficou marcada já, sendo o primeiro deles sobre "Escolas de 1.º e 2.º Graus" para o próximo dia 8 de novembro, destacando-se aí principalmente os aspectos da relação Escola/Comunidade e Educação/Trabalho.



O partido e a educação:

## Fala Paulo Freire

O maior educador do país e militante do PT, dá sua opinião sobre como os trabalhadores devem se colocar frente ao problema da educação, hoje, no país.

"Eu gostaria nesse início de papo agradecer a vocês do EM TEMPO a chance que vocês me dão de eu poder falar aos seus leitores, nesse meu retorno ao Brasil depois de 16 anos, em que estou reaprendendo uma série de coisas, inclusive falar numa linguagem que não seja professoral.

De uma maneira ainda bastante geral, ao abordar a educação voltada para os interesses dos trabalhadores e da maioria da população, eu começo pelo óbvio: a educação, enquanto seu aparato institucional, enquanto a escola, desde os níveis primário, intermediário até o superior, não está isolada na sociedade, nem é ela que cria a sociedade, pelo contrário, ela é parte dessa sociedade e é um instrumento dela. Esta aí para transmitir um conhecimento e criar novos conhecimentos que vão servir à população. Mas não a população de modo geral, em abstrato, porque isso não existe, mas a um determinado setor da sociedade, a classe que é hegemônica. Ela vai reproduzir a ideologia que a esta classe interessa ver reproduzida. Mas desse ponto de vista, pode surgir a pergunta: então não há nada a fazer, vamos cruzar os braços e esperar que a sociedade se transforme, para que surja a nova escola? Se pensamos de uma forma mecânica, a resposta seria essa mesmo, mas se pensamos dialéticamente vemos que há o

que fazer, hoje quando ainda não ocorrem as transformações fundamentais necessárias. E veja bem, o que será a nova escola numa nova sociedade, só no futuro saberemos, ela se forjara no processo, os claros serão preenchidos, as indagações respondidas. Não é possível hoje saber-se o que será a escola na sociedade transformada, mas ela precisa começar a ser pensada, pois os sonhos do futuro só serão realidade se são sonhados e começam a ser construídos no agora, no presente.

Falando como educador, e outras áreas também têm muito a se fazer e se falar, eu acho que a gente poderia começar quebrando com toda a opacidade que envolve o ensino. Isso é muito pouco e pode no final significar muito. Um professor primário pode começar ensinando aos seus alunos que o Brasil foi conquistado e não descoberto, que não existe isso de descoberta do Brasil. Ou então na história da Inconfidência Mineira, que não é inconfidência. Tiradentes pode ter sido um inconfidente do ponto de vista do dominador, mas nunca para o dominado. Quebrar com o nebuloso, com o que há de opaco nessa estória toda já é um grande passo.

E eu falo como educador e como político, pois todo educador é um político, assim como todo verdadeiro político é um educador. Veja bem o caso do Lula, eu o acho um

grande educador, com uma grande capacidade e que age nesse sentido que eu acabei de falar.

### O Lula é um grande educador

Mas já que eu falei em sonho, eu gostaria de terminar com mais uma obviedade. Comecei com o óbvio e termino com ele. Eu acho que no Brasil hoje o que existe de realmente novo é o Partido dos Trabalhadores. É a única coisa que foge do controle de um plano pré-estabelecido. E eu sou muito otimista com relação ao PT, boto muita fé nesse partido. E do ponto de vista de um programa de educação, eu acho que ele não pode fazer como os partidos burgueses, que têm tudo planejado, do primário à Universidade, com uma proposta geral e pasteurizada. Minha opinião é que ele deve traçar algumas linhas gerais, para o conjunto do país e especificar para cada região, não esquecendo a realidade de cada uma delas, propondo uma educação que seja histórica, concreta. E ele deve também, e isso é muito importante e necessário, pensar na educação não institucional, na formação de seus militantes. Mas tudo isso não é tarefa para uma pessoa só, é trabalho para uma equipe, que tenha não só profissionais da área, como operários e camponeses na sua composição."

## SP - Metalúrgicos petistas se organizam

Dia 5 de outubro, foi realizada a primeira reunião do PT São Paulo, unificando os militantes do partido de uma mesma categoria profissional, e voltada para a intervenção sindical. Os metalúrgicos de São Paulo, Osasco, Guarulhos e ABC, reuniram-se para discutir principalmente a campanha salarial de São Paulo, cumprindo as deliberações da plenária do PT que se realizou há alguns dias atrás.

A reunião, apesar de um pouco esvaziada, contou com a presença de Osmarzinho, e de José Cicote, ambos da direção estadual do partido.

As discussões foram significativas e conclusões importantes foram tiradas, tais como:

- que todos os metalúrgicos devem ter uma atuação sindical intensa, realizando plantões sindicais para ajudar a mobilização;
- que o PT deve promover a unidade de todas as categorias;
- apoio ao movimento dos metalúrgicos através dos núcleos;
- publicar uma carta-denúncia criticando a forma anti-democrática do encaminhamento das diretorias de Guarulhos e São Paulo. Especialmente com relação a Guarulhos, onde a diretoria dissolveu o comitê de mobilização;
- buscar maior unidade através da presença dos sindicalistas do ABC nas assembleias dos sindicatos de São Paulo, Osasco e Guarulhos;
- buscar formas de apoio concre-

to, inclusive financeiro, através dos bairros;

- participar ativamente na comissão de mobilização dos metalúrgicos de São Paulo;

A discussão mais importante foi a de necessidade do PT ter uma linha sindical. Para tanto foi

marcada uma nova reunião para domingo que vem, dia 12, pela manhã.

O aprofundamento de uma tática sindical do PT poderá ser um primeiro passo para a estruturação de uma intervenção unificada do partido no movimento operário.

## Uma plataforma sindical

### Proposta do Núcleo de Trabalhadores de Santo Amaro

- O PT tem por objetivo contribuir para que as classes trabalhadoras consigam sua libertação política e econômica.

- O PT considera necessário a independência do movimento de massas em relação aos partidos políticos - inclusive em relação ao nosso próprio partido - onde os trabalhadores possam participar com direitos iguais, independente de sua posição política.

- O PT deve se propor a lutar para a construção de um movimento sindical democrático, de base, voltado para os interesses de classe, independente do Estado.

- O PT considera que as entidades de massa são organismos dos trabalhadores, onde se forma a unidade necessária contra a estrutura sindical, contra o pelagismo, contra os patrões e seu Estado.

Assim devemos:

- lutar por melhores condições de trabalho e estabilidade no emprego.

- lutar pelas comissões de fábricas, pelas eleições de delegado sindical.

- lutar por reajustes trimestrais de salários, direito de greve.

- lutar pela reintegração dos sindicalistas cassados e devolução dos sindicatos aos trabalhadores.

- lutar pela unificação das bases das diversas categorias, salário mínimo real unificado nacionalmente e unificação das lutas dos trabalhadores do campo e da cidade.

- apoiar a luta contra o pelagismo, apoiando o movimento das oposições, denunciando a manobra dos peléjos.

- apoiar a construção de uma Central Única dos Trabalhadores.

## Nenhuma noite de terror pode atrasar o dia.



Faça assinaturas do EM TEMPO, para você e seus amigos.

À Editora Aparte S.A.

Rua Francisco Leitão, 57 - Pinheiros - SP

CEP 05414 - Fone: 852-8880

Estou enviando o cheque: ..... por uma assinatura anual  
Comum: Cr\$ 600,00 ( ) Apoio: Cr\$ 1.000,00 ( ) Exterior: US\$ 40,00 ( )

Nome: .....

Endereço: ..... Bairro: .....

Cidade: ..... Estado: ..... CEP: .....

## A legalização do partido

# Tudo pronto: na realidade e no papel.

## PT Saudações...

Um ano depois do PT ter começado a se estruturar organicamente - através das "Normas Transitórias de Funcionamento" aprovadas numa reunião em outubro do ano passado em São Bernardo - hoje, o partido está pronto, já com tudo no papel, e às vésperas de dar entrada no seu pedido de registro junto ao TSE.

Para todos aqueles que não acreditavam na viabilidade da proposta, para aqueles que desdenhavam-na como "bonita, porém inviável", a resposta está aí agora, como diz o Secretário Geral do PT, Jacó Bitar: "o partido é uma verdade consolidada e reconhecida por todos, tanto aqui como no exterior, esua legalização é coisa garantida".

De fato, em poucos meses desde a largada para a preparação da documentação - a partir do Encontro Nacional de Junho - o PT conseguiu instalar Comissões Municipais Provisórias em pelo menos 1/5 dos municípios de 15 estados; portanto, seis a mais dos nove estados minimamente exigidos pela legislação partidária em vigor.

Agora, no próximo dia 13, a direção nacional do PT estará reunida em Brasília para examinar toda a documentação e dar a entrada dos papéis no Tribunal Eleitoral.

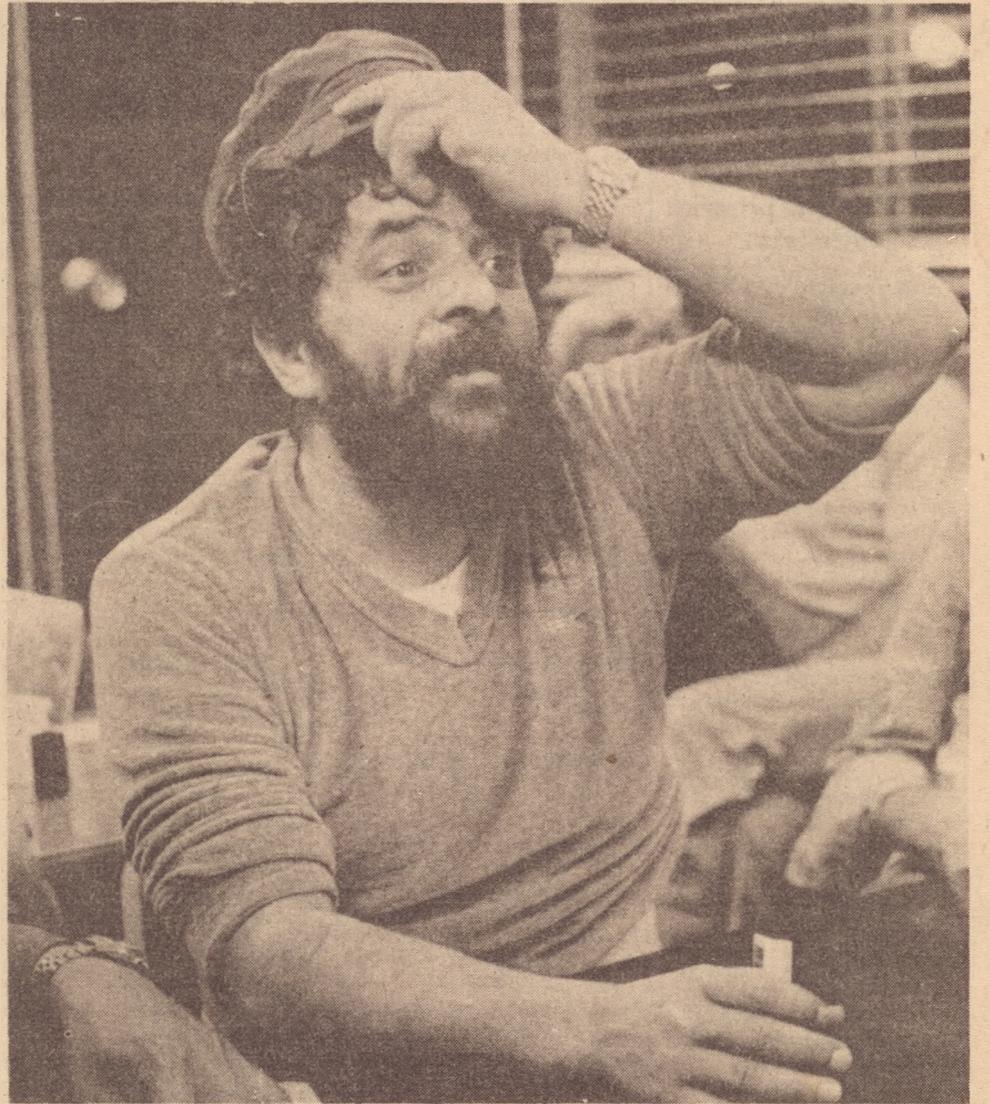
É verdade que muitos pensavam que este processo de formação das Comissões Municipais seria mais rápido do que foi. Sobre tudo se se tem como comparação somente os prazos que os demais partidos gastaram para cumprir esta fase. Mas ocorre que, como afirma Lula, "não podemos olhar apenas para os prazos que o PDS levou para criar suas Comissões; temos, na comparação com o PT, que olharmos também para os métodos utilizados e portanto para a qualidade das Comissões tiradas". Isto é, enquanto o PDS e os demais partidos nomeavam suas Comissões de cima para baixo, o PT, de acordo com seus princípios de democracia interna, elegia todos os seus dirigentes, nacionais, estaduais e municipais, de baixo

para cima. E arremata Lula: "se o processo é mais demorado, no entanto é, sem dúvida, mais democrático e de acordo portanto com o que o partido professa, diferentemente dos demais concorrentes".

E os problemas enfrentados neste tipo de procedimento são vários. Não foi uma só vez que a direção do PT teve que retardar a tirada das Comissões Municipais em determinada localidade. Em se tratando de um processo aberto e de baixo para cima, o assédio seja de oportunistas que ficaram sem legenda na política convencional local, ou mesmo de provocadores infiltrados, em muitos casos impôs prudência no reconhecimento da Comissão Municipal pela direção estadual, até que a situação se esclarecesse, ou até que o problema fosse contornado pelo surgimento de outros proponentes locais mais afinados com a proposta do PT. Luis Antônio, membro da direção regional de São Paulo conta vários casos desta natureza enfrentados ao longo dos últimos meses em seu estado.

Por outro lado, pesou também no tempo gasto nesta etapa do processo, a burocracia de documentos e formulários a serem apresentados segundo as definições da lei partidária vigente. Num partido como o PT, onde as lideranças nem são políticos de carreira - acostumados já a lidar com a coisa - nem pessoas ilustradas, a dificuldade neste particular é enorme. Documentos trocados, atas preenchidas incorretamente etc, são alguns dos problemas que impuseram a demora com relação às expectativas iniciais do tempo necessário para a entrada no pedido de registro provisório.

O que importa porém, a esta altura, é que a etapa foi vencida. Agora é começar a segunda fase, aquela da luta a nível político, enfrentando o regime e as forças reacionárias do país, no sentido da legalização do partido não ser vetada a nível do Tribunal. As investidas do governo sobre as lideranças do PT através de vários processos com base na Lei



## Os 15 Estados legalizados

O PT já está com a documentação pronta para sua legalização em 15 estados da federação. São eles: ● Acre ● Amazonas ● Ceará ● Espírito Santo ● Goiás ● Maranhão ● Mato Grosso do Sul ● Minas Gerais ● Paraíba ● Rio de Janeiro ● Rio Grande do Sul ● São Paulo ● Santa Catarina.

A situação de cada um destes estados dentro deste quadro é desigual, em virtude dos ritmos com que cada uma das direções regionais se lançou ao processo de legalização, da extensão do próprio estado e seu número de municípios, da maior ou menor habilidade na condução dos encaminhamentos etc.

Mas não deixa de ser notável que com os recursos de que dispunha o PT, ele tenha já se constituído formalmente em todos. Em alguns estados o partido superou em muito o número mínimo de municípios com Comissões formadas; em outros esteve na fronteira do mínimo exigido.

Em geral o processo baseou-se no procedimento de se estabelecer os pólos de irradiação a partir dos municípios principais no interior de cada estado, de onde partiam as caravanas de legalização para todos os municípios vizinhos que apresentavam menor presença do partido.

Ao mesmo tempo, a direção estadual ia supervisionando os encaminhamentos e reforçando os pontos mais débeis com uma agitação extra e com a assessoria técnica na confecção da documentação. Mas o fundamental esteve na agitação política que ia dando o lastro de atração do PT em cima do qual as bases iam trabalhando a retirada das Comissões.

É ilustrativo neste esforço o número de viagens por todo o país, nas capitais e pelo interior, realizadas por Lula durante esta fase do processo de legalização. De norte a sul do país o líder máximo do PT agitou durante mais de dois meses a idéia da organização do partido tanto em comícios como em reuniões fechadas, buscando assim reforçar as adesões e a formação das Comissões.

Em termos numéricos, tanto a nível dos municípios existentes como das Comissões Municipais retiradas, Minas é o Estado recordista. Lá são 720 municípios, o PT tendo já constituído Comissões em mais de 200 cidades. Um número de Comissões superior ao conseguido por todos os demais partidos, inclusive - para a surpresa de muitos - ao número obtido pelo próprio PDS com toda a máquina governamental.

de Segurança Nacional, são um prenúncio de que aqui também, ao contrário do que se passou com os demais partidos, o regime não deixará com que o PT desfile tão tranquilamente.

Após o recebimento da documentação pelo TSE, abre-se um prazo de alguns meses para o exame da correção da documentação que é, ao mesmo tempo, o prazo no qual podem ser interpostos recursos por várias partes pedindo a não concessão do registro provisório, e pelas mais variadas razões. Tudo leva a crer que, o PT estando fora dos planos do pluripartidarismo restrito esboçado pelo Planalto, alguma ofensiva será desencadeada, seja pelo governo, seja pelos seus testas de ferro, indiretamente. É o que esperam as lideranças do PT.

É neste quadro que o partido se prepara para uma ofensiva nos próximos dias visando ocupar o espaço político com a legitimidade frente às massas e a opinião pública do seu processo de legalização.

Já para o dia 26 de outubro um ato público está sendo convocado para o Estádio de Vila Euclides em São Bernardo-SP, em repúdio ao processo de enquadramento na Lei de Segurança Nacional dos dirigentes sindicais do ABC, em particular os que são também dirigentes do PT. Pretende-se a partir deste ato deslanchar a nível nacional uma campanha pela legalização do partido, já preventivamente às novas investidas que o regime fará sobre o PT.

Vencida esta etapa, abre-se outra: a partir da obtenção do registro provisório inicia-se

legalmente uma nova fase dentro do processo de legalização, a qual no entanto já pode e deve começar desde agora, informalmente, recomenda a direção do partido: a fase de filiação formal dos militantes com vistas à realização futura, provavelmente em meados do ano que vem, das Convenções que criarão os Diretórios definitivos do partido em substituição às atuais Comissões Provisórias.

Mas o momento é de preparar a ofensiva sobre as prováveis medidas repressivas do regime para os próximos dias. Ou então, de defesa diante das medidas repressivas já adotadas, como o caso do ato na Vila Euclides.

### Contra a repressão aos sindicalistas do ABC

*O PT convoca todos os seus militantes e demais democratas do país a se unirem num protesto único contra o enquadramento na Lei de Segurança Nacional dos dirigentes sindicais do ABC. O processo desencadeado pelo regime é mais um ato de arbitrio na mesma linha da repressão à greve do primeiro semestre do ano e das várias ameaças que vem fazendo sobre a legalização do Partido dos Trabalhadores.*

**Dia 26/10 no Estádio Vila Euclides**

# UNE

## Em busca de uma maior combatividade

**A medida em que se aproxima a data do Congresso da UNE, as propostas dos estudantes se avolumam. Aqui, EM TEMPO publica trechos de uma proposta feita pelo DCE da Universidade Federal de Minas Gerais, DCE da Federal de Juiz de Fora e DCE da Universidade Católica de Minas Gerais.**

Um milhão de estudantes em greve. Ao nosso lado, professores de 34 instituições de ensino. A mobilização por mais verbas foi um sucesso. Os três dias de greve nacional, apesar de não serem mais do que um começo, demonstraram a força da UNE, quando ela é combativa, quando ela vai à luta.

Afinal já atingimos o patamar da ação nacional unificada, é a partir daí que organizaremos a nossa ação.

Nesse sentido, o XXXII Congresso da UNE tem de ser um momento de fortalecimento do movimento estudantil. Vamos trabalhar pela sua democracia, pela sua representatividade, pela sua combatividade.

### O ME, a reconstrução da UNE e sua primeira diretoria

A reconstrução da UNE, em maio de 79 praticamente fecha todo um ciclo do movimento estudantil brasileiro: de sua reorganização, de sua reentrada na cena política brasileira. Mas mais do que a construção de nossa entidade, o XXXII Congresso da UNE demonstrou a disposição do estudantado em romper com o isolamento social do movimento estudantil, buscando colocá-lo numa perspectiva solidária aos trabalhadores.

Entretanto, 1979, é um ano de problemas. Primeiro, porque a reconstrução da UNE se deu pouco ou nada combinada com um processo de lutas, se deu muito mais no aproveitamento dos espaços conquistados. Segundo, porque o esforço que o conjunto do movimento jogou na reconstrução da UNE foi muito grande, e aqui devemos contar inclusive com as eleições realizadas em outubro, o que sem dúvida, debilitou bastante a nossa capacidade de mobilização.

Para 1980, muito se esperava do movimento estudantil. Armado com uma estrutura nacional, com os DAs e DCE's reconstruídos na sua maioria, estávamos prontos para darmos saltos adiante em nossas lutas. E o grande salto foi a greve nacional por 3 dias.

Mas aqui cabe uma pergunta: fizemos tudo o que poderíamos ter feito?

Achamos que não! O primeiro semestre, por exemplo, foi pleno de lutas nas mais variadas escolas, algumas delas chegaram a uma intensa radicalização, como a luta dos estudantes de Viçosa, da UNIFOR em Fortaleza, da Rural do Rio. Lutas que no entanto, ficaram isoladas. A dispersão e a ausência de unificação das lutas foi a principal característica do primeiro semestre.

E a direção do movimento tem uma grande responsabilidade nisto.

Em primeiro lugar há a debilidade do programa orientador da ação da entidade. Um programa no mínimo insuficiente, um programa que não conseguiu manter sequer a unidade da própria diretoria da UNE. Qual diretor assume hoje um programa que há um ano defendia? Um programa tão fluido que quando seis diretores afirmaram que "mudaram de campo" pouco pode ser feito no sentido de cobrar-lhes coerência com o programa eleito.

A falta de orientação no plano das lutas educacionais, também tem suas consequências: na polêmica do 0%, 35% ou nada além de 35%, a diretoria da UNE mudou de posição várias vezes durante o próprio CONEG. O Seminário da UNE sobre educação, importante iniciativa, pecou por falta de direção, dele tiramos menos do que prevíamos e poderíamos.

Em segundo lugar, há alguns

aspectos da concepção hegemônica da diretoria da UNE que explicam o porque da vacilação e do imobilismo. Falta-lhes uma maior definição sobre a necessidade do desenvolvimento da auto-organização dos estudantes como base para a constituição de um movimento democrático. Falta-lhes também maior definição acerca de ao lado de quem os estudantes devem se colocar, para inclusive darem consequência a suas reivindicações. A ausência de clareza sobre como é vital para nós a solidariedade com o movimento dos trabalhadores, impede que se desenvolva uma ação mais concreta no sentido de que o ME vá rompendo o seu isolamento social.

Em terceiro lugar, há uma série de problemas que ocorreram durante a gestão que muito influenciaram no imobilismo da diretoria: a "virada de casada" de seis diretores chegou a inutilizar várias reuniões da diretoria. Por tudo isso, a direção do ME nacional não conseguiu desenvolver todas as potencialidades que o estudantado apresentou neste ano.

Portanto, a UNE precisa de uma orientação política clara, combativa, independente e solidária aos trabalhadores, precisa de um plano de ação bem discutido e com a capacidade de organizar e mobilizar o estudantado, precisa de um plano de construção da entidade, que demonstre a curto prazo a necessidade da diretoria ter sede e condições de trabalho (telefone, etc.). Precisa também de um método e uma postura de intervenção política distinta da que até hoje existiu.

### Programa e Plano de Ação

Os estudantes brasileiros sempre estiveram engajados nas lutas populares, pela conquista das mais amplas liberdades democráticas, pelo direito de uma vida digna para o povo trabalhador, contra a ação criminosa e expropriadora do imperialismo em todo mundo e particularmente, no campo educacional, contra sua estrutura excludente que deixa milhões de brasileiros no analfabetismo. Estiveram também na dianteira da resistência à ditadura e foram um dos primeiros setores sociais a entrar na ofensiva da luta pelas liberdades democráticas. Somos 1 milhão e 600 mil universitários, e apenas com uma ação unitária podemos somar todas nossas forças junto aos trabalhadores no combate à ditadura e seu aparato repressivo.

Neste sentido, o conteúdo do programa político eleito para a nossa entidade nacional é decisivo para delimitar o papel que os estudantes brasileiros vão cumprir no cenário político no período de um ano.

As raízes do poder político que aí está é o autoritarismo e a repressão sobre o povo trabalhador, a imposição, pela força das armas, de uma ordem política que institucionalizou o monólogo da sociedade, onde as classes dominantes impõem sua vontade política e econômica e as classes trabalhadoras não tem nem mesmo as mínimas liberdades para se oporem a esta vontade da minoria. Pelo contrário, todos os órgãos de representação, participação e organização dos trabalhadores e demais setores de oposição foram suprimidos da vida nacional. Especificamente os estudantes e professores foram vítimas da reforma universitária, que esvaziou a universidade como centro de produção, transmissão e debate político, científico, que instituiu o ensino superior como um negócio lucrativo.

Por esta ordem representar os interesses dos poderosos, no campo

econômico, político, social, educacional, cultural, etc., cujas causas está no controle da riqueza material do país por uma minoria, ela é contrária aos interesses daqueles que vivem de seus salários e demais setores populares que de alguma forma sofrem a exploração e opressão política do capital.

É por tudo isto que a UNE deve se constituir numa força viva, para a derrubada da ditadura militar, lutando contra a exploração e opressão.

A ditadura não tem meia sola. A UNE é contra as "Reformas Políticas" da ditadura, porque ela mantém a Lei de Segurança Nacional na qual foram incursos os líderes sindicais do ABC; o aparato repressivo policial e militar para impedir que o movimento operário e popular se organize; a Lei Antigrave e todas as restrições a Livre Associação e Expressão Política dos oprimidos.

O terrorismo voltou a atacar e agora com o saldo de uma vítima e vários mutilados, dando mostras que a direita fascista está organizada e a tuante. Mas estes não são os primeiros atentados terroristas: nos últimos dois anos já ocorreram mais de cem atentados contra entidades democráticas, Igreja progressista, imprensa popular, etc. Até agora o governo não chegou a apurar nenhum ato de terror, nem mesmo alguns que possuíam pistas evidentes, como o caso Dallari.

A UNE, como a única entidade nacional reconstruída, deve dispor todos os esforços para a construção de Comitês de Solidariedade ao Movimento Operário e Popular de todo o país, que congreguem todas as entidades de massas, entidades democráticas e partidos políticos de oposição e todos aqueles setores populares e democráticos do país. A consolidação destes organismos representa a construção efetiva da defesa dos trabalhadores e setores populares contra o terrorismo e a sanha repressiva da ditadura.

A primeira medida dos Comitês de Solidariedade é realizar uma campanha nacional a partir de novembro para exigir do governo:

Imediata apuração dos atentados e os nomes dos terroristas; punição dos terroristas por um tribunal popular, eleito; denúncia da omissão do governo até hoje na apuração dos atentados, responsabilizando-os de cumplicidade pelos atentados ocorridos e que podem ocorrer, à medida que os terroristas estão acobertados pela impunidade de seus atos.

A nova escalada do terror, fortaleceu entre os setores vacilantes de oposição a proposta de "Conciliação Nacional" e "Constituinte com Figueiredo", com o argumento que a caça da direita fascista exige um "compromisso de todos os democratas" para preservar as liberdades políticas já conquistadas e neste sentido fortalecer o general Figueiredo e seu projeto de abertura.

A luta contra o terror passa pela luta contra a ditadura militar, e neste sentido os estudantes brasileiros devem repudiar as propostas de "Conciliação Nacional" e devem repudiar as propostas de "Constituinte com Figueiredo", à medida que amarra as mãos dos trabalhadores e demais oprimidos junto às classes dominantes.

A questão hoje colocada, para todas as entidades de massa e o movimento operário e popular em geral, é como garantir a sua independência política frente às classes dominantes, para conquistar as liberdades políticas, que permita o fortalecimento de sua livre organização e a efetivação de conquistas no plano econômico e social.

É por tudo isto que a luta por uma Assembleia Constituinte Soberana e Democrática que expresse a derrubada da ditadura militar pode unificar os explorados e oprimidos, criando liberdade de organização e expressão para os trabalhadores e seus aliados, construir uma democracia que expresse os interesses da maioria.

Ao mesmo tempo a luta contra o imperialismo é uma luta de todos os povos da América Latina, sendo que a Revolução Nicaraguense pode desencadear a perda gradativa de controle do imperialismo no continente. A luta do povo de El Salvador é parte deste processo.

A UNE, mantendo sua tradição de luta contra o imperialismo, deve dar toda a solidariedade à Revolução Nicaraguense e denunciar todas as tentativas contra-revolucionárias, especialmente o imperialismo ianque.

Mais do que isto, a UNE deve organizar uma campanha de solidariedade ao povo Salvadorenho em luta e denunciar a intervenção americana.

### Luta Universitária

A crise da universidade prossegue e se aprofunda. Não há mais quem negue. Falta de verbas, ensino pago e caro, falta de democracia, um ensino obsoleto e alienante: eis as principais características da situação atual da universidade.

O déficit das universidades públi-

cas é crescente. Verbas cortadas se somam. Quem sai perdendo é o ensino.

Forçando a universidade a rebaixar o seu funcionamento, a viver de "cuspe e giz", os cortes de verbas também forçam a universidade a procurar convênios com empresas que se interessem por seus serviços.

Quanto às particulares, elas são o paraíso do lucro e da exploração. Nenhuma qualidade de ensino por um preço exorbitante. E as "mantenedoras" ainda têm o direito de não mostrar suas contas, seus livros de contabilidade a ninguém. A expressão de Darcy Ribeiro, "traficantes do ensino" ainda é mais aplicada a estas escolas.

Diante disso, a campanha por mais verbas e pelo ensino público e gratuito foi e é o centro de nossa luta. Mas, dois alertas são importantes.

O primeiro, é que não mais estamos sozinhos e assim devemos continuar. Os professores universitários e do 1º e 2º graus avancem em sua organização nacional.

O segundo é que se a questão de verbas é a central, não devemos entendê-la como única ou desvinculada de outros aspectos da luta universitária. O que há é uma verdadeira crise de perspectiva social na universidade.

Por isso, não podemos apenas reivindicar verbas, temos que discutir e participar juntamente com toda Comunidade universitária da definição de sua aplicação. E, então a questão da democracia na universidade é cada dia mais vital para nós. A luta por eleições diretas, para todos os cargos pode encabeçar este processo.

E finalmente, não podemos dissociar a reivindicação de verbas do "para que" serão utilizadas. E aí, seguramente, iremos exigir que sejam empregadas em cursos que sirvam à maioria da população.

### Plano de construção da UNE

O ponto 1 deste plano deve ser o registro da UNE como entidade civil e a organização de uma campanha pelo seu reconhecimento, pela sua legalização. O reconhecimento da UNE e das UEEs não será uma dádiva, mas sim uma conquista. Temos que ligar a luta pela legalização da UNE à luta contra toda legislação estudantil vigente.

Neste sentido propomos:

1 - A realização de uma Campanha pela legalização da UNE, que envolva a busca de apoio de todas as entidades representativas da sociedade brasileira (sindicatos, partidos políticos, entidades de classe, etc.) exigindo o reconhecimento da UNE.

2 - a articulação do apoio de parlamentares a um projeto de legislação estudantil por nós elaborado que seria enviado ao parlamento para ser aprovado como alternativo ao arbitrário atualmente em vigor.

Os departamentos da UNE inexistem. E só serão articulados à medida que ações em seu campo forem desenvolvidas.

Três são prioritárias: cultura, imprensa e esportes.

Na cultura, uma grande promoção pode ser realizada: a do já tão falado Festival da Música Universitária.

Na imprensa, além da busca da constituição do parque gráfico, o Departamento deve ter por meta editar um jornal mensal e uma revista semestral.

Quanto a esportes, a velha meta de um Campeonato de futebol. E mais, é importante articular as Associações Atléticas buscando ver como podem trabalhar em conjunto com a UNE.

### Método e postura de trabalho da UNE

A UNE não pode ser diferente do conjunto do movimento estudantil. A UNE não pode, portanto, ser uma entidade apenas presente nos Atos Públicos, nos grandes momentos do nosso movimento. Temos que construir uma UNE combativa e democrática.

Isto tudo começa no funcionamento das instâncias da UNE: o CONEB e o CONEG. Estas instâncias devem ser encaradas como os locais onde a diretoria presta conta às entidades do que tem feito do encaminhamento das decisões do CONGRESSO ANUAL e do PROGRAMA ELEITO. É um momento onde os rumos das lutas são precisadas, decisões são tomadas. Achamos que uma coisa deve mudar: a UNE deve preparar sempre essas reuniões. Para tanto, deve organizar encontros da diretoria com as entidades dos vários locais, discutindo o mais amplamente possível o que será a reunião, quais propostas a diretoria tem, etc. Neste sentido, retomar a proposta de uma "UNE Volante".

### As relações Internacionais

O princípio da solidariedade internacional é um dos que constam na CARTA DE PRINCÍPIOS DA UNE. Afirmamos ser ele importante tanto em relação às lutas estudantis como às lutas dos trabalhadores do mundo inteiro.

Não podemos, no entanto, ficar nos princípios. Devemos organizar campanhas, participar de encontros e seminários internacionais.

Não há a menor dúvida de que é fundamental uma articulação entre todas as entidades estudantis nacionais do mundo. A União Internacional dos Estudantes - UIE, é uma necessidade para o movimento dos estudantes de todo o mundo.

Devemos participar de uma entidade à nível internacional que seja democrática, independente e apartidária. Devemos participar de uma entidade à nível internacional cujos princípios não sejam contrários ou não firmem a carta de princípios da UNE.

Temos um pequeno conhecimento da UIE. Sabemos que a UNE era a ela filiada e deixou de ser no início da década de 60. Sabemos também que a UIE participam representações de estudantes de vários países (cerca de 100) assim como, existem alguns países que não estão representados nela. A forma de representação dos vários países é o maior problema para pensarmos em nossa filiação à UIE: nela convivem entidades de massa com representações partidárias.

Há também, pelas informações dadas pelos companheiros da atual diretoria da UNE que participaram de um encontro da UIE, vários pontos que demonstram a falta de democracia da UIE.

Frente a essa situação da UIE, qual posição devemos tomar?

1) ampliar as relações com a UIE buscando conhecê-la melhor, participando de suas reuniões como observador; 2) ampliar as relações com as Uniãoes Nacionais que não participam atualmente da UIE; 3) propor na UIE e para as Uniãoes Nacionais as CAMPANHAS INTERNACIONAIS aprovadas pelo Congresso da UNE; 4) quanto à filiação à UIE, a UNE deve condicioná-la à existência de um funcionamento democrático e de princípios que não sejam contraditórios com os nossos.

Desde já é importante a UNE frisar que entende a UIE como uma federação de Uniãoes Nacionais que tem um caráter apartidário, discordando portanto da sua atual estrutura.

# XXXII Congresso da UNE Unificar as lutas

Nesta semana, Piracicaba, uma média cidade do interior paulista, já começou a receber os primeiros estudantes que participarão do XXII congresso da União Nacional dos Estudantes. Além dos 15 mil estudantes previstos para a abertura do Congresso, também estarão presentes, políticos de todo país, representações de sindicatos, associações e representantes de entidades estudantis internacionais.

Nesta semana a expectativa dos estudantes brasileiros em relação ao XXXII Congresso da União Nacional dos Estudantes tomou conta das Universidades. Também não é pra menos, pois segundo os mais otimistas estarão presentes em Piracicaba (SP) cerca de 15.000 estudantes participando ativamente, como delegados, (5 mil) ou como observadores (10 mil). Deixando de lado as previsões podemos afirmar com toda a certeza que este será o mais democrático e talvez o mais importante de todos os Congressos já realizados pela entidade.

Ao lado da importância que assume esse Congresso, algumas questões serão alvo de grande e empolgadas polêmicas, bem no estilo do movimento estudantil. Entre estas duas se destacarão, a forma de eleição da nova diretoria e as formas de encaminhamento das lutas estudantis, principalmente para o início do próximo ano.

Sobre a forma de eleição da nova diretoria existem duas propostas: uma defende eleições através do Congresso e

tem uma importante base de apoio que é o Congresso de Educação promovido pela UNE em julho passado, quando a maioria das 500 entidades presentes se posicionou a favor. A outra proposta defende eleições em urnas e conta atualmente com o apoio de 13 dos 15 diretores da UNE. Por isso, os debates serão muito calorosos.

### Constituinte, mas sem general

A outra grande questão é a forma de luta. Aí surge a proposta de se convirgir para uma Greve Nacional por tempo indeterminado - nos moldes propostos pelo DCE da Universidade Federal do Espírito Santo (vide artigo ao lado) - que se contrapõe à proposta do atual presidente da UNE que defende "formalizar as reivindicações, enviá-las às autoridades, exigir respostas e atuar em função destas respostas".

No debate político mais geral, ao que tudo indica, as divergências serão bem maiores. No entanto, deverá predominar uma posição a favor da convocação de uma Assembleia Nacional Consti-



tuinte Livre, Democrática e Soberana. Entretanto esta maioria não significa uniformidade pois encontraremos posições muito diversas neste campo, variando desde "Constituinte com Figueiredo" até Constituinte convocada por um Governo dos Trabalhadores.

Será em torno destas ques-

tões que os vários blocos que já começam a se formar se posicionarão. Podemos considerar estes blocos compostos da seguinte forma. Bloco da "Unidade e Democracia" (composto por estudantes identificados no jornal "Voz da Unidade"); bloco da "Mãos à Obra" (composto por estudantes identificados com o jornal "Hora do

Povo"); um terceiro bloco formado pelas tendências estudantis "Refazendo", "Convenção" e "Resistência"; um outro formado pela "Liberdade e Luta" e "Novo Rumo" e finalmente um outro bloco dos que hoje lançam a ideia da Corrente Estudantil do PT, como estes blocos se comportarão no decorrer do Congresso é o que todos estão perguntando de hoje até o final do Congresso.

Para os estudantes militantes do PT, entretanto, existe um outro momento de grande expectativa que é a reunião que realizarão no dia 12 quando tentarão solidificar mais sua intervenção no próprio Congresso.

Contrariamente ao XXXI Congresso da UNE que se preocupou muito mais em criar a entidade, este Congresso tentará resolver um dos maiores problemas que a entidade sofreu neste primeiro ano de reconstrução, isto é, sua consolidação como instrumento unificador e direcionador dos estudantes brasileiros, colocando-os claramente ao lado dos trabalhadores.

## Capichabas querem Greve Nacional

"Caso o Congresso Nacional não aprove a emenda que restitui o índice de 12% do Orçamento da União para a educação, a UNE deve preparar a deflagração de uma greve nacional por tempo indeterminado pela incorporação dos 12% ao orçamento. De acordo com a avaliação do movimento a nível nacional, esta greve deve ser deflagrada em um prazo curto após a realização do XXXII Congresso da UNF, ou no primeiro semestre de 1981."

Esta é a proposta que a Assembleia Geral dos estudantes da Universidade Federal do Espírito Santo resolveu encaminhar para o XXXII Congresso da UNE. Ao mesmo tempo esperam, os estudantes capichabas, que transmitam toda a experiência que acumularam no último mes.

Tudo começou em setembro quando após intensa campanha de mobilização dos estudantes da UFES, 3 cursos (Comunicação, Ed. Física e Administração) em greve desde o mês passado, fundem seus respectivos comandos de greve (respeitando a autonomia de cada organização por curso) num comando de greve unificado, dando início à deflagração do movimento em toda a Universidade. No dia 4, reunidos em assembleia-geral, os estudantes da UFES decidem pela greve geral por tempo indeterminado, procurando unificá-la com a greve nacional dos estudantes. As principais reivindicações: reposição de R\$ 400 milhões para a UFES, contra o fechamento do Restaurante Universitário, contra as taxas cobradas na Praça de Esportes e pelo cancelamento do convênio UFES/Prefeitura de Linhares, que visa a implantação naquela cidade, de cursos pagos e de curta duração, com a consequente diminuição de vagas na UFES. Em resumo, os estudantes da UFES exigem mais verbas para a educação e seu controle paritário na Universidade.

No período da greve nacional, liderados pelo DCE, os estudantes da UFES levam a luta até a população, realizando passeatas, colhendo abaixo-assinados, realizando um ato cultural no centro de Vitória e um ato-público no dia 12, seguido de uma "procissão" de "enterro" do MEC pelas ruas e avenidas do centro da cidade.

No dia 15, em assembleia geral, os estudantes decidem pela continuação do movimento em torno das lutas específicas, permanecendo em greve até o dia 22, quando em nova assembleia decidem pela volta às aulas, devido principalmente, à pouca repercussão do movimento a nível nacional e à sua necessidade de reorganização. Foi nesta assembleia que desenvolveram a proposta de Greve Nacional por tempo indeterminado.

**Longa vida  
ao jornal  
EM TEMPO!**

## Opinião

### A Corrente do PT fortalece o partido

Por Adelino A.P. Pires \*

Desde que foi formulada a proposta de formação de uma corrente estudantil que tivesse como denominador comum o apoio ao Partido dos Trabalhadores, muitas questões contrárias a esse tipo de articulação têm sido levantadas por vários setores do ME, entre os quais, algumas posições políticas que apoiam o PT. Uns são contra a Corrente PT devido ao nome, outros, pelo caráter político que ela se propõe a assumir, e outros, pelas duas coisas. Assim, a melhor forma de dissipar as dúvidas é enumerar as argumentações contrárias à formação da Corrente PT e respondê-las uma a uma:

1) A Corrente PT fere a democracia interna do ME, rompendo seu caráter unitário, pois joga pela divisão do ME em blocos, cada qual identificado com um partido político.

- Esse argumento esquece que no interior do ME já existem grupos e tendências, cada qual com um posicionamento diante dos partidos que surgiram após a reforma partidária (ou mesmo antes, como é o caso do PT, ainda

que não no plano legal), sendo que diante da necessidade de existência de uma alternativa ao regime militar, os meios para a construção dessa alternativa variam de acordo com a proposta política e a análise de conjuntura de cada grupo ou tendência. Atualmente essas diferentes visões se traduzem, tanto no apoio ao PT como no apoio ao PMDB, enquanto instrumentos de luta contra a ditadura militar. Apesar disso, o ME tem um caráter unitário, e não será com a formação da Corrente PT que perderá esse caráter, pois a proposta da mesma não é a criação de um movimento estudantil do PT, nos mesmos moldes em que foi proposto o movimento estudantil do PMDB pelos brigadistas do jornal Hora do Povo. A Corrente PT é, isso sim, uma tentativa de unificar na prática, os setores do ME mais comprometidos com a luta pela derrubada da ditadura militar e contra a exploração capitalista. O papel da Corrente PT é o de intervenção no ME, e não o de organização do partido na Universidade, papel esse que cabe aos núcleos estudantis do

PT. A corrente PT deve lutar contra todas formas de aparelhismo nas entidades, reforçando seu caráter de massa e contribuindo concretamente para um avanço do ME, sempre vinculando-o ao movimento operário e popular como um todo, enquanto força motriz do processo de transformação social.

2) Por que não Corrente Antireformista, por exemplo?

- Porque dá margem à criação de correntes "anti-esquerdistas", anti-esta-ou-aquela-tendência e coisas do gênero. Um grave erro que a grande maioria das posições políticas do ME comete, está no fato de que a política de alianças se dá mais em torno do combate (no sentido exato da palavra) a determinadas visões do movimento, que em torno de propostas políticas e programas de ação, que se contraponham às mesmas. Nesse sentido é que a Corrente PT busca corrigir essa prática tão danosa para o ME, apresentando-se enquanto uma alternativa séria à direção reformista e a vacilantes que teimam em não reconhecer

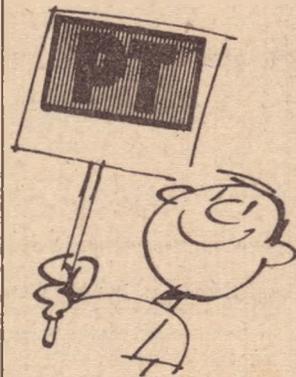
nos trabalhadores, a principal força que faz o regime recuar.

3) A Corrente PT utiliza-se do PT para ganhar respaldo entre os estudantes.

- Pelo contrário, a Corrente PT fortalece o PT, reafirmando seu caráter de partido de massas e de instrumento de intervenção política dos trabalhadores e oprimidos na vida social e política do País para transformá-lo. Como pode a Corrente PT utilizar-se do partido, se na Universidade, nós somos o partido? Alguém indagaria: "Para que servem então os núcleos estudantis do PT?" Não é difícil responder. Volto a frisar: se por um lado a militância no ME cabe à Corrente PT, por outro lado, cabe aos núcleos estudantis do PT a organização do partido no meio estudantil e a participação nos órgãos de decisão do partido.

Espero ter contribuído para o debate acerca da Corrente PT.

\* Adelino A. P. Pires é militante do PT e estudante da Universidade Federal do Espírito Santo.



**Convite**

### Encontro dos estudantes do PT

A partir de encontros realizados durante o CONEB (Julho, no Rio) e do CONEG (Agosto, em Maceió) estudantes de núcleos estudantis de diversos estados concluíram pela necessidade de convocar uma grande reunião nacional de estudantes militantes do PT.

A partir deste encontro os estudantes poderão dar uma contribuição bastante positiva à construção do partido, pois estarão inserindo o PT num movimento social, estarão contribuindo para um PT comprometido com as lutas por uma educação segundo o ponto de vista dos trabalhadores.

Neste encontro será discutida a seguinte pauta: 1: informe e posicionamento da Executiva Nacional do PT 2: Informe dos estados, troca de experiências 3: O PT e os movimentos sociais 4: A unificação dos estudantes do PT 5: Congresso da UNE: Continuidade da reunião.

**DIA 12  
ÀS  
14 HORAS  
NA  
UNIMEP**

# Mural

UEE/MG

## Combate ao terror

Após um ano de reconstrução da UEE-MG, os estudantes mineiros realizaram o II Congresso da entidade nos dias 4 e 5 de outubro, em Belo Horizonte. A perspectiva de uma greve unificada por tempo indeterminado no primeiro semestre de 81, visando 12% do orçamento da União para a área educacional e a melhoria da educação, foi o ponto alto das discussões e decisões do Congresso.

Os estudantes debateram nestes dois dias o momento político do país, sendo enfocado principalmente a escalada do terror e a impunidade de seus autores. Os eixos de intervenção estudantil neste campo deverá ser a luta intransigente pelas liberdades democráticas, a luta pelo fim da Ditadura militar, globalizadas na luta pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, Livre Soberana e Democrática. A esmagadora maioria dos mais de 400 delegados presentes deliberou e entendeu ser a Constituinte a arma principal na luta em defesa dos interesses do povo trabalhador e oprimido pelo sistema vigente.

Segundo Levy Carneiro, estudante de direito da UFMG, a existência de dois projetos direitistas para a sociedade, "o fascismo nascido no interior das Forças Armadas e o projeto de abertura, procurando dar nova fachada para o regime, mas mantendo a opressão, coloca como central a defesa intransigente da independência política da classe trabalhadora, na formulação de um projeto próprio e alternativo aos projetos das classes dominantes. Neste sentido, a luta, organização e conscientização de todos sobre a Assembleia Constituinte é a resposta para esta conjuntura".

A polêmica central do Congresso, sem dúvida, foi a greve geral por tempo indeterminado. Os defensores da proposta argumentavam que após a greve nacional de 2 dias, que ocorreu em setembro, o constante pipocar de greves e paralisações dispersas em todos os pontos do país, exigindo verbas, se tornou a greve nacional em si como o único caminho para o movimento estudantil no momento. "A proposta de greve geral - explica Fernando Costafina, diretor do DCE UFMG - não significa greve até o atendimento de todas as reivindicações estudantis na área educacional, o importante é o máximo de avaliação durante a greve, observando a correlação de forças frente ao MEC, na tentativa de conseguir algumas vitórias". Os estudantes entenderam também que a união com os professores é de fundamental importância para a paralisação nacional.

O II Congresso, segundo Américo Antunes, diretor do DCE UCMG, significou "um importante avanço na luta dos estudantes mineiros. Em primeiro lugar, porque dada as dificuldades extremas vividas por esta gestão, em sua incapacidade de contrariar as forças no Estado, um mínimo de representatividade foi garantido. Em segundo lugar apesar do atraso no andamento dos trabalhos, os dois pontos fundamentais foram discutidos: verbas e conjuntura".

O II Congresso da UEE-RJ, realizado nos dias 3, 4 e 5 deste mês, foi um reflexo de sua preparação e organização. A tirada de delegados nominal e sem a mínima discussão política já indicava que o congresso seria um jogo de cartas marcadas, onde seria mantida a hegemonia das posições representadas pelas tendências Unidade e Mãos à Obra.

As principais propostas aprovadas pela plenária foram: a campanha pelos 12% de verbas para educação; o boicote ao repasse (que na realidade é a antiga proposta de "pagamento sem aumento"); subsídio para as escolas particulares; campanha pela convocação de uma Constituinte Livre, Democrática e Soberana, precedida pelo fim da Ditadura Militar; campanha pela punição dos terroristas; cam-panha

na pelo fim da Lei de Segurança Nacional.

O Congresso deliberou que as próximas eleições serão diretas e foram apresentadas quatro chapas: Unidade, tendo como presidente Mariel (atual vice-presidente metropolitano da UEE); Unidade e Ação, encabeçada por Mariano (vice-presidente da UEE); Mobilização, chapa apoiada pelas tendências Liberdade e Luta e Ponto de Partida e Renovação, apoiada por Organizando e Refazendo.

Este congresso se constituiu de fato num jogo de cartas marcadas em que a única voz distante foi a articulação de um "grupo de independentes" unificados pela crítica ao encaminhamento burocrático das atuais forças hegemônicas e com muito custo conseguiram ler uma nota de protesto contra a falta de democracia do Congresso.

UEE/Paraná

## Reunificação

Realizou-se recentemente o Congresso de reconstrução da União Paranaense de Estudantes. A UPE, criada em 1939, participou junto com a UNE das lutas do movimento estudantil e do movimento social. Colocada na clandestinidade em 67, ainda continuou tendo intensa atuação até janeiro de 69, quando foi definitivamente fechada e suas lideranças presas.

A necessidade de reunificação dos estudantes paranaenses se tornou clara principalmente nos movimentos contra os aumentos das anuidades das universidades a partir de 79, quando a maioria das escolas do estado levou o movimento isoladamente, não tendo conseguido saldos positivos.

Depois de realização de várias reuniões do Conselho Estadual de Entidades, marcou-se esse Congresso e até um dia antes do Congresso, as previsões eram de que as principais discussões girassem em torno de elaboração de estatutos e carta de princípios de UPE, as eleições da primeira diretoria efetiva, a luta contra o ensino pago e pela democratização da universidade e o ensino sobre conjuntura. A UPE é uma organização dos estudantes de todo o país e deve trazer uma nova força ao movimento estudantil nacional.

## DCE UFRGS Surpresa nas urnas

As eleições para o DCE da UFRGS, realizadas nos dias 1 e 2 deste mês, tiveram um dos resultados mais imprevisíveis nestes últimos anos. Quando foi anunciada a contagem dos votos da primeira urna, a preocupação e apreensão que tomava conta dos militantes do PT, começou a se justificar no curso da Psicologia, onde era tida como certa a vitória da chapa Corrente, Viração obteve uma margem de diferença de mais de 50 votos.

A proximidade da discussão anterior começava a se manifestar. Quatro dias de campanha, a inexistência de debates de enapas não possibilitaram que os posicionamentos das chapas fossem claros e que as diferenças se explicitassem.

A chapa Corrente, apesar de ter uma implantação majoritária nas escolas, apresentou problemas sérios que determinaram a sua derrota. Os principais talvez tenham sido: a fraca discussão programática e propaganda em sala de aula efetuada pelos seus componentes e a má receptividade dos estudantes para com um "box" presente no programa da Corrente, onde a Tendência Estudantil Liberdade e Luta defendia posição contrária e expressa no próprio programa, em relação ao ponto democratização da universidade.

Para completar a confusão dos universitários gaúchos a chapa Viração se

apresentou como oposição à gestão anterior, absorvendo a simpatia natural que a palavra oposição provoca, apesar de um de seus coordenadores ser diretor da entidade na gestão posta em causa. O resultado desta salada geral foi a derrota por uma margem muito grande de votos da Chapa Corrente, 2.084 votos contra 2.862 da chapa Viração.

Secundaristas/P.A.

## Pelego assustado

Pela primeira vez a história da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Porto Alegre (UMES/PA), os estudantes vão poder escolher pelo voto livre e direto sua diretoria. A decisão foi tomada no dia 26 de setembro, durante a reunião do Conselho Metropolitano de Entidades de Porto Alegre (CMES/PA), quando foi tirada uma comissão eleitoral. As inscrições de chapas começaram dia 6 de outubro e a votação será realizada nos dias 28, 29 e 30 de outubro.

Esta é uma vitória da oposição que há três anos vem defendendo o direito de todos escolherem a diretoria da UMES/PA. Em 78, o Waltinho, candidato único as eleições indiretas, prometeu em seu programa eleições diretas. Em 79, através de um golpe estatutário, prorrogou seu mandato numa assembleia "guardada" por polícias, que chegaram a agredir uma estudante da oposição.

No dia 3 de outubro, o núcleo secundarista do Partido dos Trabalhadores chamou todos os estudantes interessados em discutir um programa e uma chapa de oposição a diretoria da UMES/PA. A convenção teve a participação de 100 secundaristas que definiram como pontos principais do programa o boicote às taxas dos CPMs e APMs nas escolas públicas, congelamento das taxas nas escolas particulares, preenchimento da falta de professores, a garantia das 15 passagens escolares por mês, e todo apoio à luta dos trabalhadores.

Tudo indica que a chapa de oposição (Combate) ganhará as eleições, terminando com uma década de peleguismo na entidade.

## Docentes SC Campanha Eleitoral

No dia 13 de outubro estarão se realizando as eleições para a diretoria da Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina - APUFSC. Com cerca de 90% dos professores como sócios, a APUFSC é, sem dúvida, uma das mais atuante e combativas Associações de Docentes do país.

A atual diretoria, que desde que entrou na entidade já aumentou em cerca de 300% o número de associados - de cerca de 300 sócios o quadro hoje já ultrapassou os 1200 - promove reuniões e assembleias sistemáticas para consulta, discussão e encaminhamento das lutas. Já realizaram duas breves gerais, deliberadas em assembleias com a participação de mais da metade dos professores da universidade.

Além de destacar-se no movimento sindical catarinense, a APUFSC abriga a secretaria geral da Coordenação Nacional de Associações de Docentes e tem papel destacado na organização nacional da categoria.

Com tudo isso as eleições para a diretoria da APUFSC conta com uma chapa de oposição. Descontentes com o grau de participação e combatividade dos professores da Universidade, pessoas vinculadas a reitoria anterior, organizaram uma chapa encabeçada pelo professor João Roberto Dutra.

Acusando membros da atual diretoria de usarem a APUFSC para fazer política

partidária, o professor Dutra, depois de exercer seu peleguismo na Associação dos Servidores da UFSC, pretende calar também a APUFSC.

Mas, ao que tudo indica, os setores reacionários da Universidade vão ter dificuldade para atingir seus objetivos, já que os professores catarinenses vêm muito claro quem realmente está comprometido na defesa de seus interesses.

A chapa que propõe a continuidade do trabalho da atual diretoria é composta pelos professores Osvaldo Maciel, presidente; Raul Guinter, vice; Neri dos Santos, secretário-geral; Iná Campos; 1.º secretário; Ubaldino Baltazar, tesoureiro geral e Jonas Spricigo, 1.º tesoureiro.

## UEE/SP Eleições sem surpresa

O resultado das eleições da UEE/SP praticamente não trouxe nenhuma grande novidade. Como era esperado a chapa Viração recebeu a maior votação (25617 votos), em segundo lugar ficou a chapa Mãos à Obra com 21.714 votos, em terceiro Mobilização Estudantil com 20.391 e em último Unidade e Democracia com 14.956 votos. Os votos brancos foram 4.778 e os nulos 2.959.

Apesar do número de votantes ter sido quase 50% maior que o ano passado ainda esta muito aquém dos 400 mil estudantes existentes em São Paulo. Sem dúvida, o problema maior nestas eleições foi a qualidade das campanhas, pois apenas nos últimos três dias antes das eleições é que as campanhas se intensificaram, não dando condições de uma maior participação e mesmo impossibilitando que os estudantes diferenciassem melhor as diversas propostas. Entretanto a maior surpresa foi a votação recebida por Mãos à Obra, que ficou apenas 3.903 votos atrás da primeira colocada. Ainda, um outro fato que vale ressaltar é que na escola de economia da USP, onde Patrício Prado Filho - novo presidente eleito estudava - a chapa vitoriosa obteve apenas 50 votos dos 477 votantes, ficando em último lugar.

## APEOESP Paralisação no dia 14

Este ano os professores das escolas de 1.º e 2.º graus do Estado de São Paulo comemorarão o dia do professor de modo diferente. Precisamente no dia 14 de outubro, às vésperas do seu dia, os professores paralisarão as atividades. Esta foi a decisão tomada na última assembleia da categoria, convocada pela APEOESP.

Na verdade esta proposta surgiu em Brasília, entre as delegações de professores de vários estados que lá estavam acompanhando a votação da emenda constitucional de aposentadoria aos 25 anos de serviço, quando vergonhosamente o PDS - partido da ditadura - recusou tal emenda. Posteriormente a proposta foi assumida pela Comissão Pró Entidade Nacional de Profissionais da Educação que reunida na Paraíba propôs aos Estados a paralisação como uma forma de repúdio à não aprovação da aposentadoria aos 25 anos como exigência de mais verbas para a Educação e de reajustes semestrais.

A exemplo do que ocorreu no ano passado a APEOESP aprovou a realização de uma Semana de Educação a

realizar-se de 9 a 15 de outubro, culminando com a paralisação do dia 14. Esta semana constará de painéis, debates, panfletos e discussão com a população nos bairros e no centro da cidade sobre os problemas do Ensino. Ainda no dia 14 será realizada a II Caminhada pela Educação, que além de reivindicar melhoria do ensino protestará contra a medida da Secretária da Educação que impede o aumento de vagas para a primeira série do 2.º grau, nas escolas públicas. Ao final da caminhada os professores participarão, com os demais servidores públicos da Assembleia Metropolitana de Servidores que deverá encaminhar os próximos passos da campanha pelo reajuste semestral do funcionalismo.

UEE/Rio

## Cartas marcadas

O II Congresso da UEE-RJ, realizado nos dias 3, 4 e 5 deste mês, foi um reflexo de sua preparação e organização. A tirada de delegados, nominal e sem a mínima discussão política já indicava que o congresso seria um jogo de cartas marcadas, onde seria mantida a hegemonia das posições representadas pelas tendências Unidade e Mãos à Obra.

As principais propostas aprovadas pela plenária foram a campanha pelos 12% de verbas para educação; o boicote ao repasse (que na realidade é a antiga proposta de "pagamento sem aumento"); subsídio para as escolas particulares; campanha pela convocação de uma Constituinte Livre, Democrática e Soberana, precedida pelo fim da Ditadura Militar; campanha pela punição dos terroristas; campanha pelo fim da Lei de Segurança Nacional.

O Congresso deliberou que as próximas eleições serão diretas e foram apresentadas quatro chapas: Unidade, tendo como presidente Mariel (atual vice-presidente metropolitano da UEE); Unidade e Ação, encabeçada por Mariano (vice-presidente da UEE); Mobilização, chapa apoiada pelas tendências Liberdade e Luta e Ponto de Partida e Renovação, apoiada por Organizando e Refazendo.

Este congresso se constituiu de fato num jogo de cartas marcadas em que a única voz destoante foi a articulação de um "grupo de independentes" unificados pela crítica ao encaminhamento burocrático das atuais forças hegemônicas e com muito custo conseguiram ler uma nota de protesto contra a falta de democracia do Congresso.

Leia e assinie  
**EM TEMPO!**

# É hora de derrubar os pelegos



Os últimos anos - das greves por fábricas de 1978 até as gigantescas greves da categoria, como a do ABC/80 - tiveram, entre tantos, o mérito de por a claro, dentro do movimento operário e sindical, uma série de equívocos e falsos problemas.

É quase consenso, ente os militantes sindicais das mais variadas correntes, que se evidenciou, neste período, a importância que tem uma direção sindical dinâmica e classista, para que o movimento reivindicatório conte com o entusiasmo e confiança das "bases". Em outras palavras, tornou-se claro o quanto é importante lutar pela conquista da direção dos sindicatos existentes, com todas as limitações fascistas que os atrelam ao governo.

Os obstáculos colocados para se conseguir

direções combativas nos sindicatos hoje no Brasil começam na própria legislação. Afinal, compor 24 nomes de trabalhadores que não estejam desempregados no momento, tenham dois anos contínuos na categoria e na mesma base (em geral o município), seis meses de sindicalizados, documentação absolutamente em ordem, não é coisa fácil. Os militantes operários que mais se destacam e ganham a confiança de seus companheiros são geralmente detectados pelas listas negras dos patrões e forçados a mudar de base ou mesmo de categoria. E quando conseguem driblar o meio campo, chegam no grande zagueiro de área do sistema: o veto da polícia política. Pois, mesmo sem o AI-5 e com a anistia parcial, centenas de brasileiros, dirigentes sindicais cassados, continuam com seus direitos políticos suspensos. E continua em vigor a famigerada

Portaria 3437 do Ministério do Trabalho (1974), que declara inelegível aquele "que pública e ostensivamente, por atos ou palavras, defenda princípios ideológicos de partido cujo registro tenha sido cassado, ou de associação ou entidade de qualquer natureza cujas atividades tenham sido consideradas contrárias ao interesse nacional e cujo registro haja sido cancelado ou que tenha tido seu funcionamento suspenso por autoridade competente".

A Lei de Segurança nacional, mais rigidamente ainda, declara inelegível todo cidadão que procure reorganizar "ainda que sob falso nome ou forma dissimulada, partido político ou associação que exerça atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional". Como se vê, a legislação permite à justiça dos patrões vetar qualquer candidatura que lhe pareça incomoda.

Se, contudo, o cidadão passar pelo primeiro round, encontrará eleições em que, além das vantagens da máquina governamental, patronal e sindical, os pelegos contarão com mesas de votação designadas pelo Ministério do Trabalho, com nomes fornecidos pelo presidente do sindicato (artigo 22 da portaria 33437).

É dentro desse quadro que dezenas de categorias de trabalhadores, no país inteiro, terão pela frente uma safra de eleições sindicais, a partir do final deste ano. E por isso, **EM TEMPO** procurará, a partir de agora, manter uma série de reportagens a esse respeito, mostrando detalhadamente essas dificuldades (e outras mais...). E mostrando também quais as formas pelas quais chapas anti-pelegas conseguiram vencê-las, em algumas categorias que estão hoje sob "direções de oposição."

## Engenheiros/S.P.

### Como ganhar e levar

Há cerca de dois meses, noticiamos a vitória da oposição nas eleições do Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo. O pelego, Ciro Peixoto dos Santos, apoiado pelos malufistas e pelos brigadistas do jornal *Hora do Povo*, assistiu com espanto o fim de seus vinte anos de reinado. Esta reportagem é a síntese da longa entrevista que nos concederam quatro militantes do Movimento dos Engenheiros. Três deles estão na chapa vencedora (Candido, Roberto, Wolf) e o quarto, Link, foi fiscal e membro atuante do movimento.

A maior parte das direções de sindicatos de engenheiros, em todo o país, estão no cargo há 10, 15, 20 anos. Recentemente, foram surpreendidas pelo surgimento e ascensão de chapas oposicionistas que conseguiram vitórias significativas: (Rio de Janeiro, R.G. do Sul, S. Paulo e Minas, neste último, a oposição não tomou posse). Esse movimento parece estar muito ligado à modificação fundamental ocorrida na própria carreira do engenheiro, acossada por um processo de proletarianização crescente. Os sindicatos não mudaram, não pioraram. O que aumentou foi o contraste entre sua velha estrutura e a nova situação do engenheiro como assalariado. A perspectiva do engenheiro como "profissional liberal" foi se tornando cada vez mais frágil.

#### O Movimento dos Engenheiros pró-sindicalização

O nascimento de uma motivação para a luta sindical levou, em alguns Estados, os engenheiros a procurarem canais de participação. Em SP, em 1976-77, um grupo de jovens profissionais, com alguma experiência política vinda do movimento estudantil, tinham pela frente duas opções: o sindicato e o Instituto de Engenharia (IE). Foram esconçados do sindicato como "comunistas". O IE, por outro lado, tem até hoje a característica de ser uma entidade da engenharia (inclusive dos empresários) e não propriamente dos engenheiros. Foi então fundado o CETE (Centro de Estudos de Tecnologia e Engenharia), reunindo 400 sócios e realizando seguidos debates, um dos quais sobre as entidades representativas e seu papel. Em setembro de 1979, chegou-se à conclusão que o sindicato era a entidade capaz de levar o necessário trabalho de massa junto a parcelas mais amplas da categoria. Fundou-se então o Movimento dos Engenheiros Pró-Sindicalização, que não tinha, a princípio, clareza sobre a questão da tomada do sindicato. A campanha de sindicalização redundou num aumento de cerca de 1500 sócios, num total anterior de 3500, no espaço de seis meses. O movimento realizou simpósios sobre os problemas da categoria, levantou reivindicações (relativas ao desemprego, condições de trabalho, política salarial do

governo, democratização do sindicato), cobrindo um vazio deixado pela completa omissão da direção sindical. No interior do movimento, porém, uma parcela acreditava na possibilidade de negociar com o pelego a atuação dentro da entidade, aproveitando os "novos tempos" da abertura. Assumindo as bandeiras oposicionistas, a seu modo, o pelego abria uma concorrência ativa com o movimento e obrigava a novas discussões, em que o problema do trabalho dentro da entidade e da independência organizativa e ideológica da oposição se tornou muito agudo. Não pretendendo se constituir num "sindicato paralelo", o movimento trabalhava no sindicato mas não deixava de ter suas reuniões, agora, inclusive, dentro do sindicato.

#### O movimento muda mas não desaparece

A situação parecia propícia a apagar a história do movimento e negar suas bandeiras, em nome da unidade. Mas isso não se deu. Em janeiro, o movimento praticamente "entrava" no sindicato, com a assembléia que a direção tinha emcampado. Nesse momento, o Movimento tinha editado um jornal.

#### A chapa oposicionista

Na ocasião das eleições, entre a opção de fazer uma chapa de oposição e a da corrente que preferia aderir ao pelego, ficava um pessoal do IE que não se tinha ainda definido. O Movimento argumentava que era impossível dinamizar e democratizar o sindicato com as velhas múmias na cabeça. Procurou então algum nome mais conhecido e menos "queimável", para encabeçar a chapa: Horácio Hortiz, deputado pelo PMDB, que aceitou a idéia. Nesse momento, foi mais fácil atrair o pessoal do IE. Os adesistas chegaram à balança, acabando porém por confiar mais na máquina eleitoral, que o pelego na verdade não tinha sob seu completo domínio.

À partir daí a oposição começou um trabalho minucioso de marcação sobre o pelego e sobre o DRT, através de sua "comissão de mutretas e mumunhas", uma propaganda intensa de propaganda da chapa, que custou muito trabalho e muitos gastos. O trabalho era dirigido mesmo aos não sindicalizados, primeiro por necessidade, depois para "cercar" e influenciar os sindicalizados, votantes, e para trazer a categoria à sindicalização.

Retomando a experiência eleitoral dos bancários de SP, e reunindo outras "dicas" importantes que outras categorias deverão aproveitar, conseguiu marcas sob pressão a DRT, o pelego e os adesistas, conseguindo 60% dos votos. (RM)

## Metalúrgicos/Novo Hamburgo-RS

### Pelego derrotado na primeira

Por Sérgio Ruckert

Três pelegos podem perder seus cargos de burocratas na direção de sindicatos na região da Grande Porto Alegre. São eles os dos metalúrgicos de Novo Hamburgo e São Leopoldo - que passam por um período de eleições - e os motoristas, estes com uma intensa mobilização depois das denúncias de dedução que a diretoria cometia.

Duas chapas se inscreveram no sindicato de Novo Hamburgo: a do pelego Sebastião Maroni Ody, candidato à reeleição, e a oposição, encabeçada pelo João Machado. Alentadamente, no último dia 26, a oposição venceu. De um total de 1.264 votantes, quando o número de eleitores era de 1.526, a chapa 2 reuniu 662, enquanto que a 1, 581 votos. Mas como não atingiram a maioria absoluta, a decisão ficou para uma segunda rodada, agora dia 10

A vitória, se consumada, o que é provável, significará uma mudança no quadro político dos metalúrgicos do Estado, pois até o momento todos os seus sindicatos estão nas mãos de pelegos. A consequência mais imediata poderá ser o aumento de probabilidade de vitória da oposição de São Leopoldo, nos dias 26, 27 e 28 de novembro.

Os companheiros de Novo Hamburgo enfrentaram um osso duro de roer. Com um programa que defendia o direito de greve, destrelamento do ministério, delegado sindical com estabilidade, pela Central Única dos Trabalhadores, reformulação do FGTS com estabilidade e outros pontos, se contrapuseram a uma história que já remonta 23 anos de ocupação do sindicato pelo pelego Sebastião. Articularam uma chapa não só com uma boa penetração na categoria: foram mais longe, relacionando-se intimamente com moradores de vilas e os membros das diversas associações de bairros.

"Vamos manter nossas conquistas: mais médicos, dentistas, advogados, canchas de futebol e salão de festas". É o slogan da chapa 1, que pretende dar continuidade às gestões pelegas em São Leopoldo. Há em cima deste grotesco assistencialismo que gira a campanha dessa chapa, combinando com denúncias à oposição. A oposição apresenta-se com um programa contendo quatro eixos básicos: por melhores condições de vida e trabalho, pela democratização do sindicato, pela organização da categoria (comissões de fábrica) e lutas conjuntas com todos os trabalhadores.

Propõe, para mobilizar os sete mil eleitores de um total de 16 mil metalúrgicos que compõe a categoria, discutir nas fábricas ou local de moradia o seu programa, procurando diferenciar as propostas das chapas, politizando e tornando o voto consciente.

"Nosso objetivo hoje é retomar o sindicato, pois ele é uma casa de lutas, de reivindicações. Hoje ele é apenas uma casa médica, com forte influência dos patrões. Inclusive a diretoria chega a receber elogios públicos do sindicato patronal". Assim se expressou um motorista de ônibus, que hoje está preocupado em rearticular a oposição sindical e derrubar a diretoria

Propondo discussões e debates nos pontos finais das linhas, nas garagens, a renascença oposição começa a dar os primeiros passos na sua articulação com o grosso da categoria. "O pessoal acha que deve ser convocada uma assembléia para discutir as denúncias que o Othelo fez ao DOPS, e com a qual toda a diretoria está comprometida, assim como outras denúncias que estão surgindo, como venda ilícita de patrimônio do sindicato".

São os primeiros passos desta oposição depois que ela foi desarticulada pelo pelego no ano passado.

## Pelo fim da intervenção nos sindicatos.



**Os trabalhadores brasileiros estão cansados da tutela do Ministério do Trabalho. Por isso, querem ter o seu direito a um sindicato livre e independente.**

Este anúncio será publicado por este jornal enquanto perdurar a intervenção (total ou parcial) nos seguintes sindicatos:

Metalúrgicos de São Bernardo e Santo André, Bancários de Porto Alegre, São Paulo, Uberlândia e Fortaleza.

## Tenorinho Contra a intolerância e o sectarismo

Aqui, a primeira parte de uma entrevista concedida por Luís Tenório de Lima, o "Tenorinho" do Comando Geral dos Trabalhadores ao EM TEMPO. Nela, o antigo presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação de São Paulo propõe a unidade na campanha salarial dos metalúrgicos da capital e critica o sectarismo de certas correntes.

Por Régis Moraes

- Como você está vendo a campanha salarial dos metalúrgicos de São Paulo? Ao seu ver, qual a postura correta a ser adotada pelos trabalhadores?

- Assisti a campanha do ano passado. Foi a única vez que senti tristeza em assembleias de trabalhadores. Foi uma derrota dura, terrível, cruel, gerada pela falta de planificação, de comando e de seriedade, na maneira de encaminhar as reivindicações. Quando se pediu 83%, era 83% ou greve. Já se sabia de antemão que 83% não era viável, já se tinha outro objetivo. Podia ser até com greve, mas tinha que ser viável. Entendo que hoje os metalúrgicos revisaram isso. As avaliações de parte a parte - da situação e das oposições - têm um traço em comum: existiram erros graves. Parece-me salutar, hoje, não querer repeti-los. O que deve nos orientar hoje?

Em primeiro lugar, um elenco o mais viável possível, o que não significa entregar a rapadura, como se diz. Coisas negociáveis, com margem de vitória, onde os trabalhadores podem se jogar. Plataforma ampla e unitária, para não haver o disparate que houve em outras épocas, como no ano passado. Não é por acaso que aquele movimento do ano passado chegou a quatro ou cinco mil numa categoria de 350 mil metalúrgicos, não é?

Os trabalhadores não acreditavam naquilo. O elenco de reivindicações hoje, as colocações são mais sensatas e existe a perspectiva de se poder mobilizar toda a categoria e só uma participação maciça da categoria vai impor uma solução mais adequada aos interesses dos trabalhadores. Deve-se evitar fazer o jogo desta ou daquela corrente que atua no sindicato. O traço dominante deve ser a unidade em torno do elenco de reivindicações. As outras questões devem ficar para depois dessa campanha, em que estão em jogo os interesses de mais de 300 mil famílias. Nenhuma corrente sindical ou política tem o direito de por em risco isso. Tem que haver essa compreensão, esse esforço, essa renúncia.

- Você esteve na última assembleia. Você não acha que houve a utilização de métodos condenáveis de condução, na assembleia, métodos de intimidação, perigosos, inclusive no sentido de causar essa radicaliza-

ção e divisão de que você fala? - Não vi. Mas se houve, tem que ser evitado. Dentro de uma campanha, todos tem que ter direito à palavra. A assembleia para ser democrática, tem que ser soberana, decidir sem ser condicionada. - Você deve ter notado que na hora de votação para escolha dos oradores, os nomes de alguns operários conhecidos e identificados com a oposição, como Waldemar Rossi, chegaram a ser muito aplaudidos. Mas que na hora da votação, a mesa mudou os critérios e encaminhou uma votação por "chapas", os "Décio Malho" versus a oposição, não mais escolha nome por nome...

- Eu estava lá e vi. Foi uma votação por chapas, sendo uma majoritária. Agora, cabia um recurso, uma questão de ordem, de se propor votação nome por nome. Nada impedia, ou devia impedir isso. Se foi uma manobra, cabia recurso ao prejudicado, do ponto de vista da democracia sindical...

- Num determinado momento, você deve ter notado que um dos oradores, que tem se identificado tradicionalmente com o semanário "Hora do Povo", perdeu as estribeiras e começou a acusar elementos oposicionistas de "filhos da ditadura, agentes dos patrões e das multinacionais". O que ficou pior, porque é a mesma terminologia empregada por conhecidos dos panfletos anônimos distribuídos em São Paulo, dedando militantes das oposições. Essa "coincidência" não pode inaugurar um método perigoso?

- Acho errado esse método de canimbar pessoas. A intolerância não é um método correto para a classe operária. Eu não acredito que esse método leve à unidade, nem seja democrático. Sou pelo debate fraternal. Quem ganha, leva. E é preciso saber perder e ganhar. Numa batalha dessas, o limite é o interesse dos trabalhadores. Eles se digladiam até onde vai o interesse dos trabalhadores. A categoria identificar quem tem capacidade para se colocar acima das disputas de corrente. O importante na campanha deste ano é recuperar força. Porque o Vidigal, presidente da FIESP, já disse que é hora do diálogo, mas também disse que não abre mão do lucro dele. É importante o diálogo, mas sem abrir mão dos nossos direitos. São interesses distintos...

- Você esteve na última assembleia. Você não acha que houve a utilização de métodos condenáveis de condução, na assembleia, métodos de intimidação, perigosos, inclusive no sentido de causar essa radicaliza-

## Metalúrgicos de São Paulo

# Bem "armado" Joaquinção vence o 1.º "round"

Joaquim dos Santos Andrade começou na frente a campanha salarial dos metalúrgicos, controlando totalmente a assembleia, que reuniu dois mil trabalhadores no dia 26 de setembro. Favorecido pela fragilidade das oposições sindicais - sem propostas e qualquer iniciativa - o velho pelego prepara vôos mais altos, buscando projetar-se como sucessor do Lula, no sindicalismo brasileiro.

Por Edu Costa e Tom Duarte

Sexta-feira, dia 26 de setembro. O velho cine Romy, um "pulguero" do bairro paulistano do Brás, parecia renascer com o movimento de dois mil metalúrgicos, que compareciam à primeira assembleia salarial da categoria. Algo de novo, um clima diferente pairava no ar. A entrada, entre a gritaria dos vendedores de jornais alternativos, funcionários do sindicato e ativistas ligados à diretoria, aos brados de "só entra metalúrgico, patrão e divisionista não entram", exigiam identificação (carteira do sindicato ou de trabalho), para quem quisesse entrar. Era o prenúncio da cena observada no auditório: sérios, com ar competentes, Joaquim dos Santos Andrade e seus auxiliares, além de Argeu dos Santos, Presidente da Federação dos Metalúrgicos, ocupavam o palco, dominado por uma gigantesca e única faixa que dizia, "Unir sempre, dividir jamais", em letras garrafais.

Muitos trabalhadores estavam uniformizados com a camiseta do "Décio Malho" (personagem criado pelos editores do jornal do sindicato, "O Metalúrgico"), que a diretoria arranjou para os que participaram dos cursos de formação sindical e para os representantes de fábrica que o sindicato organizou, desde maio, uns 1.200 ao todo.

Muitos outros trabalhadores, das antigas figuras que chegaram a participar de oposição ao velho Joaquinção e hoje são mais conhecidos como carrapatos do pelêgo - hoje, linha de frente do serviço de ordem e repressão, montado pela diretoria - aos que resistiram ao canto de sereia e se mantêm no combate à estrutura sindical e a seus agentes. Além da "vanguarda", evidentemente, um número significativo de trabalhadores que compareceram à assembleia pela primeira vez, ansiosos por respostas a seus problemas salariais, preocupados com a inflação, o desemprego, a vida dura que tem que enfrentar diariamente.

As reivindicações que o secretário do sindicato, o gordo Orlando Malvezzi apresentaram, podem ser consideradas boas: 20% além do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), reajustes trimestrais, um piso mínimo de Cr\$13.950,00 mensais (Cr\$58 por hora), estabilidade no emprego, representante sindical (ainda que restrito apenas aos sindicalizados). Única falha gritante, a ausência da reivindicação das 40 horas de jornada semanal de trabalho, por sinal já alcançada pelos petroleiros de todo o País, em seu último acordo com a Petrobrás, em setembro.

to, que garantem o direito da palavra, em assembleia a todo metalúrgico. Pelas regras do Joaquim, falariam apenas três representantes das "comissões de fábricas", escolhidos numa churrascada realizada no sítio de Mogi das Cruzes, duas semanas antes, e três oradores indicados pelo plenário, eleitos nominalmente. Mesmo isso, casuisticamente, foi mudado à última hora (esse filme já passou em algum lugar): como alguns nomes indicados pelos amigos do pelêgo haviam sido vaiados e corriam o risco de serem repudiados pela assembleia, Joaquim efetivou a votação em bloco: os "Décio Malho" de um lado e do outro, os oposicionistas, entre eles o metalúrgico Waldemar Rossi (o mesmo que leu um discurso para o Papa, no Morumbi), por sinal, bastante aplaudido. Com a ajuda da claque, e da confusão, a votação encaminhada rapidamente, acabou dando vitória aos três "Décio Malho".

Com isso, o "general" - alcunha forjada por um orador, o "Bigode" - Joaquim garantiu com tranquilidade o término da assembleia e a aprovação do elenco de reivindicações (que de resto, contou com o apoio das oposições sindicais: Valdemar Rossi, por exemplo, iria propor apenas a inclusão da luta pelas 40 horas). Transformada em permanente, a assembleia terá continuidade em data não fixada, ainda, precedida por uma reunião da Comissão de Mobilização, na quarta-feira, dia 8.

Com isso, o "general" - alcunha forjada por um orador, o "Bigode" - Joaquim garantiu com tranquilidade o término da assembleia e a aprovação do elenco de reivindicações (que de resto, contou com o apoio das oposições sindicais: Valdemar Rossi, por exemplo, iria propor apenas a inclusão da luta pelas 40 horas). Transformada em permanente, a assembleia terá continuidade em data não fixada, ainda, precedida por uma reunião da Comissão de Mobilização, na quarta-feira, dia 8.

Com isso, o "general" - alcunha forjada por um orador, o "Bigode" - Joaquim garantiu com tranquilidade o término da assembleia e a aprovação do elenco de reivindicações (que de resto, contou com o apoio das oposições sindicais: Valdemar Rossi, por exemplo, iria propor apenas a inclusão da luta pelas 40 horas). Transformada em permanente, a assembleia terá continuidade em data não fixada, ainda, precedida por uma reunião da Comissão de Mobilização, na quarta-feira, dia 8.

Com isso, o "general" - alcunha forjada por um orador, o "Bigode" - Joaquim garantiu com tranquilidade o término da assembleia e a aprovação do elenco de reivindicações (que de resto, contou com o apoio das oposições sindicais: Valdemar Rossi, por exemplo, iria propor apenas a inclusão da luta pelas 40 horas). Transformada em permanente, a assembleia terá continuidade em data não fixada, ainda, precedida por uma reunião da Comissão de Mobilização, na quarta-feira, dia 8.

Com isso, o "general" - alcunha forjada por um orador, o "Bigode" - Joaquim garantiu com tranquilidade o término da assembleia e a aprovação do elenco de reivindicações (que de resto, contou com o apoio das oposições sindicais: Valdemar Rossi, por exemplo, iria propor apenas a inclusão da luta pelas 40 horas). Transformada em permanente, a assembleia terá continuidade em data não fixada, ainda, precedida por uma reunião da Comissão de Mobilização, na quarta-feira, dia 8.

Com isso, o "general" - alcunha forjada por um orador, o "Bigode" - Joaquim garantiu com tranquilidade o término da assembleia e a aprovação do elenco de reivindicações (que de resto, contou com o apoio das oposições sindicais: Valdemar Rossi, por exemplo, iria propor apenas a inclusão da luta pelas 40 horas). Transformada em permanente, a assembleia terá continuidade em data não fixada, ainda, precedida por uma reunião da Comissão de Mobilização, na quarta-feira, dia 8.

Com isso, o "general" - alcunha forjada por um orador, o "Bigode" - Joaquim garantiu com tranquilidade o término da assembleia e a aprovação do elenco de reivindicações (que de resto, contou com o apoio das oposições sindicais: Valdemar Rossi, por exemplo, iria propor apenas a inclusão da luta pelas 40 horas). Transformada em permanente, a assembleia terá continuidade em data não fixada, ainda, precedida por uma reunião da Comissão de Mobilização, na quarta-feira, dia 8.

Com isso, o "general" - alcunha forjada por um orador, o "Bigode" - Joaquim garantiu com tranquilidade o término da assembleia e a aprovação do elenco de reivindicações (que de resto, contou com o apoio das oposições sindicais: Valdemar Rossi, por exemplo, iria propor apenas a inclusão da luta pelas 40 horas). Transformada em permanente, a assembleia terá continuidade em data não fixada, ainda, precedida por uma reunião da Comissão de Mobilização, na quarta-feira, dia 8.

Com isso, o "general" - alcunha forjada por um orador, o "Bigode" - Joaquim garantiu com tranquilidade o término da assembleia e a aprovação do elenco de reivindicações (que de resto, contou com o apoio das oposições sindicais: Valdemar Rossi, por exemplo, iria propor apenas a inclusão da luta pelas 40 horas). Transformada em permanente, a assembleia terá continuidade em data não fixada, ainda, precedida por uma reunião da Comissão de Mobilização, na quarta-feira, dia 8.

Com isso, o "general" - alcunha forjada por um orador, o "Bigode" - Joaquim garantiu com tranquilidade o término da assembleia e a aprovação do elenco de reivindicações (que de resto, contou com o apoio das oposições sindicais: Valdemar Rossi, por exemplo, iria propor apenas a inclusão da luta pelas 40 horas). Transformada em permanente, a assembleia terá continuidade em data não fixada, ainda, precedida por uma reunião da Comissão de Mobilização, na quarta-feira, dia 8.

Com isso, o "general" - alcunha forjada por um orador, o "Bigode" - Joaquim garantiu com tranquilidade o término da assembleia e a aprovação do elenco de reivindicações (que de resto, contou com o apoio das oposições sindicais: Valdemar Rossi, por exemplo, iria propor apenas a inclusão da luta pelas 40 horas). Transformada em permanente, a assembleia terá continuidade em data não fixada, ainda, precedida por uma reunião da Comissão de Mobilização, na quarta-feira, dia 8.

Com isso, o "general" - alcunha forjada por um orador, o "Bigode" - Joaquim garantiu com tranquilidade o término da assembleia e a aprovação do elenco de reivindicações (que de resto, contou com o apoio das oposições sindicais: Valdemar Rossi, por exemplo, iria propor apenas a inclusão da luta pelas 40 horas). Transformada em permanente, a assembleia terá continuidade em data não fixada, ainda, precedida por uma reunião da Comissão de Mobilização, na quarta-feira, dia 8.

Com isso, o "general" - alcunha forjada por um orador, o "Bigode" - Joaquim garantiu com tranquilidade o término da assembleia e a aprovação do elenco de reivindicações (que de resto, contou com o apoio das oposições sindicais: Valdemar Rossi, por exemplo, iria propor apenas a inclusão da luta pelas 40 horas). Transformada em permanente, a assembleia terá continuidade em data não fixada, ainda, precedida por uma reunião da Comissão de Mobilização, na quarta-feira, dia 8.

Com isso, o "general" - alcunha forjada por um orador, o "Bigode" - Joaquim garantiu com tranquilidade o término da assembleia e a aprovação do elenco de reivindicações (que de resto, contou com o apoio das oposições sindicais: Valdemar Rossi, por exemplo, iria propor apenas a inclusão da luta pelas 40 horas). Transformada em permanente, a assembleia terá continuidade em data não fixada, ainda, precedida por uma reunião da Comissão de Mobilização, na quarta-feira, dia 8.



## Assumir a luta

Nesse sentido, torna-se infrutífero e desgastante centralizar o combate ao pelego ao nível ideológico, em inflamados discursos contra seu passado de traições à classe. Isso não basta, alguns operários mais conscientes já entendem que a tática deve ser outra. Por exemplo: a diretoria está querendo "mobilizar" a categoria com um trabalho molecular e disperso. É importante que os trabalhadores de oposição assumam essa tarefa, acompanhando a grande massa que fará sua experiência com o pelêgo, aprenderá logo quem é ele, em cada vacilação. Portanto, é preciso incorporar-se ao contingente de "Décios Malhos", em boa parte formada por elementos novos, ainda não contaminados pelos pelegos e carrapatos, estimulando o seu espírito crítico, questionando o burocratismo e atuação anti-democrática da direção do sindicato.

É isso só será possível com um trabalho prático, não apenas ideológico. Vai vencer, de fato, o setor que melhor souber organizar os "Décios Malho" e o restante da categoria que está dispersa, e apresentar as respostas mais consequentes para resolver seus imensos problemas.

É isso só será possível com um trabalho prático, não apenas ideológico. Vai vencer, de fato, o setor que melhor souber organizar os "Décios Malho" e o restante da categoria que está dispersa, e apresentar as respostas mais consequentes para resolver seus imensos problemas.

## Pelegos e intelectual machista atacam

"Suas putinhas, vocês têm que estar em casa lavando louça e não ficar em porta de fábrica, enganando o trabalhador. Além disso, mulher como você é na porrada mesmo". Frases desse calão, deixam ver bem a quantidade de uma campanha de intimidação desencadeada pelos pelegos que controlam o sindicato dos metalúrgicos de São Paulo. Foi ouvida no mesmo dia da assembleia, às sete horas da manhã, em frente à fábrica Comert, no Jaguaré, na Zona Oeste de São Paulo, pela metalúrgica Mercês, da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Foi proferida por Pernambuco, um provocador, funcionário do Sindicato, o mesmo que começou a briga na assembleia que decretou o fim da greve, em 1979.

"Eu estava distribuindo o boletim do movimento de oposição convocando os trabalhadores para assembleia, é Mercês quem conta. Ai, parou uma pedra em frente à fábrica, ocupada pelo Jaime, um diretor do Sindicato, acompanhado pelo Pernambuco, que foi logo chamando o nosso boletim de divisionista, feito por um pessoal que está apoiando a proposta do governo, para acabar com a assistência médica".

A resposta da metalúrgica veio rapidamente, lembrando que o sindicato não estava convocando suficientemente a categoria para a assembleia. De quebra, recordou a traição do Joaquim, em 1978, "entregando" a greve geral. Daí, foi a vez de Pernambuco se irritar e assumir as dores do chefe, afirmando, valendo: "se viver que correr sangue, vai correr sangue, mas vamos garantir a unidade", disse ele, ao passo em que arrancava os

boletins das mãos de Mercês, rasgando-os. Como esta protestasse, a valentia não titubeou. Furioso, pegou-a pela gola do casaco, sacudindo-a. Chamado por Mercês, o diretor Jaime, procurou conciliar, sem deixar de fazer um comentário machista: "não bate não", disse, dirigindo-se a Pernambuco, "com mulher a gente tem outras coisa pra fazer".

que estaria integrando a assessoria especial do Joaquim (coisa, aliás, que outros órgãos, da "Gazeta Mercantil" ao "Movimento", noticiaram), considerava Braz de Araújo, que justificou sua presença na assembleia apenas como "pesquisador".

Certamente, ao acreditar nessa versão, será muito difícil explicar a estranha euforia que atingiu o professor Araújo, logo após o incidente, quando era visto abraçado fraternal e fortemente com alguns dos mais conscientes pelegos e seus amigos. Talvez, seja o entusiasmo diante de mais uma página gloriosa vivida pelo proletariado brasileiro...

Tem troco

Mas nem todos esses ataques ficaram sem resposta (por sinal, que tal uma manifestação da Associação dos Sociólogos sobre os ataques de Braz de Araújo?). Isso pelo menos, é o que vai acontecer com outro brutamonte, que agrediu a metalúrgica Arlete, que acusada de estar "espionando" no sindicato, do qual é associada, foi posta aos empurrões para fora da entidade. Arlete já encaminhou a carteira sindical e de identificação que o agressor deixou cair na hora do entrevio.

à Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese, que deverá abrir um processo contra o "machista", simultâneo ao processo de difamação que a mesma Comissão preparou para apurar as origens dos boletins apócrifos, lançados em nome do "Luta Sindical", acusando elementos de Oposição sindical de máversação dos recursos do fundo de greve.

que estaria integrando a assessoria especial do Joaquim (coisa, aliás, que outros órgãos, da "Gazeta Mercantil" ao "Movimento", noticiaram), considerava Braz de Araújo, que justificou sua presença na assembleia apenas como "pesquisador".

Certamente, ao acreditar nessa versão, será muito difícil explicar a estranha euforia que atingiu o professor Araújo, logo após o incidente, quando era visto abraçado fraternal e fortemente com alguns dos mais conscientes pelegos e seus amigos. Talvez, seja o entusiasmo diante de mais uma página gloriosa vivida pelo proletariado brasileiro...

Tem troco

Mas nem todos esses ataques ficaram sem resposta (por sinal, que tal uma manifestação da Associação dos Sociólogos sobre os ataques de Braz de Araújo?). Isso pelo menos, é o que vai acontecer com outro brutamonte, que agrediu a metalúrgica Arlete, que acusada de estar "espionando" no sindicato, do qual é associada, foi posta aos empurrões para fora da entidade. Arlete já encaminhou a carteira sindical e de identificação que o agressor deixou cair na hora do entrevio.

à Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese, que deverá abrir um processo contra o "machista", simultâneo ao processo de difamação que a mesma Comissão preparou para apurar as origens dos boletins apócrifos, lançados em nome do "Luta Sindical", acusando elementos de Oposição sindical de máversação dos recursos do fundo de greve.

## As vitórias das campanhas sem greve.

A tendência ao acordo firma-se nas campanhas salariais do último quadrimestre, marcado por algumas importantes vitórias, como a jornada de 40 horas dos petroleiros e os reajustes trimestrais dos trabalhadores na indústria de abrasivos, em São Paulo.

A grande safra de campanhas salariais do último quadrimestre de 1980, começou com a mobilização dos 43 mil petroleiros de todo o País. Liderados por 16 sindicatos, que estiveram reunidos no mês de julho, em Salvador, Bahia, realizaram o 16º Congresso Nacional dos Petroleiros, eles conseguiram uma das mais expressivas vitórias dos trabalhadores brasileiros: através de uma pressão organizada, sob a forma de operações tartaruga e manifestações de rua, eles obrigaram a Petrobrás, que havia encerrado as negociações em agosto, a reabrir as negociações em setembro, e conceder-lhes a ambicionada jornada de 40 horas de trabalho. Além dessa reivindicação, assumida pela maioria do movimento sindical brasileiro, os petroleiros conseguiram aumentos que variam entre 7,5% a 2%, acima do INPC (eles pediam, inicialmente, 15%).

A Campanha dos petroleiros foi seguida pela dos bancários. Em São Paulo, por exemplo, onde como ocorreu no resto dos Estados, a mobilização foi reduzida, os trabalhadores autorizaram o sindicato a firmar um acordo com os patrões: com base a partir de 1º de setembro, a categoria receberá, além do INPC (33,5%), um aumento fixo de Cr\$ 800,00, a título de produtividade. A decisão de aceitar o acordo, evitando o dissídio, foi justificada em nota oficial pela diretoria do sindicato, em função da melhora dos níveis do piso salarial (Cr\$ 7.000,00 para portaria e Cr\$ 8.000,00 para escritório e tesouraria); segundo a diretoria, os novos níveis, contribuíram para reduzir o índice de rotatividade da categoria, principalmente nos bancos particulares, onde o salário mínimo médio era de apenas Cr\$ 10.300,00.

Também os 200 mil metalúrgicos cariocas optaram por um acordo com os patrões aceitando um reajuste de 8% para as faixas mais baixas e um piso salarial de Cr\$7.500,00 (queriam, respectivamente, 15% e Cr\$ 12.000,00). Reivindicações como a redução da jornada de trabalho para 40 horas, instituição da representação sindical e reajustes trimestrais - constantes na maioria das pautas das categorias em campanha - não foram atendidas.

Melhor sorte tiveram os 35 mil fabricantes de abrasivos: pela primeira vez, uma categoria conseguiu a correção trimestral de salários (a cada 3 meses, receberão 3/12 do INPC). Além disso, obtiveram, a título de produtividade aumentos escalonados entre 0 e 2%, acima do INPC).

O último trimestre

Finalmente, ficará por conta dos 25 mil gráficos da capital, o maior pedido de reajuste: 30% do INPC. Conforme Marco Antônio Maziere, secretário-geral do Sindicato, os trabalhadores gráficos querem também um piso de Cr\$ 14.000,00 (atualmente é de Cr\$ 5.560,00), bem como a unificação da data base, no mês de novembro, data base dos que trabalham em jornais e revistas, e dos que trabalham nas chamadas casas de obras (outras empresas gráficas), atualmente em outubro.

Finalmente, ficará por conta dos 25 mil gráficos da capital, o maior pedido de reajuste: 30% do INPC. Conforme Marco Antônio Maziere, secretário-geral do Sindicato, os trabalhadores gráficos querem também um piso de Cr\$ 14.000,00 (atualmente é de Cr\$ 5.560,00), bem como a unificação da data base, no mês de novembro, data base dos que trabalham em jornais e revistas, e dos que trabalham nas chamadas casas de obras (outras empresas gráficas), atualmente em outubro.

estabilidade para toda a categoria, pelo período de um ano, delegado sindical, piso salarial de Cr\$13 mil e reajustes trimestrais, bem como aviso-prévio em dobro para os trabalhadores com mais de 3 anos de casa ou 40 anos de idade.

Já os textéis da capital (perto de 60 mil trabalhadores), deverão centrar fogo em 2 pontos: além do reajuste de 20% sobre o INPC, antecipação da data base de 26 para o dia 1º de novembro, além de estabilidade no emprego durante a vigência do acordo para toda a categoria, que apresenta um dos mais altos índices de rotatividade, cerca de 40% anuais.

Delegado de bairro

A atomização dos trabalhadores tem sido uma das características na categoria dos padeiros (30 mil trabalhadores, espalhados por 5 mil empresas). Por isso, de acordo com Raimundo Rosa, presidente do Sindicato, a comissão de negociações (5 trabalhadores, além da diretoria), deverá propor aos patrões a criação da figura do delegado de bairro, isto é, um delegado sindical para um grupo de padarias de um mesmo bairro. Eles também estão pedindo um reajuste de 20% acima do INPC de novembro, data base da categoria.

Finalmente, ficará por conta dos 25 mil gráficos da capital, o maior pedido de reajuste: 30% do INPC. Conforme Marco Antônio Maziere, secretário-geral do Sindicato, os trabalhadores gráficos querem também um piso de Cr\$ 14.000,00 (atualmente é de Cr\$ 5.560,00), bem como a unificação da data base, no mês de novembro, data base dos que trabalham em jornais e revistas, e dos que trabalham nas chamadas casas de obras (outras empresas gráficas), atualmente em outubro.

Tendência ao acordo

O caminho seguido pelos petroleiros, bancários de São Paulo e metalúrgicos cariocas deverá na maioria dos casos, ser seguido pelas diversas categorias em campanha salarial. A experiência da greve do ABC, quando mesmo o poderoso sindicato de São Bernardo, principalmente, deixou de obter a maioria das reivindicações apresentadas, ainda cala profundamente entre os demais trabalhadores. O desemprego, que atomiza particularmente os metalúrgicos de Osasco, em campanha juntamente com os de São Paulo e Guarulhos e um outro fator de desmobilização e desestímulo à saída da greve, o mesmo acontecendo com os efeitos da nova política salarial: ainda que limitadas e insuficientes, os reajustes semestrais representam também um fator antecorredor das lutas.

É o comparecimento às assembleias, testemunha essa maior combatividade: exceto entre os metalúrgicos da capital (2 mil participantes), as demais categorias conseguiram números que vão dos 250 da assembleia dos químicos, 200 dos metalúrgicos de Osasco e os menos de 100 dos gráficos de São Paulo. (11)

Finalmente, ficará por conta dos 25 mil gráficos da capital, o maior pedido de reajuste: 30% do INPC. Conforme Marco Antônio Maziere, secretário-geral do Sindicato, os trabalhadores gráficos querem também um piso de Cr\$ 14.000,00 (atualmente é de Cr\$ 5.560,00), bem como a unificação da data base, no mês de novembro, data base dos que trabalham em jornais e revistas, e dos que trabalham nas chamadas casas de obras (outras empresas gráficas), atualmente em outubro.

## Segunda, o dia "D", em Contagem

### Canavieiros/MG

Seguindo exemplo de Pernambuco

O exemplo dos canavieiros de Pernambuco frutificou em Minas. Em Passos, no sul do Estado, cerca de 5 mil trabalhadores rurais em um movimento com forte conotação de base e com traços de espontaneidade, impuseram aos patrões importantes cotistas ao nível salarial e de condições de trabalho.

Organizados por fora do sindicato, os canavieiros foram às negociações já parando as duas grandes usinas da região. Só à tarde do dia 2, uma assembleia de 2 mil trabalhadores rurais elegeu uma comissão de negociação, formada por 18 homens e 3 mulheres, que definiram a pauta de reivindicações. No mesmo dia, 300 trabalhadores foram à Câmara dos Vereadores de Passos, conseguindo dela um apoio formal ao movimento.

Três dias após o seu início, o movimento continuava se fortalecendo, com uma assembleia de 5 mil trabalhadores rurais. A esta altura, os canavieiros já contavam com o apoio dos trabalhadores da indústria da cana propriamente dita, paralisando a produção das duas usinas, que é de 3 mil sacas de açúcar por dia. Os patrões - todo o complexo pertence ao grupo econômico Itaquiara, que comercializa também o fermento - com a corda no pescoço, tiveram que ceder.

A greve dos canavieiros colocou a nú toda uma série de artimanhas da empresa no sentido de aumentar a exploração sobre os trabalhadores. Foram constatados vários casos de trabalhadores que apesar de não terem sequer o direito de descanso semanal, recebiam bem menos que o salário mínimo. Além disso, a pesagem e a medição dos resultados do trabalho dos canavieiros, sofriam todo tipo de irregularidades, não sendo submetidas a nenhum controle.

A manobra maior da empresa, no entanto, consistia em estabelecer uma verdadeira "indústria de assinaturas de carteira", jogando periodicamente os trabalhadores de uma usina para outra (as duas pertencem ao mesmo grupo econômico) e qualificando-os de safristas ou temporários. Com isso, evitavam o pagamento de férias, décimo terceiro salário e a indenização por tempo de serviço, além de não permitir aos trabalhadores, de fato permanentes, adquirir estabilidade.

Com a greve, os trabalhadores conquistaram um aumento salarial de 40% no pagamento das diárias, das tarefas e no preço da tonelada de cana cortada. Com o aumento, o salário dos canavieiros ficará em torno de 13 mil mensais. Além de várias medidas reguladoras dos contratos, os canavieiros conquistaram transporte mais adequado, pagamento de adicional por insalubridade, fornecimento de equipamentos necessários ao trabalho e, importante, a estabilidade por um ano dos membros da Comissão de Negociação.

### Portuários/Santos

Docas dispensa Grevista

A família Guinle, que há dezenas de anos controla a Companhia Docas de Santos, vai perder ainda este ano a concessão para a exploração da Companhia, que passará a ser gerida pela Petrobrás. Mas antes disso, está disposta a prestar alguns servicinhos ao governo: dispensar aqueles trabalhadores mais combativos, como é o caso de

Na sétima assembleia da campanha salarial deste ano, dia seis de outubro, os metalúrgicos de Contagem foram informados de que os patrões romperam as negociações e partiram para o dissídio. Esta atitude patronal foi uma clara demonstração de que eles já estão irritados e preocupados com a disposição dos metalúrgicos em lutar até o fim por suas reivindicações, principalmente o 15 por cento além do índice do governo e o piso salarial de Cr\$ ..... 10.000,00.

Os patrões, principalmente o da principal fábrica da região, a Mannesman, com seus 10 mil operários, vão gastando todo o seu estoque de manobras sujas. No último dia 29, temerosos de que os metalúrgicos decidissem pela greve na assembleia da noite, anteciparam em quatro horas o início do terceiro turno, para que a ação dos piquetes fosse frustrada. Ao invés dos operários pegarem às 22 horas, como de costume, foram obrigados a entrar na fábrica às 18 horas, enquanto a assembleia tinha seu início marcado para às 19 horas. Coroando sua manobra, ela

abriu as portas da fábrica para um bem nutrido contingente da Polícia Militar, pronto a entrar em ação contra os piquetes. Ainda no dia 6, uma extensa fila de operários foi vista dentro da fábrica fazendo inscrição para trabalhar, numa chantagem psicológica dos patrões, que procuravam abater o ânimo dos metalúrgicos, lembrando-lhes de que se fossem à greve, poderiam ser facilmente substituídos.

### Belgo assustada

A pressão na segunda mais importante fábrica, a Belgo-Mineira, é mais sutil. Dispondo do mais eficiente departamento de relações públicas das empresas da região, ela vem, em seu boletim semanal dirigido aos seus empregados, repetindo constantemente uma conversa fiada sobre a crise econômica mundial, os altos níveis de desemprego no Brasil, os interesses recíprocos entre os patrões e os empregados, a necessidade do diálogo e da moderação dos dirigentes sindicais.

Seja com a política do cacete, utilizada pela Mannesman, ou a con-

versa mole da Belgo, a conclusão que os metalúrgicos de Contagem tiram é que os patrões estão com mais medo da greve que o diabo da cruz. E os operários já sabem que é só com a greve que os patrões vão retornar à mesa de negociações.

Nesta segunda-feira, dia 13, eles voltarão de novo ao Sindicato para conhecer a decisão do Tribunal Regional do Trabalho. Nenhum metalúrgico se ilude quanto a isso, porque já está cansado de saber que este é um tribunal dos patrões, e que, no máximo, vai dar algumas migalhas a mais. Possivelmente os metalúrgicos de Contagem também vão ficar sabendo da propaganda dos patrões por todos os meios dizendo que o Tribunal já decidiu e que, portanto, a greve é ilegal.

Mas, sobretudo, a maioria dos metalúrgicos já terá recebido um adiantamento salarial que ocorre por volta do dia 10. É o seu Fundo de greve, que começa a ser organizado. A partir daí, é um por todos e todos por um, confiando na força da classe operária. Então, não vai ter patrão que aguente.

## Como foi a campanha dos metalúrgicos do Rio

"Uma diretoria que se candidata à reeleição não pode se preocupar com a campanha salarial e com a reeleição ao mesmo tempo". A afirmação é de Joaquim Arnaldo, candidato a presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, lançado pelo Movimento de União dos Metalúrgicos (MUM) que organizou a chapa dois, ao criticar a condução dada a campanha salarial (leia na página 11) pelo atual presidente da entidade, Osvaldo Pimentel. Segundo Arnaldo, também dirigente nacional do PT, Pimentel antecipou a data para as eleições sindicais, no seu entender "justamente para criar mais confusão dentro da categoria, que é quem acaba saindo prejudicada".

Para Washington outro componente da chapa dois, os metalúrgicos cariocas tiveram sua mobilização afetada por diversos fatores, entre eles a nova política salarial do governo. Além disso, aponta ele, sofreram demissões em massa, atingindo principalmente os ativistas sindicais. "No ano passado, por exemplo, tínhamos ativistas com dois, três ou quatro anos de casa. Neste ano, a maioria estava no emprego há me-

nos de seis meses," mostra ele. Entretanto, ao seu ver, nada foi mais nocivo do que o imobilismo da atual direção que, por não ter propostas alternativas consequentes, temia perder o controle da categoria caso ela se mobilizasse. Essa falta de empenho assumiu, mesmo, a forma de boicote declarado, como mostra a metalúrgica Maria Inês, candidata a presidente pela chapa 1 - "Oposição Operária", que também enfrenta a direção de Pimentel. "Diversas vezes, nós da área do Jacaré fomos impedidos de fazer reuniões por ordens do Rafaelo, secretário geral do sindicato", afirma ela.

No entender de Gilson, outro integrante da chapa dois, a campanha salarial deste ano deve ser vista "como um reflexo da luta do ano passado, quando, após seis dias de greve, tivemos que recuar em pleno pique, por falta de uma retaguarda, ou seja, uma diretoria capaz de conduzir a mobilização". Embora a campanha deste ano tenha iniciado no dia 1º de maio, Gilson esclarece que sofreu atrasos injustificáveis, como a confecção de uma cartilha de reivindicações, que servisse de base

para as discussões nas fábricas e contribuisse para a elaboração da pauta a ser entregue aos patrões. "Prevista para junho, a cartilha acabou saindo apenas em agosto", explica Gilson, condenando, também, o controle burocrático da gráfica do sindicato, ao contrário do ano passado, quando foi aberta a todos.

Ele não esconde, também, alguns erros cometidos pela Comissão Salarial, preocupada em combater a diretoria e descurando-se do encaminhamento da campanha, comparecendo de forma reduzida às portas das fábricas.

### Desconfiança

De acordo com ele, havia um clima de discussão e mobilização dentro das empresas, embora o nível de organização fosse pequeno. Além disso, diz Gilson, havia muita desconfiança, principalmente quanto às propostas de 20 por cento ou greve, lançada justamente por Osvaldo Pimentel e seus companheiros. "Ora, a categoria não podia acreditar nesses elementos que no ano passado tentaram impedir a greve a todo o custo e que foram ultrapassados pelos trabalhadores."

Noel Soares de Oliveira, um dos líderes da greve dos portuários santistas, de março deste ano. Há 12 anos na CDS, com uma folha impecável de serviço, tendo merecido até dois elogios em sua ficha funcional (ele é fiel ajudante), Nobel encara sua demissão como uma ameaça de mais doqueiros, que se destacaram na greve, além de representar o descumprimento de uma das cláusulas do acordo firmado pela empresa e os sindicatos, que previa a estabilidade para todos os trabalhadores durante o período de doze meses. Nobel de Oliveira, entretanto, não pretende deixar barato, prometendo lutar por sua reintegração.

### Demolições/POA

Brigada contra moradores

E a barra na capital gaúcha con-

tinua pesada. Desta vez, o mérito coube à Brigada Militar do Estado (a PM local), que, na segunda-feira, 6 de outubro, às 10 horas cercou inteiramente a Vila São Guilherme, no bairro Partenon, iniciando a imediata demolição de todas as casas ali localizadas. Os policiais, que sequer permitiram aos moradores - cerca de 50 famílias - a retirada de seus pertences, negaram-se, também a mostrar a ordem judicial de despejo ao advogado Eriberto Back e aos vereadores Jussara Gauto (PMDB) e Antônio Cândido, o Bagé (PT), chegando mesmo, a recebê-los com socos e ponta-pés. Esse fato provocou a imediata reação da população em defesa de suas moradias o que, entretanto, não impediu que, até o meio dia, cinco casas tivessem sido destruídas. Na parte da tarde, uma comissão de moradores, acompanhada pelo advogado e pelos dois

vereadores, dirigiram-se à Prefeitura, onde foram cobrar a promessa que seu titular, Guilherme Socias Villela e o secretário do Departamento Municipal de Habitação, Arthur Zanella, haviam feito aos moradores, assegurando que a área ocupada por eles seria considerada de utilidade pública. Aliás, por ironia, o Prefeito Villela, tem como "slogan" de sua administração a farsaiosa afirmação de que "o que importa é a pessoa".

### Metalúrgicos/ São Caetano

A manobra de João Lins

Para impedir que uma chapa de oposição viesse ameaçar o seu reinado no Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul, o pelégo João Lins Pereira, lançou mão de uma manobra bastante

conhecida: a manobra "Joaquinzão", como já está sendo chamada. De acordo com a lei, Lins teria que convocar eleições oficiais através de um edital publicado em um jornal de grande circulação, além da fixação de cópias no quadro de avisos do Sindicato e dentro das fábricas. Mas, para evitar qualquer surpresa desagradável no processo eleitoral, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de S. Caetano do Sul, simplesmente publicou o edital de prazo para as inscrições de chapa no Diário Popular, que pouca gente lê na cidade, em vez de publicá-lo num jornal de grande circulação na região.

José Ferreira da Silva (o frei Chico), irmão de Lula e candidato a presidente numa chapa de oposição, todos os dias perguntava a Lins sobre o edital e este respondia que não estava pronto. No dia 29 do mês passado, as inscrições foram encerradas e frei Chico só ficou sabendo no dia seguinte. Isto, porque, além de tudo Lins sequer afixou qualquer aviso no Sindicato ou nas fábricas. Bastante irritado, frei Chico afirmou que Lins quer se perpetuar no poder, utilizando-se das formas mais baixas. "E tem mais - disse - Lins ainda festejou a inscrição da chapa única" - o que é uma afronta contra a categoria afirmou o candidato da oposição. Frei Chico decidiu entrar com uma ação na DRT para impugnar o registro da chapa única, mas o delegado Ricardo Nacim Rodrigues afirmou que só tomaria uma decisão depois de ouvir João Lins Pereira.

Para os ex-diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de SBC, a manobra de Lins é a de um pelego manjado. Expedito Soares Batista disse que a gente como João Lins é a pior inimiga da classe trabalhadora, enquanto Gilson Correia de Menezes, presidente do Fundo de Greve dos Metalúrgicos de SBC, considerou a medida tomada por Lins como a de um "fascista". Manoel Anísio Gomes, também ex-diretor do Sindicato: "é lamentável que no Grande ABC, região onde se travaram as maiores lutas operárias dos últimos anos, existam líderes sindicais como o de São Caetano. É uma vergonha. Mas este abuso, a categoria saberá responder".

### Morro da Embratel/POÁ

Mais violência

No ano passado, por uns meses, Porto Alegre foi considerada a capital da greve. Este ano, bem que pode ser chamada de capital da violência e da grilagem. Pois, é só ver o que está acontecendo no lugar conhecido como Morro da Embratel, localizado na periferia da cidade, onde moram 40 famílias de agricultores, dedicadas ao cultivo de produtos hortigranjeiros. Vindas do interior do Estado, a maioria delas estava há pelo menos 10 anos no lugar. Por isso mesmo, foram surpreendidas com um pedido de posse de toda a área do morro (190 hectares dos quais apenas 20 são ocupados pelos posseiros), solicitado pelos herdeiros da riquíssima e poderosa família Di Primio Beck. A surpresa foi maior, quando se sabe que existe um mapa datado de 1978, da Prefeitura que caracterizava a gleba como pertencente ao Estado.

**DEFENDA A  
IMPrensa  
POPULAR**

**piquetes**

# A libertação truncada

Acaba de surgir na União Soviética uma revista feminista que é prontamente reprimida pela burocracia. O fato vem mostrar que na URSS a libertação das mulheres ainda é um sonho, apesar de todos os avanços inegáveis conquistados desde os primeiros tempos da revolução.

É o que noticia e constata

Jean-Yves Touvais no último número da revista francesa Cahiers du Feminisme onde ele resenha o primeiro número do Almanaque feminista russo "Mulheres e Rússia - 1980".

Aqui, um resumo de seu artigo.

O aparecimento de uma revista feminista, "Almanaque: Mulheres e Rússia", em fins de 1979, na União Soviética, foi um acontecimento histórico muito importante. Pela primeira vez, depois de 1930, ano em que o stalinismo acaba definitivamente com as organizações de mulheres no seio do partido bolchevique, elas conseguem se exprimir de maneira independente e organizada.

As redatoras desta revista não são totalmente desconhecidas: elas já publicaram artigos sobre os campos ou a questão religiosa na URSS. Mas dessa vez, elas se reúnem com um objetivo preciso: "É nos reunindo para falar das nossas amarguras e do nosso sofrimento, trocar as nossas experiências e tomar consciência, que nós poderemos encontrar uma saída nos nos ajudarmos e a milhões de mulheres que sofrem como nós. É por tudo isso que nós decidimos editar, pela primeira vez em nosso país, um jornal livre para as mulheres (...). Nós esperamos que os nossos esforços atenuem o peso da nossa condição e acelere o movimento de libertação das mulheres. A idéia deste Almanaque nos veio em agosto de 79. Eu pensava que aqui, as mulheres não eram nem um pouco feministas. Mas, desde que eu comuniquei a minha idéia, ela foi recebida com grande entusiasmo.", afirma o Almanaque na sua apresentação.

A revista testemunha também o vigor e a diversidade dos movimentos de oposição na URSS. De alguns anos para cá, além do "Comitê de Vigilância dos Acordos de Helsinki", foram criadas uma 20 revistas e grupos em Moscou, em Leningrado e nas repúblicas da Lituânia, da Geórgia e da Ucrânia. Três tentativas foram feitas no

sentido de se criar sindicatos livres, agrupando milhões de trabalhadores. Este movimento democrático, se apóia no profundo descontentamento existente na sociedade soviética e que atinge as várias camadas sociais, inquietando a burocracia dominante que tenta, de uma maneira ou de outra, destruir essas organizações, grupos e revistas.

É nesse contexto que temos de analisar o aparecimento do Almanaque. Embora ainda se trate apenas de mulheres organizadas em torno de uma revista, pode vir a ser um embrião de uma organização autônoma de mulheres.

A situação atual das mulheres na URSS sempre foi alardeada como uma conquista do socialismo pelos defensores do sistema stalinista. E ao analisarmos alguns dados, constatamos que, em muitos aspectos, de fato, o estatuto de mulheres é bem melhor do que nos países capitalistas. Mas estes dados são relativizados quando os confrontamos com a realidade concreta vivida por milhões de mulheres, como nos é apresentada nos textos de "Almanaque". As estatísticas nem sempre mostram a realidade. Um exemplo entre outros: a URSS é conhecida como a pátria do parto sem dor. Vera Natálieva fala da sua experiência: "Aqui, o parto sem dor não existe. Quando eu tive meu filho foi registrado parto sem dor, em minha ficha, mas eles não me aplicaram este método; escreveram isso somente por causa das estatísticas".

Existem, por outro lado, estatísticas oficiais que confirmam estes testemunhos, mas certamente elas não são publicadas pelo Estado. Na realidade, apesar das taxas que mostram uma melhora da situação da mulher na URSS, o regime burocrático, no entanto, reproduz todos os

mecanismos de opressão patriarcal.

## As mulheres trabalham, mas em postos secundários.

A Constituição Soviética é portanto formal: "A mulher e o homem gozam, na URSS, dos mesmos direitos", diz seu artigo 35. E, para ilustrar isso, a Revista Internacional do Trabalho (Janeiro-fevereiro 1980), oficial, cita os seguintes dados: "Em 1940, as mulheres constituíam 39% dos trabalhadores, aumentando para 51,3% em 1978. Atualmente, mais de 93% de todas as mulheres em idade de trabalhar (entre 15 e 54 anos) exercem uma atividade profissional ou estudada. Entre as que recebem instrução secundária ou especializada, 39% (14,8 milhões) são mulheres. Em cada três engenheiros ou professores, uma é mulher. Mais de meio milhão de mulheres soviéticas dirigem empresas industriais ou de exploração agrícola do Estado.

qualificação da mão-de-obra	mulheres	homens
não qualificada	100%	100%
semi-qualificada	66%	19%
qualificada	30%	50%
	4%	31%

fonte: A. Braitberg, in "L'Alternative", n.º3, p.26

Assim, do ponto de vista do trabalho, se há avanços substantivos, no entanto as mulheres soviéticas sofrem as mesmas discriminações existentes nos países capitalistas. A dupla jornada de trabalho também é constatada: em 80% dos casos, o trabalho doméstico é assumido pelas mulheres.

## Uma minoria ínfima de homens no trabalho doméstico.

"Uma para quatro, tal é a



e a libertação das mulheres

Porém, estas taxas não dizem tudo, elas são premeditadamente escolhidas para esconder certas questões essenciais, que refletem a discriminação existente.

O desenvolvimento do emprego feminino data da época de Stalin. Entretanto, seu objetivo não foi criar uma igualdade entre homens e mulheres, mas suprir a falta de mão-de-obra no processo de acumulação "socialista". Isto se traduziu numa discriminação fundamental das mulheres, os trabalhos mais mal remunerados e menos qualificados, aos homens o resto. E este quadro, embora um pouco melhorado, perdura até hoje. Assim, as mulheres representam 83% dos efetivos da indústria têxtil, 86% dos da indústria de confecções, 74% da indústria de alimentação e em outros setores, onde o salário médio oscila entre 76 e 93 por mês (salário mínimo setorial).

Uma pesquisa realizada em 1971, em uma cidade industrial, mostra a seguinte repartição do emprego, apresentando uma realidade bem diferente daquela

48,9 horas semanais na empresa e 46,7 horas em trabalhos caseiros. Resta-lhe, tirando as horas de sono (45h), 5 horas para o repouso e 8 horas para o estudo e atividades culturais.

A revista Almanaque denuncia esta situação de opressão da mulher: "A contribuição masculina ao trabalho doméstico praticamente desapareceu após o surgimento do aquecimento central, de água encanada e de gás. Os homens não se sentem responsáveis pelos trabalhos de casa."

Uma outra pesquisa realizada com 280 mulheres operárias de Vilnius revelou que só em 1,2% dos casos, os homens assumiam tarefas domésticas como lavagem de roupa, cozinha, guarda das crianças e que apenas 2,7% ajudava nas compras.

## "Mãe heroína: a condecoração pelos filhos"

Como mães, as soviéticas também não estão em melhores condições. A maternidade na URSS é celebrada como uma grande honra. A mulher é condecorada "mãe heroína" com 10 filhos, com a "ordem da glória à maternidade" se tem 7 ou 8 filhos, e com a "medalha da maternidade" se teve 5 ou 6 filhos. Acontece que a educação das crianças é responsabilidade exclusiva da mãe. O número de creches e de jardins de infância é muito pequeno. Segundo as estatísticas oficiais, somente 1/3 das crianças em idade escolar têm acesso a ela. Por necessitarem de seu salário para a subsistência familiar, a maior parte das mulheres não utilizam os 112 dias de licença, após o parto, e os 12 meses de licença não remunerada a que têm direito.

O aborto é livre e gratuito na URSS, mas os meios

existentes para persuadir as mulheres a não praticá-lo são múltiplos a começar pelas próprias condições em que o aborto é feito. O "abortário" de Arkhangelsk, descrito em Almanaque é horrível, e as mulheres chama-no o "moedor de carne".

Nestas condições, não é surpreendente que muitas mulheres (6 a 8 milhões por ano) prefiram o aborto ilegal, praticado em casa. O aborto continua sendo o principal método contraceptivo e o percentual de 2 abortos para cada nascimento nas grandes cidades. Os meios contraceptivos são de difícil acesso. As pílulas são pouco eficazes ou acessíveis em pequena quantidade e os DIUs são coisa rara. Resta toda a força de uma ideologia sexual puritana e moralizadora, resumida no "código moral" presente no programa do PCUS (Partido Comunista Soviético). "A essência dos novos princípios é a importância do casamento e da família. Os jovens têm o dever de reforçar a unidade familiar, o respeito ao casamento, e ao amor casto.

Marina Oulianova, resume assim a situação: "As mulheres aqui são educadas na mentira. É difícil que elas lutem juntas contra a opressão social, contra a opressão sexual (...). Aqui, a opressão social é muito grande, tanto para os homens quanto para as mulheres, mas além dessa opressão social, as mulheres sofrem a opressão sexual, que é um peso simplesmente intolerável".

As redatoras do Almanaque após a repressão que se seguiu à sua publicação, tiveram que, perseguidas, exilar-se na Europa, em julho de 1980. Lá, elas entraram em contato com o movimento de libertação das mulheres para continuar denunciando a condição de opressão das mulheres na URSS.



# Lelo Nazário: “A música é um instrumento que não leva à ação”

Polemizando em torno das possibilidades da música independente, o depoimento exclusivo para EM TEMPO de um compositor de vanguarda

Por Maria Cesarino

## Vinte anos de Música

Lelo nasceu em São Paulo, julho de 1956. Começou a estudar música aos 4 anos com professores particulares e mais tarde com a pianista Menininha Lobo. Formado em física pela USP, passou a integrar a Coordenadoria Musical da Rádio e TV Cultura, preparando trilhas sonoras de música eletrônica para programas da emissora.

Durante algum tempo trabalhou com Hermeto Pascoal, dando concêrto em diversas cidades brasileiras e tocando com músicos como Nivaldo Ornelas, Mauro Sensi e Toninho Horta. A partir de uma estreita colaboração com o compositor e arranjador Luiz Roberto de Oliveira surge o convite de participar como solista de piano na apresentação da obra “Norte Magnético”, no MASP.

Em 1976, Lelo forma junto com o percussionista José Eduardo Nazario e o contrabaixista Zeca Assunção, o GRUPO UM que passa a dar concêrto, fazer trilhas sonoras para curta e longa-metragens além da música para balé. Participam do Primeiro Festival Internacional de Jazz de São Paulo, onde junto com o trompetista Marcio Montarroyos apresentam em primeira audição a composição “Mobile/Stabile” para fita magnética e cinco instrumentos.

Lelo trabalha ainda como músico de estúdio na realização de trilhas sonoras eletrônicas e instrumentais de publicidade em rádio e TV. Em 1979 o GRUPO UM produz o disco independente “Marcha sobre a Cidade” que é considerado pela crítica uma das principais realizações da música instrumental brasileira.

- Lelo, conta algo do histórico da música de vocês...

- Bom, a tentativa de se fazer música assim fora do esquema, na música popular principalmente, surgiu, a meu ver, na década de 60, com o Free Jazz, e eu acho que até hoje foi a única tentativa que deu certo. Até hoje, 1980, o Free Jazz continua na vanguarda, continua produzindo coisas excelentes sem penetração a nível de sociedade industrial. Quando começou, ele era bem rudimentar, do ponto de vista de construção, de poética propriamente. Era pobre. Exatamente como diz: free jazz, chegar e tocar. Mas à medida em que foi evoluindo, as concepções dos músicos foram melhorando e surgiram músicos da área erudita que fizeram Free Jazz, p. ex. Hans Werner Henze e outros. Os próprios músicos da nova geração na década de 70 já são caras que têm uma formação musical erudita. E com isso, o Free Jazz começou a não ser mais free, livre, do ponto de vista da construção, mas a idéia é a idéia de liberdade da sociedade. Então a música se tornou assim bastante técnica, todo o aparato da música erudita foi utilizado na produção dessa música, de maneira que elas acabam se fundindo na Música Contemporânea, e p. ex. Stockhausen, L. Berio, Braxton, junto com o pessoal alemão, Mangelsdorff etc., eles caminham praticamente juntos. Aqui no Brasil pouquíssimos grupos têm essa visão. A maioria vê a música e não vê as idéias contidas na música.

- E qual a relação com o Jazz original?

- Jazz é uma música feita de estandardização: prá tudo, prá harmonia, para o fraseado, você tem esqueminhas próprios. A rítmica p. ex. é uma rítmica tribal, você tem pulsação constante, beat constante, e as linhas melódicas são todas estandardizadas. Então o Free Jazz rompeu com tudo isso e assim ganha a característica realmente de música, não de entretenimento, diversão, mas de arte propriamente dita.

- O que se deu, foi um rompimento com a tradição melódica e rítmica do Jazz enquanto originário das populações negras, escravas? Ou com o esquema da época?

- Aí que tá: o que se diz é que quando o Jazz começou, ele era também uma música de revolta, era música do negro oprimido, e na medida em que ele vai sendo comercializado, usado pelo branco, os negros vão querer escapar por uma saída ou por outra. O Bebop p. ex., na década de 50, também foi inicialmente uma música livre, para a época, e foi aglutinado também. E assim o Free Jazz foi também uma tentativa de saída.

- Uma tentativa de retomar as origens, mas sem ceder à absorção, seria isso? Rompendo musicalmente e também socialmente?



Lelo e o Grupo Um

- Sim, ruptura total, bem uma coisa da década de 60.

- O nome de Jazz foi mantido por quê?

- Porque essa música tem características de Jazz, p. ex., na instrumentação, e os próprios músicos que participaram disso, eram jazzistas por formação.

- E você, o Grupo Um?

- Bom, na época em que eu estudava Música Contemporânea, a parte jazzística que interessava mais, era o Free Jazz. E a própria idéia da música, de lutar contra esses esquemas da sociedade industrial, a mim pelo menos atraiu. Embora a maioria dos músicos, mesmo no Grupo Um, não pensa dessa maneira. Eles pensam em fazer música mais “da pesada” possível, mas o interesse deles é unicamente musical, unicamente pela linguagem, entende, no que a música pode dar, sem grandes interesses nessa luta, nesse significado que a música tem.

- Pelo menos isso não estaria consciente, como um projeto ou algo assim...

- Agora, o papel do Free Jazz tinha exatamente esse interesse: que a música despertasse no ouvinte a vontade de agir politicamente. A música, mesmo sendo música pura, tinha uma função, era funcional. E foram essas coisas que me atraíram.

- Como vocês começaram? Você já vinha fazendo música...?

- Bom, todos os músicos do Grupo Um começaram muito cedo: Zeca, Zé Eduardo, eu, Mauro, Felix. Mas a gente só se encontrou há quatro anos. Quer dizer, eu e o Zé Eduardo antes, ele é meu irmão, mas o grupo se encontrou quatro anos atrás e começou a trabalhar nesse sentido. Aí foram se agregando outros, o Felix veio agora, o Rodolfo, e a gente foi indo no trabalho. Sempre com muitas dificuldades. Agora mesmo, dei uma

entrevista assim fantástica no Canal 2, e cortaram a entrevista inteira. Quer dizer, foram três entrevistas, a do Mauro, do Zé Eduardo, e a minha. Eu desci o pau na sociedade industrial, usina nuclear, e aí dançou a entrevista inteira, cortaram tudo. Quer dizer, e isso, a música no final acaba sendo absorvida por um pessoal que não entende direito o que ela quer dizer, e isso causa uma diluição das idéias e da própria música que pretende transmiti-las.

- Mas aí não haveria uma contradição: você fazer uma música pela liberdade e ao mesmo tempo fazer dela um instrumento ou pelo menos um caminho...?

- Não, quem pensava isso, foram os músicos da década de 60 de quem falei.

- E você não se identifica com eles?

- Mais ou menos. Eu acho que a música é um instrumento que não leva à ação. É ineficaz se você pensa dessa forma: se vai tocar isso, vai levar as pessoas a agir assim - aí a eficácia é mínima. Para levar as pessoas à ação, eu acho que existem outros meios mais eficazes. A palavra mesmo, a literatura, leva muito mais à ação, à conscientização do que a música pura.

- Nesses quatro anos que estão trabalhando juntos vocês devem ter feito um bocado de experiências quanto a isso, da comunicação com o público etc. inclusive com o disco “Marcha sobre a Cidade”, indiretamente, ou não?

- Sim, a gente fez bastante coisa. Além do disco, a gente tentou de várias maneiras, deu concertos etc, mas o público em geral não está preparado, do ponto de vista cultural, para apreender tudo. Meio apático, ele ouve a música como se tivesse que se divertir. O disco foi um meio de difusão também, já que de cada disco você pode supor que ele atinge cerca de 10 pessoas em média.

- Como vocês fizeram esse disco?

- Foi uma produção independente, do ponto de vista da produção e do ponto de vista musical. Coisa que não acontece normalmente com as produções independentes, onde a autonomia se restringe à produção, mas a música está totalmente enquadrada dentro do esquema industrial e poderia ser perfeitamente absorvida. Eu acho o nosso o único lançamento assim que só se preocupou mesmo em fazer música independente, e logicamente por uma via independente na produção e na maneira de colocar nossa produção no mercado. Também não é bem mercado, já que a gente vendia o disco nos concertos etc.

### “Marcha sobre a Cidade custou na época 70 mil cruzeiros”.

- Custou caro fazer esse disco?

- Bom, para fazer um disco que é um produto industrial você tem que pagar, além dos instrumentos, o estúdio, a prensagem, capa, tudo isso custa dinheiro. Muito menos do que p. ex. um filme, claro, mas tem um custo. O “Marcha sobre a Cidade” custou na época 70 mil cruzeiros.

- Isso foi no ano passado?

- Em setembro de 79. Acho que hoje a gente produziria o disco por uns 110, 120 ou pouco mais talvez. Mas a maioria desse pessoal que faz discos independente, é perfeitamente aglutinável, musicalmente não são independentes. Fazem uma produção economicamente independente para obter a fatia deles na comercialização, e de resto pretendem se integrar no sistema, querem participar do sistema. Eu não. Quer dizer, a gente fez o disco independente porque isso seria uma maneira de colocar nossa música que é contra o sistema, para determinadas pessoas que se interessam por elas e talvez para abrir outras cabeças, sei lá.

- Quanto à música Popular Brasileira, por um lado, e à assim chamada Música Erudita daqui, como você vê isso?

- Com relação ao pessoal da música popular propriamente dita, eu acho que o esquema p. ex., de se fazer uma letra de protesto e uma música totalmente enquadrada até certo ponto é válido, porque você consegue passar certas idéias para as pessoas que você não conseguiria passar pondo uma letra de protesto numa música altamente complexa.

- Bom, do ponto de vista musical, a música que o Arrigo faz, em comparação com a da gente, é muito mais sintética, a construção dela é mais simplória, mas eu acho isso adequado, no caso dele. Porque as letras são pronunciadas numa melodia que é atonal, todas as linhas melódicas são atonais, e esses saltos grandes das melodias causam normalmente uma dificuldade de entendimento das palavras. Então acho que uma complexidade maior no caso iria dificultar muito mais a passagem das letras. Acho que música e letra no caso do Arrigo são perfeitamente adequadas uma à outra, e nesse sentido não daria nem para compará-lo com p. ex. Caetano Veloso: o Arrigo passa coisas literárias interessantes e passa coisas musicais interessantes, ao passo que o Caetano só passa coisas literárias, o Chico só coisas literárias. Especialmente no caso do Chico Buarque, às vezes tem uma música com uma letra lindíssima, mas a música é tão pobre, tão ruim que não quero ouvi-la mais sabe, me aborrece. Agora, no caso do Arrigo não, aí tenho todo prazer não só musical, mas literário também.

### “Os eruditos em geral, eu acho meio apáticos”

- E com relação aos eruditos?

- Bom, os eruditos em geral, eu acho meio apáticos, desse ponto de vista. Na Europa, p.

ex., o pessoal da Música Contemporânea é totalmente politizado, mas aqui o pessoal se liga unicamente à música, os valores são especificamente musicais, e esse músicos são completamente alienados quanto à relação da música com a sociedade.

- Vocês vão fazer outro disco?

- Bom, atualmente estou indo para a Europa com Felix, Rodolfo e Zeca; formamos um grupo que se chama Simmetric Ensemble que vai tocar lá. São dois pianos e dois contrabaixos, uma formação meio inusitada, mas que dá excelentes resultados.

- As composições são suas?

- Eu divido com o Felix, exatamente igual, cada um com o mesmo número de composições. A gente vai fazer esses concertos lá durante uns três meses mais ou menos, depois o pessoal retorna e eu pretendo ficar lá, para contactar o pessoal de música, porque lá é o único lugar onde é viável a execução das minhas peças. Os outros voltam e o Grupo Um continua existindo, sob a direção do Zé Eduardo, mas com outra direção musical, e aí não sei exatamente o que eles pretendem fazer, claro que com a qualidade de sempre que eles esbanjam. Agora, quanto à minha saída, devo dizer também que, independente da gente ter levado esse trabalho junto aqui, independente dessa sintonia entre a gente, sabe, eu não vejo acontecer nada, sabe, eu acho que com relação à música o Brasil não pertence ao mundo, eu acho que as coisas que fazem aqui não têm a menor ressonância, então a gente acaba se desanimando de ficar produzindo aqui, de gastar energia à toa sem que apareçam as idéias.

- Se sentindo fora de circuito...?

- Mais ou menos isso. Apesar de que se quisesse continuar no Grupo Um, a gente teria um montão de coisas para fazer. Agora tem uma audiência, tem mais gente interessada, mas eu vejo nesse pessoal interessado pouquíssima gente que entende realmente. Então passa a ser mais uma moda, sabe, a curtição da música experimental, e aí meio mal tocando e aproveitando esse modismo, então no final isso acaba não me interessando mais. Pretendo sair daqui para encontrar mais gente, enfim, participar do mundo, né? Participar daquilo que se faz no mundo, porque acho que nasci no mundo, no planeta terra e prá mim não interessa isso de “Brasil, música brasileira”, etc. Prá mim, o trabalho de cada um deve ser dirigido à humanidade e não a uma coisa minúscula como p. ex., o Brasil, onde tudo que se faz, por melhor que seja, é muito pouco, sai muito pouco e importa muito pouco.

- Pelo menos você pensa assim, e portanto se sente meio preso aqui...

- Aqui no Brasil, a maioria dos músicos está totalmente integrada nas idéias do nacionalismo. Então tudo que se faz aqui tem que ter características brasileiras, “porque a música brasileira”, “porque as raízes” não sei o que, acho isso uma baboseira. O medo do estrangeiro, encarar o estrangeiro como nocivo, isso é um pensamento tipicamente fascista, e no caso desses músicos, nada mais do que um espelho do pensamento fascista que controla o sistema. E isso impede coisas musicalmente fantásticas de acontecer. No final, isso acaba sendo assim uma paranóia de que tem que ter elementos nacionais na medida em que achava que eles tinham uma determinada riqueza musical. Pra mim, cultura é uma coisa que é do homem, não do brasileiro, do norte-americano, do inglês, do alemão. Não, cultura é um patrimônio da humanidade. Então, toda vez que você cai nesse esquema de fazer obrigatoriamente coisas com características regionais, do seu país não sei o que, você está perdido, é a morte do artista, completamente. Você se torna mais um robzinho agindo de acordo com as leis do sistema. Então eu estou procurando, apesar de ter usado coisas que achava ricas, evitar isso. Do ponto de vista musical, a música brasileira p. ex., é um negócio que já foi muito explorado, sabe, não tem mais nenhum interesse para mim usá-la. Mesmo

porque na Música Contemporânea você liquida com todas as possibilidades do ritmo, usando-as matematicamente.

Aqui no Brasil também há essa manifestação do nacional, da coisa da terra, e então isso vira uma caça às bruxas assim. Eu, deste ponto de vista, estou cagando porque conheço tudo o que é rítmica nacional e posso dizer o que penso a respeito disso. Mas a maioria realmente tem um misticismo muito grande com relação a essas coisas.

### “Tem músico brasileiro na Europa que tem a preocupação de ser exótico”

- Se bem que o argumento de quem defende a música popular brasileira ou a brasilidade em geral na cultura, costuma ser de que jamais algo de culturalmente bom pode surgir e sobreviver onde não existe autonomia do país, da sociedade, daquela cultura. Não de ser simplesmente contra tudo que vem de fora, mas contra esse lixo todo que chega aqui entupindo tudo, você não concorda com isso?

- Não, com isso eu concordo perfeitamente. Só que o que se faz aqui também é usar o lixo daqui, entende? Quer dizer, eu admito que se lute contra esse lixo que vem de fora porque realmente vem demais, mas que você use o lixo daqui como uma bandeira, isso não. Se é para fazer uma coisa interessante, então vamos fazer uma coisa rica, independente das questões de nacionalismo, de regionalismo. Acho que tudo isso provém mesmo dos que controlam o sistema, e agora já está encarnado nas pessoas. E provém do colonialismo também. P. ex., o fato que contam que nos Estados Unidos o cara te aceita na sociedade dele porque você mostra uma coisa que ele não pode fazer - cê já ouviu falar nisso? Então tem muito músico fazendo música brasileira, sabe, com bê maiúsculo, em Nova York, “porque o americano não sabe tocar as coisas da gente, por que só a gente sabe tocar”, isso é uma bobagem total,

é não ver o fato que o americano aceita isso como música de entretenimento, música de macaco. O europeu também tem bastante desse negócio: o “exotique”. Tem músico brasileiro na Europa que tem essa preocupação de ser o exótico, de ser aquele que “passou cinco anos no meio dos índios do Xingu fazendo música com eles” etc. Isso é uma bobagem, o sujeito passou 10 dias em Manaus e pronto. Mas para os europeus isso é importante: o exotismo da floresta amazônica. Aí se mostra também a influência do colonialismo, a mentalidade do colonizado de que a coisa só tem valor para o chefe, para o europeu, o norte-americano, se for feita com determinadas características exóticas.

- O que vai reforçar a relação colonial, não vai?

- É claro.

- Mas, na música em geral, o que é que mexe com as pessoas? Parece que Mario de Andrade uma vez chegou a duvidar de que na música popular o que mexe com as pessoas é a letra, como sempre se pensa, e falou do ritmo ou da melodia, não me lembro. O que você pensa a respeito disso?

- Bom, p. ex. Stravinsky dizia que a música está com o receptor, não com o emissor. É uma coisa pela qual ele foi muito criticado. Ele tinha tirado a conclusão que não se sentia emocionado quando fazia música, quer dizer que a música não tinha emoção no momento em que era criada. Mas que a emoção existia naquele que a recebia. Eu também acho isso. Posso construir uma música e dificilmente vou criá-la emocionado. Minha criação é toda feita no papel e com elementos musicais e tal. A gente pode prever até um certo ponto que possível reação isso vai causar em algumas pessoas, agora, a massa de pensamentos é tão grande que você não tem a menor idéia de como esse pensamento vai ser interpretado por cada cabeça. Aí você tem nenhum controle, o público é uma incógnita. Por isso, se você pretende fazer música séria, música pura, você tem que construir a música de acordo com seus próprios parâmetros, e acabou. A maneira como vai ser recebida, é absolutamente impossível prever.

## Despacho de Gdansk



Danaram-se os urubus  
Não vieram tanques  
A Gdansk  
Perderam a paciência  
Os amantes da carniça  
Não voaram balas  
Em Gdansk

Engoliram em sêco  
Os forjadores de dilúvios  
Havia humano dique  
Em Gdansk

Ficaram no ar  
As algemas ao portador  
Havia punhos demais  
No porto de Gdansk

Nesses dias, em Gdansk  
As almas dos mortos  
Humilhados e ofendidos  
De todos os que padeceram  
Nas mãos de todos os Pilatos  
Puderam descansar um pouco

Um pouco, não muito  
Mas sorriram  
Porque os operários de Gdansk  
E seus companheiros, de cidade em cidade  
Punham nova limpa linda folha  
Na fortaleza da ferrugem

Flávio Aguiar/setembro 80

Irã-Iraque

# Uma guerra que só pode servir ao imperialismo

A guerra desencadeada pelo Iraque é um ato de agressão que deve ser condenado. Além disso, esta guerra entre dois regimes em crise pode favorecer os objetivos dos contra-revolucionários no Irã. Portanto, é dever dos trabalhadores defender as conquistas da revolução iraniana que uma volta ao antigo regime aniquilaria.

Por Andreas Maia

Após a decisão unilateral do governo iraquiano de não reconhecer o acordo de delimitação de fronteiras concluído em 1975 e a intervenção das Forças Armadas de Bagdá pelo "retorno à soberania iraquiana sobre o Shatt-Al-Arab", a guerra de propaganda que opunha os dois Estados vizinhos a mais de um ano, transformou-se em conflito armado. O porto iraquiano de Khorramchahr e a cidade de Abadã, que abriga a maior refinaria de petróleo do mundo, estão cercados e praticamente destruídos pelos bombardeios iranianos.

Após os ataques aéreos das forças iraquianas contra os aeroportos e cidades do interior do Irã, o conflito ultrapassou o estágio de uma guerra de fronteiras. Saddam Hussein, o presidente do Iraque e dirigente do partido-único iraquiano, o Baas, desfechou seu grande golpe: anunciou a soberania iraquiana sobre o Shatt-Al-Arab, uma via fluvial formada pelo encontro dos rios Tigre e Eufrates.

O Irã, em resposta, decretou a mobilização de seus cento e vinte mil reservistas e sua contra-ofensiva vem conseguindo deter o avanço das tropas iraquianas sobre o seu território. O Irã não só mantém sob o seu controle o estreito de Ormuz, garganta no golfo Pérsico por onde escoam grande parte do tráfico petrolífero mundial, como também arrasou Fao, o que restava da economia petrolífera de Bagdá, deixando o Iraque em má situação, apesar de sua superioridade militar inicial.

Abadã e as diversas instalações petrolíferas na província iraniana do Kuzistão eram as peças centrais da guerra. O Iraque em seus ataques abertos ao potencial econômico do Irã, com uma ocupação de uma porção importante do território persa, tem sob sua responsabilidade o fato de desencadear um conflito armado que pode a todo momento ensanguentar toda a região. Bagdá criou um abcesso em uma zona econômica vital, criando o alibi de proteção do estreito de Ormuz como pretexto para uma intervenção imperialista em toda a região do comércio mundial do petróleo. O Iraque favorece assim os interesses do imperialismo norte-americano de sufocar a revolução iraniana que derrubou o governo do Xá Reza Pahlevi.

## A agressão iraquiana.

A atitude agressiva dos dirigentes do Baas iraquiano, no poder em Bagdá, resulta em primeiro lugar do receio de possível reflexos no Iraque das mobilizações das massas iranianas. Na verdade Hussein tem medo do processo desencadeado pela revolução

iraniana que levou Khomeini ao poder. Os ventos da República Islâmica de Khomeini são potencialmente destabilizadores não só para o Iraque, mas para muitos países da região. Enquanto os dirigentes iraquianos são sunitas, a maioria da população é xiita, a mesma seita hoje no poder no Irã. Além disso, o processo desencadeado pela revolução popular que derrubou o Xá traz em potencial, a todo momento, uma mobilização operário-camponesa capaz de não se deter nas novas formas de dominação criadas pela burguesia iraniana através da República Islâmica, abrindo assim um processo de revolução permanente em direção a um socialismo proletário e democrático na região.

Dessa forma, Bagdá tem muito que lucrar com a desorganização do aparelho de Estado iraniano, com as purgas repressivas no seio das Forças Armadas e com a repressão empreendida por Khomeini à minoria do Kurdistão. Para o Iraque trata-se de aproveitar o momento mais crítico da República Islâmica, desgastada com o caso dos réfens norte-americanos, dividida por uma dualidade de poderes entre as instituições republicanas e a teocracia, entre as mobilizações operário-camponesas e o dispositivo repressivo da burguesia islâmica, para lançar uma ofensiva destinada a recuperar totalmente o Shatt-Al-Arab e impor uma hegemonia a toda a região. A ofensiva iraquiana serviria também para desencadear um processo de contra-revolução no Irã que restaurasse no poder os seguidores do falecido ex-Xá Reza Pahlevi.

Entretanto, se o conflito mantém-se localizado, seu papel real não deixa de adquirir uma importância maior a cada instante. Ora, no Irã uma fração do aparelho de Estado é abertamente favorável a um confronto com o Iraque para manter a dominação iraniana sobre as ilhas anexadas no tempo do Xá no golfo Pérsico e que constituem os verdadeiros pontos estratégicos de controle do estreito de Ormuz. Gotbzadeh, agora quando dirigia a diplomacia iraniana, não vacilava em ameaçar de anexar o Barhein. Por sua parte, o Conselho da revolução iraniana sempre se limitou a ter em vista uma ruptura diplomática com Bagdá.

## A crise política no Iraque

Desde o verão de 1979, as mobilizações populares no Irã ressoam sobre a população xiita do Iraque. As manifestações de oposição ao regime ditatorial de Saddam Hussein se multiplicaram. Uma organização religiosa iraquiana, a Al Da'awa se lança em



A política de guerra do Iraque: riscar Khomeini do mapa.

uma vaga de atentados contra as personalidades do regime.

O partido-único Baas enfrenta uma crise importante. Após a chegada ao poder de Saddam Hussein, em julho de 1979, um complot "pró-sírio" é denunciado. As vítimas do complot eram ligados a um rival de Hussein, o economista de reputação internacional Adnam Hussein, sendo todos fuzilados. O presidente do Iraque transformou-se no "carniceiro de Bagdá", alcunhada por seus inimigos devido ao método brutal com que trata a oposição ao seu regime. Os ativistas xiitas no Iraque são também perseguidos, sendo condenados à morte às dezenas. O Ayatollah Bagher Sadr, chefe da comunidade xiita iraquiana, foi enforcado. Após purgas sangrentas no seio do partido Baas e no aparelho de Estado, o Iraque se encontrava isolado na região, principalmente após o estancamento de aproximação com a Síria.

## O apoio de Bagdá à reação iraniana.

A diplomacia iraquiana se orienta agora para um apoio cada vez mais aberto à contra-revolução iraniana e para uma aproximação sensível com a Arábia Saudita e Jordânia. A rebelião dos xiitas iraquianos é derrotada após uma centena de execuções em abril de 1980.

Por sua vez, Chapor Bakhtiar e seu movimento de resistência contra-revolucionária, encontraram inúmeras facilidades para se estabelecer no Iraque, possuindo inclusive uma rádio. Da mesma forma, o general Oveyssi, "o açougueiro de Teerã", dispõe de vários campos de treinamento militares. Saddam Hussein, foi obrigado a declarar que não "diz não aos muitos opositores iranianos que pedem ajuda". Bagdá abre assim as portas para instalação de um governo iraniano contra-revolucionário no exílio.

Os Estados Unidos procuram normalizar suas relações diplomáticas com o Iraque, e agir por seu intermédio. Os USA, com Brzezinski "pensando" querem atuar como salvaguarda das rotas petrolíferas e estabilizar à sua maneira, de acordo com os ventos da histeria anti-comunista que domina a política norte-americana, todo o Golfo Pérsico. Brzezinski declarou em abril, que os Estados Unidos "não enxergam nenhuma incompa-

tibilidade fundamental de interesses entre Washington e Bagdá".

O dirigente iraniano Ayatollah Khomeini, que pelo menos é insuspeito de estar a serviço do "comunismo internacional", denunciou em 12 de setembro que estamos em guerra com os Estados Unidos e hoje a mão ianqui sai da manga do Iraque."

## O novo gendarme do Golfo Pérsico

Após um período de constantes declarações "radicais", notadamente sobre a questão palestina, o Iraque que possui um comércio importante com as potências ocidentais enquanto que se abastece de armas em Moscou, desenvolve uma política nos últimos anos voltada para os Estados reacionários da região. O Qatar e a Jordânia, por exemplo, estão dando todo o apoio à guerra contra o Irã.

O Iraque, com sua intervenção militar contra o Irã, tenta um meio de sair do isolamento provocado pela recente união entre a Síria e a Líbia e pelos efeitos da revolução iraniana. Bagdá espera poder recriar um consenso nacional sobre a base de um sentimento anti-persa. Assim, a guerra contra o Irã, a política feita pela boca do canhão, é a tentativa de recomposição de uma "unidade nacional" em torno do Estado iraquiano, e sobretudo, o início da contra-revolução contra o processo revolucionário iraniano. O Iraque quer portanto, após a derrubada do Xá e o debilitamento do Estado iraniano, após a intervenção soviética no Afeganistão, negociar o papel de grande porta voz do imperialismo norte-americano com o mandato de defensor do status-quo no Golfo Pérsico.

## A defesa da revolução iraniana

Diante das ameaças que existem às conquistas que representou a revolução iraniana, é dever dos trabalhadores defendê-la. Mas esta tarefa não pode ser confiada, como querem Khomeini e Bani-Sadr, aos generais iranianos formados pelo antigo regime. A defesa da revolução iraniana passa pelo armamento das massas, pela constituição de milícias operárias sob a base dos "shoras" (conselho de trabalhadores) e do respeito dos direitos democráticos dos soldados no Exército.



Piloto iraniano morto pelo inimigo



# Uma oposição antiga e amadurecida

*A burocracia stalinista sempre enfrentou problemas com o movimento operário polonês. Em 1938, teve de dissolver à força, o Partido Comunista existente, que não aceitava o absurdo acordo com a Alemanha Nazista (o pacto Ribbentrop-Molotov, decidido por Stálin e Hitler, e que levou à partilha da Polônia, em 1939). Hoje, enfrenta o movimento anti-burocrático melhor organizado da Europa do Leste.*

Por Wagner Cardoso

A recente formação do "Solidariedade" - Sindicato Profissional Independente e Autogerido - é mais um passo importante dado pelos trabalhadores poloneses. Com mais de 4 milhões de filiados, já realizando em 3 de outubro uma greve geral de 1 hora, ele mostra a sua força. A burocracia continua tremendo...

Esse passo é o resultado de uma luta antiga dos trabalhadores poloneses. Sobre esta luta, sobre as diversas mobilizações de massa realizadas em meio a grandes greves, e sobre o esforço da burocracia para integrá-las e reprimi-las, ouvimos Klara Schwarz, que é membro do Comitê de Redação da antiga revista "Nalewo" (à esquerda), editada por poloneses no exílio, e do "Comitê de Solidariedade à Polônia" em Paris.

- Você pode nos explicar como é que se desenvolveu a oposição na Polônia? Tanto a operária quanto o movimento de dissidência mais geral?

O movimento de oposição mais organizado começou em 1976 com a formação do KOR - Comitê de Autodefesa Social. Mas a real história da oposição é anterior. Ela teve sua origem nos anos 1947/48, com a formação pelo Partido Operário Unificado Polonês (POUP), o PC de lá. O detalhe é que o POUP foi um partido "gestado" na URSS, e que depois foi jogado de paradas na Polônia.

O POUP se desenvolveu da seguinte maneira: existia o PC polonês, o verdadeiro. Este, por divergências com Stálin, com relação a acordos que este queria estabelecer com a Alemanha nazista, e vendo que as consequências recaíram sobre o solo polonês (concretamente: acordos URSS-Alemanha, sobre a "partilha" da Polônia em 1939), foi pura e simplesmente "dissolvido" pelo Kremlin. Sim O PC polonês, que nasceu em 1918, logo depois da Revolução Russa, fora dissolvido por Stálin...

## 1976: A formação do KOR

- Trata-se do único caso na História da III Internacional?

- Sim. Uma "dissolução" de um partido inteiro foi o 1º e único caso da Internacional Comunista.

Então, sem PCP organizado Stálin ficou com as mãos livres para assinar seus acordos com Hitler. É importante ressaltar que para eliminar o partido inteiro, Stálin alegou que este tinha importantes desvios "trotskistas". A consequência foi dramática: vários dirigentes mortos, executados, enviados para a Sibéria, etc.



Walesa: uma das expressões do rechaço da classe ao PC

A partir de 42, Stálin sente a necessidade de construir um outro partido para intervir organizadamente na Polônia, e cria o POP (Partido Operário Polonês), a fim de que este reorganize parte da resistência interna e comece a preparar as bases para um futuro governo prosoviético. Era o período das negociações entre URSS, Inglaterra e Estados Unidos, com relação à divisão da Europa, que iria culminar nos acordos de Teerã, Yalta e Potsdam.

Essa nova direção literalmente jogada de para-quedas de Moscou, com o auxílio determinante do Exército Vermelho, participou no 1º governo, estabelecido em Lublin, em 1944.

- Há uma relação direta desse fato com a Insurreição de Varsóvia, neste mesmo ano?

- Exatamente. A resistência interna reagiu vendo que o POP era "filhinho" do Kremlin, e que além do mais, vinha participar do seu primeiro governo, fato grave, pois o POP era minúsculo e só o conseguiu porque seguiu os rastros do Exército Vermelho. Então, a população de Varsóvia se insurgiu contra

esse novo governo de ocupação. Daí os grandes levantes de 1944.

O período posterior, de 1944/48, foi de cristalização da influência soviética.

Já em 1948, surgem as grandes divergências. Era o ano da fusão entre o POP e o PS polonês (filiado à II Internacional), ou melhor parte do PSP. Culminando na criação do POUP. Neste ano, um setor do POUP, liderado por Gomulka, reclamava um partido menos pré-soviético, mais nacionalista. Era o tal de "comunismo nacional". A crise foi profunda mas de fácil resolução. Gomulka é posto na prisão; os restantes, ou foram eliminados da direção ou foram presos. Era o 1º grande expurgo. Mas a "reconstrução" do país caminhava. De 1948/56, tudo transcorreu normalmente: "caminhamos juntos para construir a liberdade e o socialismo" (Manifesto da Libertação, assinado em 44).

Daí surgem os acontecimentos de 1956.

- Quais as razões dos grandes movimentos grevistas de 1956? Quais setores da população o impulsionaram?

- A Polônia em 1956 está diretamente vinculada ao XXº Congresso do PC URSS. Esse Congresso da "desestalinização" teve seus seguintes poloneses, tanto ao nível do POUP, como ao nível dos trabalhadores. O estopim foram os levantes ocorridos em Poznan, numa fábrica de vagões de trens.

Milhares de trabalhadores colocaram-se em greve, reclamando melhoria de condições de vida e de trabalho. Mas a burocracia reprimiu violentamente: quase uma centena de mortos e centenas de feridos. Tratava-se da 1ª grande rebelião do movimento operário.

Mas, no seio do POUP, as coisas também não iam bem. Havia uma disputa entre a ala chamada "liberal" e a outra "conservadores" (pró-soviética). Daí, as repressões do XXº Congresso.

As greves terminam, depois de todo um verão de lutas incessantes. O "outubro polonês" foi motivo de alegria para todo o povo. As reivindicações foram satisfeitas, e a direção "conservadora" caiu. Subia Gomulka, à direção do partido e da Nação. Fato óbvio, pois este personificava o "nacionalismo polonês". Este saía da prisão aclamado por todos e prometendo a "desestalinização", e uma nova era de "liberalização" da vida política e econômica do país.

## PC polonês:

### Um partido formado em Moscou

Uma das primeiras coisas feitas em 1956 foi a eliminação do Ministro da Defesa nacional da Polônia, Rakosowsky, que por sinal era russo. O que aguçava o espírito nacionalista do povo.

Os intelectuais de Esquerda, reagrupados em torno da revista "Po Prostu", davam a sua tônica também. Apoiavam tudo. Esta revista era composta por todos os setores da oposição e tinha sua origem já no começo da dissidência, pois na sua redação estavam os velhos socialistas que não concordaram com a fusão do PSP com o POP, e outros. Eram pessoas que se reclamavam do marxismo, de um "socialismo com rosto humano", como era dito na época.

Houve um grande artigo de um intelectual muito importante chamado L. Kotakowski, que abordava "o que é o socialismo?" Começava assim: "O que não é o socialismo?". Explicando que o socialismo não é a mentira; não é um regime anti-semita; não é uma grande prisão para os que pensam diferentemente... Enfim, ele fazia uma enorme relação de coisas estranhas ao socialismo, que eram características notórias da URSS. E ele terminava assim: "Agora, eu vou dizer o que é o socialismo: o socialismo é uma coisa muito linda!"

## 1956: A crença na regeneração do partido

E assim foi. Era um florescimento de movimentos de contestação, que iam numa direção construtiva.

A chegada ao poder da "ala liberal", na pessoa de Gomulka, deu muita esperança ao povo. Uma coisa importante que os operários conseguiram com o movimento grevista foi a criação do que era chamado de "sindicato autenticamente operário". Eram as **comissões de autogestão operária**. É importante compreender-se o movimento hoje, quando eles falam de sindicato independente do partido. Naquela época era diferente, não se falava disso, mas sim de sindicatos autenticamente operários. O Sindicato oficial devia ser livre, segundo eles. Eles se propunham a combatê-lo por dentro. Diziam que os sindicatos deviam ser realmente autogeridos, que deveriam criar-se as verdadeiras comissões de operários, enfim, verdadeiros soviets. Mas eles não questionavam o vínculo ao Partido. Ao contrário, reivindicavam-no: deveriam trabalhar conjuntamente. Acreditavam na democratização.

- **Pode-se afirmar que havia uma aliança entre os trabalhadores e os intelectuais?**

- Não apenas isso. Havia um movimento geral, popular: Constestatório, criativo e num sentido positivo, de construir algo.

O movimento nas fábricas estava muito vinculado aos intelectuais. Como já disse, a revista "Po Prostu" teve um papel importante, polarizador. Seus componentes iam sempre às fábricas, para fazerem comícios, explicar o que era o marxismo, o que era a democracia socialista, contar outras experiências históricas de outros povos, outras lutas, etc. Pode-se afirmar que foi uma época de grande efervescência.

Por seu lado, Gomulka, quando subiu ao poder, já passara antes em Moscou. Nesta época prometeu "felicidade à pátria irmã". Sua função estava claramente definida: subir ao poder, respaldado pelo povo, para poder melhor dividi-lo, quebrá-lo.

Não eram só as fábricas que se "democratizavam", mas também as escolas, Universidades, os bairros. Havia um grande movimento cultural, traduções de obras ocidentais (antes proibidas), exposições de peças de teatro, filmes. Com isto Gomulka estava de acordo, ele poderia conviver. Mas com as incessantes e massivas mobilizações operárias, isto não! Os trabalhadores, por sua dinâmica e conteúdo das lutas, questionavam-lhe realmente o poder. E isto ele começou a sentir em 1957.

A criação da "Conferência Geral dos Sindicatos" em 1957, foi a tentativa da burocracia de quebrar, exterminar, com o movimento de autogestão reinante nas fábricas. No início deste ano, êle convoca esta conferência com o intuito de controlar esses conselhos. Que já eram mais de 400 por todo o país. E foi o que fizeram. Vincularam-no diretamente ao Partido, sob suas ordens. Assim, eles dividiram o movimento, esvaziaram totalmente seu real conteúdo revolucionário. E outra medida adotada foi fechamento do jornal "Po Prostu". Fecharam-no na marra! Era a primeira manifestação de força após os "ventos democratizantes".

- **Como eles conseguiram vincular as Comissões operárias ao Partido?**

- Primeiro eles tentaram viabilizar a coisa de maneira estrutural, isto é, integrar essas comissões numa estrutura sem qualquer autonomia, novamente o estatuto de

"Sindicado do Partido". Depois eles reprimiram os setores que não estavam de acordo. Como se vê, eles corromperam alguns dirigentes, absorveram-nos, deram uma estrutura "oficial" e reprimiram os descontentes.

Com relação ao movimento intelectual ele foi complacente, suportou-se até os anos 60. Isto fez com que essa oposição, pertencente à "intelligentsia" polonesa, se confundisse. Na realidade eles tinham liberdade, quem não tinha era o movimento operário. Isto desmobilizou uma possível rearticulação do movimento oposicionista.

Mas a **Carta de Kuron e Modzelewski**, em 1964 (ver EM TEMPO n.º 114) foi, digamos, o início dessa oposição intelectual. Eles fizeram uma denúncia violenta ao regime. Como prêmio, ficaram na prisão por 3 anos, assim como outros setores populares de oposição. Este fato, marca o fim da "liberalização" de Gomulka, junto aos intelectuais.

Novo período de marasmo. E vem 1968, com o movimento estudantil.

Gomulka foi extremamente inteligente. Ele tudo fez para impedir, uma vez mais, a aliança entre o intelectuais, estudantes e operários. Tudo fez para dividi-los: manobras incessantes como por exemplo, a burocracia chega junto aos operários e dizia que os intelectuais eram "uns párias sociais", que "ganhavam muito dinheiro para não participar diretamente da produção", para "somente fazerem bonitos discursos", etc. E aos intelectuais, eles faziam o mesmo. Dizia que os operários tinham um salário muito alto, que possuíam casas grandes demais, etc. Com isto eles conseguiram, efetivamente, criar um fôssco entre estes dois setores.

Mas a origem de 68 está, novamente, num sentimento nacionalista anti-russo. Claro que ele foi influenciado pelo movimento do Ocidente, e mesmo os burburinhos de Praga, mas a gôta d'água foi a proibição de uma peça de teatro de Misuskevitch - clássico do século XIX -, onde este criticava

os russos. Apoiados pelos intelectuais, eles saíram massivamente às ruas. Mas o movimento operário não mexeu um só dedo. E para culminar, os stalinistas fizeram o seguinte: enviaram jovens marginais, "lumpens" de origem proletária, para reprimir as manifestações e depois alegavam aos estudantes que "esta era uma prova de que os trabalhadores desaprovavam tal movimento". E o movimento se extinguiu.

## Depois de 1970: Formação de Comitês Independentes

- **E os grandes expurgos anti-semitas deste período, como se deram?**

- Dirigidos pelo general Moczar, um anti-judeu de primeira, iniciou-se uma "limpeza" massiva das Universidades e escolas. Vários professores e estudantes de origem judaica, foram expulsos. E como o anti-semitismo é muito inculcado no povo polonês, isto em todas as camadas, a burocracia aproveitou para fazer uma ampla campanha, diretamente organizada pelo partido, dizendo que "estes judeus não passavam de parasitas sociais", que "enriqueciam as custas do suor dos trabalhadores", que "eram judeus sujos, anti-patriotas", e toda uma série de difamações.

Com isto, eles aproveitaram para também atingir outros setores não-judeus. Foi uma limpeza geral da oposição. Uma coisa é bom de se esclarecer, dizer-se que houve um apoio popular é mentira. O que aconteceu é que o partido, apoiando-se num anti-semitismo existente, organizava comícios em fábricas, nas ruas, manifestações, etc., e enchiam-nos com seus adeptos.

O balanço de 1968, é que o movimento intelectual ficou bastante desorganizado. Kuron e Modzelewski, que saíram da prisão em 1967, voltaram novamente para as jaulas stalinistas, por liderarem parte desta movimentação. Esse movimento fôra quebrado, uma boa parte de intelectuais partiu para o exílio, pois não podiam mais encontrar emprego, visto que o Estado é que é o empregador. Logo, estes encontravam-se completamente "queimados" e desempregados. Grande parte do movimento estudantil foi presa, com penas muito longas. A desmoralização foi grande.

- **Como se deram então, dentro deste contexto de desmobilização, de desorganização, as greves de 1970?**

- As greves começaram quando o governo decidiu aumentar os preços dos alimentos. Houve uma greve imensa nos estaleiros de Gdansk que foi duramente reprimida: mais de uma centena de mortos.

Como era de se esperar, não houve nenhum apoio dos intelectuais. Pode-se dizer que o movimento foi vitorioso: Gomulka cai e Gierk sobe. Mas a resistência maior não foi, como se pensa, na costa báltica, mas sim das operárias têxteis de LODZ, as únicas a manterem as greves até o fim.

Gierk quando chegou ao poder, abriu o que ele chamava o "período do diálogo": "o partido iria dialogar com o povo". Sendo assim ele foi aos estaleiros bálticos discutir, negociar. Prometeu mundos e fundos. Disse que a situação era difícil e que os trabalhadores teriam que fazer um esforço, etc. etc. Estes, sensibilizados, cederam. Mas as trabalhadoras de LODZ não cederam. É importante de se notar que esta região tem uma grande tradição operária dentro da história polonesa. A revolução de 1905 começou lá (Pena que o filme de Andrej Wadja não seja conhecido por aqui, o "A Terra Prometida", pois ele retrata exatamente esta cidade com suas lutas). Elas continuaram suas greves até fevereiro de 1971, e não retomaram o trabalho até que o governo congelasse os preços alimentícios. E o governo cedeu...

Diferentemente de 1956, quando o povo acreditava no partido, queria somente transformá-lo, mas aceitava sua direção, sobretudo a de Gomulka; em 1970, o povo já não caía na armadilha.

O partido, por seu turno, adotou a tática de não reprimir em demasia. Permitiu mesmo um certo tipo de oposição nos sindicatos, mas liquidaram os dirigentes de 70 um por um, de maneira mais visceral. Fazendo fofocas. Por exemplo, em Szescin, difamaram Edmund Maluka, trabalhador, dirigente do Comitê de Greve do estaleiro "Lenin". Diziam que era um bebedo, e processaram-no por "distúrbios sociais". Despediram-no do trabalho, perseguiram-no de tal maneira, que ele foi obrigado a exilar-se. A burocracia organizou também vários "suicídios" de dirigentes. A tática era a mesma: absorver, corromper e reprimir. O que fez com que dois anos depois, não houvesse mais nenhum tipo de organização.

- **Em 1956 havia os Conselhos Operários, e em 1970, qual o tipo de organização adotada pelos trabalhadores?**

- O que existia eram os Comitês de Greve, e não mais conselhos. Como eles não confiavam mais no partido e não queriam gerir as fábricas (uma das reivindicações de 56), eles simplesmente se organizaram em comitês. Eram estruturas que iam frontalmente contra o partido.

O "diálogo" durou dois anos. Depois, um período de marasmo, até 1976. Foi nesse ano que as coisas começaram realmente a se modificar. O grande salto de qualidade das lutas operárias e populares, tem origem neste período.

O estopim das greves foi novamente o aumento dos preços alimentícios, que estavam congelados desde 1970. Novamente os trabalhadores saíram às ruas massivamente. E um dia bastou para que a burocracia cedesse. Não sem reprimir, claro: mortes e ferimentos não faltaram.



O proletariado polonês à procura da democracia socialista

Mas o dado fundamental foi a criação do KOR -Comitê de Autodefesa Social-, que na época chamava-se Comitê de Defesa dos Operários. Isto porque eles utilizaram este tipo de organização, de estrutura, aberta. O objetivo era defender os presos e perseguidos a partir das greves de 76. Sua função era de se colocar à disposição do povo, através de denúncias, ajudas materiais, advogados, etc.

O KOR seguia o exemplo dos movimentos dissidentes originários na URSS, nesta mesma época, que baseavam-se num tipo de contestação aberta, legal, apoiando na Constituição, reivindicando-na. Com isto (ao menos aparentemente), eles tinham um respaldo legal e podiam começar a articular de fato, o movimento de oposição, de maneira mais ampla. Ele era formado, sobretudo de velhos dirigentes socialistas, de jovens dissidentes do partido, de cristãos de esquerda, etc. Tinha à sua cabeça, novamente Kuron e Michnik - outro "velho".

A partir desse momento, começavam a existir dois elementos básicos que iriam desembocar nas atuais movimentações grevistas: primeiro, a aliança operário e intelectual se refazia, depois de longo período de "travessia do deserto". E, segundo, o novo movimento de oposição começava a assimilar os erros do passado: centralizava suas lutas. O KOR começou a funcionar como uma **Coordenação Nacional**, da oposição.

- Como sabemos, eles, através do jornal "Robotnik" (O operário), foram a espinha dorsal de agosto-setembro/80...

- Mais que isso. A partir de 76, eles começaram a articular todas as greves e movimentações que existiam na Polônia. O atual movimento começou mesmo em 78, com greves mais sistemáticas, massivas e organizadas.

Se olharmos bem a direção do MKS (Comando Geral de Greve) de Gdansk e mesmo o nacional, vemos que dentre eles há vários membros do KOR. Por exemplo, Bogdan Borusewicz. E não só. Durante as greves da costa báltica, um jornalzinho era publicado, chamava-se "Robotnik Wybrzeza" (O operário báltico), que não era mais do que a versão local do "Robotnik" do KOR. Daí, vê-se a influência do KOR nos trabalhadores poloneses.

O KOR edita várias revistas e boletins, políticos e literários. Tem o "Boletim de Informações", que trata das informações do dia a dia. Denúncias contra o governo, agressões, despedimentos, problemas de infraestrutura, etc. Tem também a revista GLOS (A voz), que é mais uma revista ideológica e existe a ZAPIS (A Escrita), que trata de questões literárias, e o "Robotnik", jornal mais de intervenção e organização, que tem como redator-responsável, Jan Litynski.

Mas não fica só aí. Existem associações populares que se filiam ao KOR. Como é o caso da "SKS" (Comitê de Solidariedade dos Estudantes), Comitês de Camponeses, "Universidades Volantes" (TKN), que vai pelas cidade dando curso e conscientizando.

## O papel da Igreja na Polônia

- E a Igreja polonesa, qual o seu verdadeiro papel? O povo a escuta realmente?

- O movimento de oposição geral na Polônia se apóia muito na Igreja. Há um fato que vale a pena lembrar: na Polônia, nenhum movimento, nem mesmo personalidades, se classificam à direita ou à esquerda. Não há esta preocupação. Os campos de definição se dão mais, ao nível do grau de

nacionalismo de cada um. Definir-se pelo marxismo ou não é secundário, posto que, para o povo, marxismo é sinônimo do POU. Pode-se dizer que há tendências marxistas, como é o caso de setores do KOR.

Outro dado: a questão do poder. Mesmo no seio do KOR, esta questão não está colocada. Pelo menos de maneira clara e consensual. Há setores que colocam-no como um objetivo, como a corrente de Antoni Macherewski. Mas por exemplo, a corrente de Kuron, não se define com respeito a isto. O que ele quer é fazer uma pressão de fora, para uma maior "democratização": "Temos que tornar o regime mais flexível, mais viável, garantir mais autonomia, maior espaço. A questão do poder não é de atualidade. Além do mais, a URSS está ao lado", dizem eles. E mais, "o que temos que fazer é contribuir para que todos os setores da população se autoorganizem". Coerente não?

## A burocracia recupera o controle

Mas retomando. A Igreja cumpre, então, dentro desse quadro da oposição, um papel importante. Fazendo um pouco de história, é bom lembrar que a Igreja polonesa é o único instrumento que o povo teve, durante séculos, que representasse a **unidade da nação**. A Polônia foi sempre um país dividido, invadido. Pela Rússia, Alemanha, etc. Desde o século XII e sobretudo a partir do século XVIII, ela tem esse caráter: de garantir a Nação, sua unidade. Logo, o povo a identifica como o símbolo mesmo do "nacionalismo polonês". E além disso, tem-se que considerar que a Igreja é católica, e tem como vizinhas, na URSS, a ortodoxa, e na Alemanha, a protestante. Como se percebe, a Igreja e a Nação espremidas, minorizadas, divididas. A Igreja na Polônia é o segundo poder de Estado. Ela possui um poder de barganha junto à burocracia, que não a incomoda.

Outro dado é esse duplo caráter até hoje: oposição e aliado do regime. Aliado, pois realmente tem seus privilégios, e encarnação de um certo tipo de oposição, historicamente. Por exemplo, em 70 e 76, havia reuniões em locais da Igreja, políticas e culturais. A tal ponto que o atual papa, quando era cardeal, foi um dos organizadores dos chamados "sacrosong" (mistura de jazz com música sacra), para atender aos anseios da juventude que adora o jazz e a pop.

- Para concluir, como é que você vê o "Solidariedade" - o Sindicato Independente? Você crê que a "coexistência pacífica" é possível?

- Creio que não se pode especular ainda. Há, evidentemente, duas possibilidades. Como a própria história da Polónia e dos países do Leste nos mostram. Uma é a integração novamente. Mas desta vez, de maneira diferente. Uma espécie dos Sindicatos Autogeridos yugoslavos, criados nos anos 50, uma estrutura autônoma dos trabalhadores, mas só no aspecto econômico, reivindicativo. Essa é uma possibilidade. Sobretudo, que nenhum dos dois lados, pelo momento, quer o enfrentamento.

Uma segunda hipótese, por exclusão, será o enfrentamento. Mas, por ora é improvável, pois isto acarretaria consequências drásticas para os trabalhadores e para o governo polonês. Pressões econômicas, caso a URSS invada, por exemplo. E o capital polonês dependê muito dos atuais e futuros empréstimos dos bancos ocidentais.

O mais importante é que aos trabalhadores, cabe a continuidade da sua auto-organização. Sem concessões de fundo.

## Por uma entidade nacional única para os professores

Por Mário José Maestri Filho

Acaba de se realizar nacionalmente dois encontros distintos procurando reagrupar o professor brasileiro. Em João Pessoa, Paraíba, reúne-se a Comissão Pró-Entidade Nacional dos Professores do Brasil (CPENP), eleita há dois meses em congresso nacional com mais de 900 delegados de 19 estados e 21 entidades de professores. Pretende articular a fundação de uma Entidade Nacional dos Profissionais da Educação (ENPE). Nos mesmos instantes, em Brasília, sob a presidência de Hermes Zanetti, acontece mais uma reunião da Confederação dos Professores Brasileiros (CPB), fundada em 1963 e congregando 21 entidades.

O distinto caráter das duas articulações tem sido justificativa para esta divisão. A CPENP representa a vanguarda dos professores brasileiros, nascida e fortalecida nas passadas mobilizações. Sua constituição deu-se a partir da eleição democrática de delegados, envolvendo inúmeros estados e significativa parcela do magistério. Reúne as associações nacionais mais combativas e o que há de mais consequente na categoria.

A CPB languescia desde 1963 até que Zanetti - ex-presidente da entidade gaúcha mais representativa - a tomasse das mãos da tristíssima figura de Maria Telma Cançado. Centraliza desde associações representativas (RS, Ceará, etc.), até entidades mais do que fantasmas. Articulação burocrática, com sérios pendores ao peleguismo, pretende, sob pressão das últimas mobilizações e do surgimento da CPENP, democratizar em algo seus estatutos. A inegável sensibilidade de Hermes Zanetti ao desprestígio da CPB ao possível nascimento do organismo concorrente, assim como seu tradicional rechaço a democratizar e mobilizar o movimento dos professores, torna difícil aventurar até onde irão suas concessões.

### Lastimável divisão

A origem deste lamentável divisionismo não se encontra somente no caráter burocrático da CPB. A força dos setores combativos do professorado brasileiro (a CPENP é exemplo) e o fato de que estes controlam importantes associações regionais, permitiria lançar forte movimento de democratização da CPB ou forçá-la a participar da formação de uma entidade única. É devido à força das propostas e direções consequentes no seio do magistério que Zanetti é obrigado a falar de unidade e promover transformações na CPB. Uma forte vontade unitária transpassa de norte a sul o professorado brasileiro.

O existir duas articulações disputando o apoio do magistério explica-se, também, devido à influência circunstancial, no movimento dos professores, de tendências que primam pelas propostas de divisionismo sindical, de organização isolada dos trabalhadores mais consequentes. Se não forem combatidas, podem levar o sindicalismo brasileiro a fracassos imprevisíveis, a uma derrota superior até mesmo a de 1964.

Estas proposições originam-se na incompreensão da necessidade e importância da unidade sindical de todos os trabalhadores, do significado, papel e melhor forma de se combater a burocracia sindical e pelegos. Estas tendências fortalecem-se no magistério pela íntima comunicação existente entre movimento estudantil e professorado. Alguns militantes formados nas lutas estudantil levam, quando professores, métodos, concepções e, até mesmo, deformações da prática universitária para o movimento sindical.

### Sindicalismo sectário

A imprescindibilidade da unidade sindical dos trabalhadores deve-se ao fato de que todos eles - não importando suas opiniões políticas ou nível de consciência - são explorados pelo capital ou seus representantes. Esta unidade de interesses e identidade de objetivos facilita, nos momentos de mobilização e ascenso sindical, que as proposições consequentes e classistas recebem o apoio do conjunto ou da maioria dos trabalhadores. A unidade em torno a estas posições

permite, então, fazer avançar o nível de organização, consciência e as reivindicações de todos os trabalhadores envolvidos na mobilização.

A unidade sindical permite, assim, estabelecer uma ponte entre os setores mais avançados e mais atrasados do movimento sindical. Permite que a vanguarda transforme-se em direção do conjunto dos trabalhadores. É devido a isto que padrões e seus representantes têm combatido, dificultado e proibido a organização e unidade do movimento sindical, principalmente a nível nacional.

As concepções esquerdistas e universitárias do sindicalismo desprezam esta necessária união entre os trabalhadores. Pretendem que organizando os setores avançados em sindicatos alcançaria-se, mais facilmente níveis de organização e consciência superiores. Esquecem-se que isolando os setores mais avançados do movimento sindical, permite que os mais atrasados sejam facilmente controlados por burocratas e pelegos. Facilitam a divisão das forças sociais à frente de um inimigo unido e solidário.

### Burocratas e pelegos

Este sindicalismo sectário não compreende as desigualdades do movimento sindical. Não admite setores conscientes ao lado de atrasados; trabalhadores com tradição de luta e organização e outros que recém ingressam na luta sindical. Não compreende as próprias desigualdades objetivas que a produção e a organização social capitalista do trabalho determinam aos trabalhadores. Não pode compreender, portanto, pelegos e burocratas como produto destas desigualdades.

Burocratas e pelegos são, em certo modo, "parte natural" do movimento sindical. Tirando suas forças dos setores atrasados dos trabalhadores, de nossa reduzida "aristocracia operária", apoiando-se na própria patronal, existirão e subsistirão enquanto permanecerem as desigualdades apontadas, a sociedade de classes. Achar que pelegos e burocratas ficarão fora da construção de organizações sindicais a nível nacional e da Central Única de Trabalhadores constitui-se compreensão infantil e ingênua da luta sindical.

Nas presentes condições de luta de classes existirão sempre sindicalistas classistas, burocratas e pelegos. A construção de entidades sindicais e da CUT contará, inevitavelmente, com maior ou menor número destes últimos, que participarão nelas, sem lugar a dúvidas, a contra-gosto. Procurarão, efetivamente, todas as desculpas e justificativas para romperem a unidade dos trabalhadores e organizar independentemente os setores mais atrasados sob sua influências.

Não é a organização paralela que derrotará pelegos e burocratas; que facilitará a construção de um sindicalismo nacional e a CUT. Só a luta cotidiana e constante para arrancar de suas mãos a direção dos sindicatos e dos organismos nacionais dos trabalhadores permitirá a construção de um movimento sindical classista forte e combativo. Denunciar junto às bases as manobras divisionistas de burocratas e pelegos, opondo-as aos anseios unitários dos trabalhadores é, também, excelente método para aclarar o caráter destas direções.

### Por uma entidade única para os professores

A existência de duas articulações nacionais disputando o apoio dos professores é lamentável acontecimento. É necessário, portanto, avançar a necessidade de que esta realidade seja ultrapassada e sejam lançadas as bases para uma entidade nacional única para os professores. A favor desta luta encontraremos a vontade unitária que percorre nacionalmente o magistério; contra, o sindicalismo sectário, pelego e burocrata. Sem confundir o distinto caráter da CPB e da CPENP, devemos criar forte movimento nas duas entidades e nas suas bases, que levem a esta necessária unificação. Este divisionismo pode ser perigoso precedente em na luta por uma Central Única de Trabalhadores, pedra central na luta pela emancipação dos trabalhadores no Brasil.

## EM TEMPO:

### Conselho Editorial e Administrativo:

Eder Sader (presidente), Aloísio Marques, Antonio Helder, Antonio Jorge, Carlos Tibúrcio, Flávio Aguiar, Flávio Andrade, F. Pereira, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadai, Marcelo Beraba, Marco Aurélio Garcia, Paulo Cavalcanti, Raul Pont, Robinson Aires, Sérgio Alli, Tom Duarte. Suplentes: Luci Ayala, Marisa Araujo, Roberto Rodrigues, Sandra Starling, Valmir Menezes.

Diretoria: Flávio Andrade (presidente), Carlos Tibúrcio, José Luiz Nadai, Marco Aurélio Garcia, Robinson Aires.

Editor Chefe: Flávio Andrade.

Dir. Responsável: Robinson Ayres.

Arte: Sérgio Papi.

Sucursais:

**Belo Horizonte:** Av. Cristóvão Colombo, 550 Tel.: 224-0127. **Porto Alegre:** Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20. **Rio de Janeiro:** Caixa Postal 4680. **Salvador:** Av. Joana Angélica, 8 sala 44. **Fortaleza:** R. Castro e Silva, 1169 Tel.: 22-6804.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S.A.

R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros - São Paulo CEP 05414 - Tel.: 852-8880.

IMPRESSÃO: Editora Joruês R. Gastão da Cunha, 49 - Tel.: 531-8900.

**Cresce a reação contra a violência machista**



do mais os maus tratos no lar, resolvem se separar do marido. A associação possui uma casa, mantida pelas feministas inglesas, que abriga as mulheres vítimas da violência conjugal que saem de casa e não têm para onde ir e nem meios para se sustentar.

No Brasil é quase impossível se levantar o número de mulheres que são espancadas pelos seus maridos, porque quase não existem processos nas delegacias. Os próprios delegados aconselham as vítimas para que "não abram processo por tão pouco, que vai acabar dando mais dor de cabeça". Isto foi verificado quando a jornalista Odacy Costa, da TV Globo, teve a idéia de fazer um GLOBO REPÓRTER sobre "Violência Contra a Mulher", que foi ao ar no dia 29 de abril. Para isso, foi até a delegacia de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, buscar nos arquivos casos de estupro, espancamento, e crimes pessoais, e verificou que no mês de janeiro havia somente 20 denúncias. Diante do número insignificante de queixas - resolveu ficar de plantão na Delegacia, à espera de mais casos. Ficou durante três dias de plantão e os casos que apareciam eram inúmeros. No entanto, a reporter observou que o delegado Romeu Diamant instrua os policiais no sentido de fazer com que as mulheres pensassem no que significariam essas queixas, nas crianças, na separação, na sua dependência econômica e desqualificação para o trabalho. A mulher mais "calma" não chegava sequer a registrar a queixa.

Além de tudo isso, há o fato de que a própria mulher está convencida de que passa a ser uma propriedade do homem no momento em que se casa, e conseqüentemente, surrar a esposa é um dos direitos do marido.

**Como reagir à violência?**

Claro que a pior atitude é omitir a violência, porque isto significa cumplicidade com o agressor e permitir que casos semelhantes continuem ocorrendo. Pela legislação penal, ninguém tem o direito de insultar o outro, muito menos de agredir-lo fisicamente. Os crimes contra a honra vão desde insultos - que são violências verbais, como injúria, difamação e calúnia, que, se forem provados através de testemunhas, resultam no cumprimento de penas - à agressão física que prevê pena de três meses a 12 anos de prisão dependendo da gravidade do caso, de lesões leves a homicídios, de acordo com o Código Penal, artigo 129.

No caso da mulher não possuir condições para pagar um advogado ela deve recorrer ao Núcleo de Defensoria Pública ou à Procuradoria Geral da Justiça do Estado, onde será atendida gratuitamente. Se no lugar de residência não houver essa assistência a interessada deve procurar a Ordem dos Advogados, se não houver, o próprio juiz deve indicar um advogado para cuidar do processo que deverá se iniciar com a petição de separação dos corpos e no período de 30 dias

deverá se dar a separação consensual ou litigiosa, isto é, desquite.

Existem, em vários países, organizações de mulheres aptas a atenderem estes casos, como as já citadas "Assistência às Mulheres Agredidas" e "Mulheres contra o Estupro", nos EEUU, a "Associação de Mulheres Espancadas" na Inglaterra, o SOS na França, que além da assistência direta mantém um telefone para atendimento de perguntas das mulheres.

No Brasil, os SOS de mulheres, apesar de ainda estarem em fase de organização, já atenderam alguns casos em regime de urgência. É o caso do "Centro de Direitos da Mulher", de Minas Gerais, que se manifestou contra o assassinato de Eloisa Balestros Stancioli, assassinada pelo marido no dia 26 de julho e de Maria Regina Santos Souza Rocha, assassinada no dia 11 de agosto (veja box).

No Rio de Janeiro, os grupos feministas, Brasil Mulher, Centro da Mulher Brasileira, Coletivo de Mulheres e Grupo Feminista do Rio formaram uma "Comissão de Reflexão de Violência contra a Mulher" que, apesar de ainda estar em fase de discussão sobre o melhor modo de agir perante esses casos, já

presta assistência às mulheres agredidas que vão procurá-la.

Em São Paulo, já começou a funcionar o SOS - Mulher, uma comissão formada por representantes de grupos feministas. Associação das Mulheres, Brasil Mulher, Centro da Mulher Brasileira, Ação Lésbico-Feminista, Grupo nós mulheres e várias feministas que não pertencem a nenhum grupo. Para atender os casos que já estão aparecendo, o SOS - Mulher alugou uma pequena sala na Arthur de Azevedo 2124, em Pinheiros, onde fará plantão todas as noites, atendendo pessoalmente ou pelo telefone 813.95.20. Advogadas e psicólogas já colocaram seus serviços à disposição do SOS-Mulher, no sentido de orientar juridicamente ou prestar socorro psicológico. Os primeiros casos do SOS foram os dois assassinatos de Esmeralda Dias e Anne Maria Heléne Armichaub. Esses dois crimes serão repudiados num ato público no próximo dia 10, às 18 horas, no Teatro municipal, com a representação de um julgamento de crime passionnal. A seguir, os manifestantes seguirão em passeata até o Palácio da Justiça, onde se exigirá o fim da impunidade a essa violência.

**Todo dia "ele" mata**

**A crônica policial do país, registra diariamente casos de violência contra as mulheres, inúmeros deles, fatais. No entanto, poucos chegam a ganhar notoriedade. Aqui, alguns casos do calendário machista recente.**

**D**ezembro/76 - Raúl "Doca" Street, milionário paulista, assassina a mulher com quem vivia, Angela Diniz, igualmente milionária e igualmente famosa. O caso - e o sensacional julgamento, não menos milionário - é o estopim de uma onda sensacional de crimes passionais no Brasil. Angela é julgada e condenada, depois de morta. Seu passado abona os cinco tiros no rosto. Uma vida "devassa", mãe desnaturada, etc... Quanto a Doca, também abandonara a mulher e os filhos... mas por amor. A farsa do julgamento não dispensou uma enorme campanha publicitária. A partir desse momento, todo homem poderia se julgar no direito de matar "por amor" e pela "honra ultrajada".

Como em tudo no Brasil, a "alta sociedade" também aí mostra que é "vanguarda".

**Setembro/79** - Dan Martin Blum assassina, em São Paulo, com requintes de crueldade a prostituta Maria Regina Resende. Depois de injetar veneno na veia coloca o corpo de Maria Regina num bueiro e queima-o. Em seguida vai jantar com a namorada. As colegas de Regina, da Boca do Luxo de São Paulo, organizam manifestações contra a impunidade de Dan. O que não impede que após marchas e contramarchas jurídicas, Dan fosse considerado "incapaz para responder a julgamento" e internado numa clínica psiquiátrica sob as vistas de sua milionária família. O "incapaz" Dan era estudante de

veterinária e já dono de uma clínica em Campos de Jordão.

**Julho/80** - Eloisa Belestros Stancioli, 32 nos, é assassinada a tiros pelo marido, engenheiro Marcio Stancioli, em Minas Gerais. Motivo: "pensava" em separação. Seu advogado já tem pedigree: conseguiu a absolvição de Roberto Lobato, que assassinou a mulher em 1971, em "legítima defesa de honra".

**Agosto/80** - Maria Regina Santos Souza Rocha, é assassinada a tiros pelo marido, o arquiteto Eduardo Souza Rocha, em Minas Gerais. Motivo: o mesmo de Eloisa. Seu advogado declarou: "Eduardo foi um homem que cedeu tudo que tinha, mas não concordou em ceder a mulher". Um caso macabro de "defesa da propriedade".

**Agosto/80** - Esmeralda Dias, assassinada pelo ex-marido Jucá por se recusar a voltar a viver com ele. Esmeralda era estudante da Faculdade de Jornalismo Objetivo, sofreu seu primeiro espancamento na lua-de-mel, mesmo assim viveu um ano com Jucá, até que não aguentando mais voltou para a casa dos pais. Jucá, inconformado, procurou Esmeralda e assassinou-a com três facadas. Está em liberdade esperando julgamento.

**Outubro/80** - O ator Marcelino Moreira da Silva, assassina em São Paulo, com quatro tiros, a socióloga francesa Anne Marie Armichaub, após uma discussão. Anne, sem família no país, foi sepultada pelos pais do ator sem alarde.

**D**e repente, a violência contra a mulher ganha as páginas dos jornais dando a impressão de que só recentemente isso começou a acontecer. No entanto, tem-se notícias de que a utilização da força física do homem contra a mulher é tão velha quanto o ser mulher não é nada recente. O exemplo disso é a antiga lei inglesa que estipulava que o homem só podia bater na sua mulher até as 22 horas; mais tarde era proibido. Outro exemplo é uma pesquisa feita pelo FBI, por volta de 1976, que mostrava que a violência física estava presente em 60 por cento dos lares americanos.

No Brasil, a violência do homem contra a mulher faz parte do folclore: "mulher e carne, quanto mais se bate mais fica macia" ou, "em briga de marido e mulher ninguém pode

meter a colher". E já é consagrada no teatro, cinema e literatura, principalmente pelo famoso teatrôlo brasileiro Nelson Rodrigues, para quem "toda mulher normal gosta de apanhar".

Só que agora a mulher cansou de apanhar. A *Abuse Women's Aid in Crisis* (Assistência à mulheres agredidas) é a forma de organização que as mulheres dos Estados Unidos encontraram para se defender da violência do homem e a *Women Against Rape* (Mulheres contra o estupro) é uma associação, também americana, que presta assistência jurídica, moral e psicológica às vítimas de estupro.

Na Inglaterra existe uma *Associação de Mulheres Espancadas*, que presta serviço às mulheres que, não suportan-